

**Universidade de Brasília – UnB**  
**Instituto de Letras – IL**  
**Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP**  
**Programa de Pós-Graduação em Linguística**

**Sóstenes Cezar de Lima**

**IMPACTO DO VERNÁCULO SOBRE O USO DO *ONDE* NA  
ESCRITA MONITORADA**

Brasília  
2007



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB  
INSTITUTO DE LETRAS – IL  
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS – LIP  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

**Sóstenes Cezar de Lima**

**IMPACTO DO VERNÁCULO SOBRE O USO DO *ONDE* NA ESCRITA  
MONITORADA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística do Departamento de Lingüística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Lingüística.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Araújo Bagno

Brasília  
2007

## **FICHA DE APROVAÇÃO**

Autor: Sóstenes Cezar de Lima

Título: IMPACTO DO VERNÁCULO SOBRE O USO DO *ONDE* NA ESCRITA  
MONITORADA

Data da defesa: 25 de junho de 2007

### **BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Marcos Araújo Bagno (LIP/UnB – Orientador) - Presidente

Profa. Dra. Maria Angélica Furtado da Cunha (UFRN) – Membro

Profa. Dra. Maria Luiza M. Sales Coroa (LIP/UnB) – Membro

Profa. Dra. Vilma Reche Corrêa (LIP/UnB) – (suplente)

## **DEDICATÓRIA**

Para PRISCILLA e ANA GABRIELA, as mulheres mais sublimes que conheço.

## AGRADECIMENTOS

A DEUS pelo dom da vida e por ter compartilhado com o ser humano a capacidade de compreender e interpretar os mistérios do mundo, entre eles a linguagem.

Às mulheres da minha vida, minha esposa PRISCILLA e minha filha ANA GABRIELA, por estarem integralmente presentes em minha vida durante toda essa jornada, compreendendo minhas ausências, me estimulando, me dando forças pra continuar. Quando estou com vocês, sinto que tudo o que importa na vida está ao meu lado.

À minha família, em especial a OLÍVIO e MADALENA, meus pais, por terem acreditado e investido em minha vida estudantil desde a mais tenra infância, e ao meu irmão SILAS por compartilhar comigo o sonho de uma carreira acadêmica. Somos resultados daquilo que é construído na família.

À minha segunda família, ADILSON e EBE, DÉBORA e ISRAEL, por estarem sempre dispostos a sentirem comigo as minhas alegrias e meus dramas, em especial a ADILSON e EBE por terem me assumido como filho. Eu realmente me sinto assim.

A RENATO, EDNA, MARTA e MATEUS pelo acolhimento afetuoso em Brasília.

Aos amigos JOSÉ NIVALDO por seu carinho paternal e mentoria espiritual, RICARDO pela amizade sincera e apoio financeiro, e SILVÉRIO pelo afeto sincero e compreensão nas minhas ausências.

Aos amigos de *koinonia* ANDRÉ e ALINE, OZIEL e THAÍS, PAULO e RAQUEL, SAIRO e VIVIANE, e SAMUEL e ALESSANDRA pelo compartilhamento de momentos sublimes.

Ao amigo professor JOÃO BATISTA por ter acreditado em mim quando ainda era apenas um garoto recém-formado.

Aos amigos e colegas professores dos cursos de Letras da Universidade Estadual de Goiás – UnUCSEH e da Faculdade Latino Americana, e do curso de Teologia do IBA pelo companheirismo profissional.

À professora Dra. GLÁUCIA (UEG) por ter me apresentado ao mundo da Lingüística e por ter me assumido como pupilo desde a graduação, à professora Ms. EUDA (UEG) por ter acreditado no meu potencial profissional e por seu afeto maternal para comigo, e à professora Dra. DÉBORA (UEG) por também ter acreditado em minha competência profissional.

Ao meu orientador professor Dr. MARCOS ARAÚJO BAGNO pela nobre e enriquecedora companhia ao longo de todo curso, desde o primeiro momento, a disciplina Variação Lingüística, até a etapa final, a elaboração desta dissertação.

À professora Dra. MARIA LUIZA COROA pelos valiosos conhecimentos ministrados na disciplina Semântica e por aceitar o convite para participação da banca.

À professora Dra. MARIA ANGÉLICA FURTADO DA CUNHA pela prestatividade com que me atendeu quando ainda estava fazendo o levantamento bibliográfico e por aceitar o convite para participação da banca.

À professora Dra. VILMA RECHE CORRÊA (Suplente) por aceitar o convite para a participação da banca.

À professora Dra. ROBERTA PIRES DE OLIVEIRA (UFSC) pela atenção e pelo fornecimento de bibliografia.

A JACINTA secretária do Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade de Brasília pelo profissionalismo e gentileza

À PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS pela licença parcial concedida durante o período de realização do curso de Mestrado.

## RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo investigar o impacto do vernáculo sobre o uso do ONDE na escrita monitorada, mais precisamente detectar quais usos tipicamente vernaculares do ONDE já podem ser encontrados na escrita monitorada. Para tanto, utilizou-se um *corpus* constituído por 223 textos produzidos por estudantes dos semestres finais do curso de Letras e por professores de língua portuguesa do ensino fundamental e médio da rede pública e privada do Distrito Federal e de Goiás. A pesquisa tem como fundamento a lingüística funcional e a sociolingüística variacionista. Utilizou-se, do quadro funcionalista, as teorias da lingüística e semântica cognitivas e o paradigma da gramaticalização. A partir dos dados extraídos do *corpus* foram detectados 8 valores semânticos para o ONDE distribuídos ao longo da escala de abstratização ESPAÇO > TEMPO > TEXTO. No ponto ESPAÇO da escala, encontram-se os valores *locativo concreto*, *locativo abstrato*, *possessivo* e *instrumental*. No ponto TEMPO, está o valor *temporal*. No ponto TEXTO, localizam-se os valores *fórico textual*, *operador argumentativo* e *marcador discursivo*. A ocorrência do ONDE com outros valores semânticos que não o de *locativo concreto* (o único abonado pela tradição gramatical) na escrita monitorada aponta para o seguinte postulado: uma vez constatado que usos lingüísticos não prescritos pelas gramáticas normativas ocorrem sistematicamente nas manifestações lingüísticas das camadas mais letradas deve se proceder a uma intervenção consciente na prescrição gramatical, efetuando-se a inclusão de tais itens na norma-padrão.

Palavras-chave: Vernáculo. Escrita monitorada. Gramaticalização. Valores semânticos do ONDE.

## ABSTRACT

The present research has the objective to investigate the impact of the vernacular in the use of the term ONDE in the monitoring writing, mainly to detect what are the typically vernacular uses of the ONDE that can be already found in the monitoring writing. For that, it was used the *corpus* constituted by 223 texts that were produced by students from the last semesters of the Letters course and by Elementary and High School Portuguese Language teachers from Distrito Federal and Goiás public and private schools. The research has as base the functional linguistics and the variational sociolinguistics. It was used, from the functionalist framework, the cognitive linguistics and cognitive semantics theories and the ‘*gramaticalization*’ paradigm. Based on the data which were extract from the *corpus*, We detected 8 semantic values for the ONDE distributed throughout the abstractization scale SPACE > TIME > TEXT. In the SPACE position of the scale, there are found the values *concrete locative*, *abstract locative*, *possessive and instrumental*. In the TIME position, it is the value *temporal*. In the TEXT position there are the values *textual foric*, *argumentative operator* and *discursive marker*. The ONDE occurrence with other semantic values that were not the *concrete locative* (the only one that is warranted by the grammatical tradition) in the monitoring writing points to the following postulate: once we saw the evidence that linguistic uses do not prescribed by the normative grammars which occur systematically in the linguistic manifestations of the more literate social classes, must be proceeded to a conscientious intervention in the grammatical lapsing, effecting it inclusion of this items in the standard-norm.

Key words: Vernacular. Monitoring writing. Gramaticalization. Semantic values of ONDE.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>FUNDAMENTOS TEÓRICOS.....</b>	<b>13</b>
<b>1.1 LINGÜÍSTICA COGNITIVO-FUNCIONAL.....</b>	<b>13</b>
<b>1.1.2 GRAMATICALIZAÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1.1.2.1 Conceito.....</b>	<b>14</b>
<b>1.1.2.2 Direções no processo de gramaticalização.....</b>	<b>15</b>
<b>1.1.2.3 Gramaticalização e mudança semântica.....</b>	<b>16</b>
<b>1.1.3 SEMÂNTICA COGNITIVA.....</b>	<b>15</b>
<b>1.2 SOCIOLINGÜÍSTICA VARIACIONISTA.....</b>	<b>19</b>
<b>1.3 NORMA LINGÜÍSTICA.....</b>	<b>20</b>
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>DIACRONIA E TRATAMENTO</b>	
<b>PRESCRITIVO E DESCRITIVO DO ONDE.....</b>	<b>24</b>
<b>2.1 VIAGEM DIACRÔNICA DO ONDE: DO LATIM AO PORTUGUÊS.....</b>	<b>24</b>
<b>2.1.1 Locativos relativos no Latim Clássico.....</b>	<b>25</b>
<i>2.1.1.1 Os locativos QUA e QUO.....</i>	<i>26</i>
<i>2.1.1.2 Os locativos UBI e UNDE.....</i>	<i>27</i>
<b>2.1.2 Locativos relativos no Latim Vulgar.....</b>	<b>27</b>
<i>2.1.2.1 Os locativos relativos QUA, QUO, UBI e UNDE no latim vulgar.....</i>	<i>27</i>
<b>2.1.3 Locativos relativos no Português Antigo.....</b>	<b>28</b>
<i>2.1.3.1 A análise de Mattos e Silva (1989).....</i>	<i>29</i>
<i>2.1.3.2 A análise de Bonfim (1993).....</i>	<i>34</i>
<b>2.1.4 O locativo ONDE em outras línguas românticas.....</b>	<b>39</b>
<i>2.1.4.1 O ONDE (DONDE) em Espanhol.....</i>	<i>39</i>
<i>2.1.4.2 O ONDE (DONT e OÙ) em Francês.....</i>	<i>42</i>
<b>2.2 TRATAMENTO PRESCRITIVO E DESCRITIVO DO ONDE.....</b>	<b>48</b>
<b>2.2.1 O tratamento do ONDE nas gramáticas normativas do Português.....</b>	<b>48</b>
<b>2.2.2 O tratamento do ONDE nas gramáticas descritivas do português.....</b>	<b>53</b>
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>TRAJETÓRIA DE GRAMATICALIZAÇÃO DO ONDE.....</b>	<b>55</b>
<b>3.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA.....</b>	<b>55</b>
<b>3.2 TRAJETÓRIA DE MUDANÇA CATEGORIAL – REATEGORIZAÇÃO.....</b>	<b>57</b>
<b>3.3 TRAJETÓRIA DE MUDANÇA SEMÂNTICA – SEMANTIZAÇÃO.....</b>	<b>64</b>
<b>3.4 TRAJETÓRIA DE MUDANÇA DISCURSIVA – DISCURSIVIZAÇÃO .....</b>	<b>69</b>
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>ASPECTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>73</b>
<b>4.1 CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA DE ESCRITA MONITORADA: O CORPUS.....</b>	<b>73</b>
<b>4.1.1 Condição de produção dos textos.....</b>	<b>73</b>

<b>4.1.2 Nível de Textualidade.....</b>	<b>76</b>
<b>4.2 COLETA E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DAS OCORRÊNCIAS DO ONDE.....</b>	<b>78</b>
<b>4.2.1 Coleta das ocorrências do ONDE no <i>corpus</i>.....</b>	<b>78</b>
<b>4.2.2 Procedimentos de análise.....</b>	<b>79</b>
<i>4.2.2.1 Definição do fenômeno a ser analisado: categorização, valores semânticos e discursivização do ONDE.....</i>	<i>79</i>
<i>4.2.2.2 Definição dos fatores a serem analisados.....</i>	<i>84</i>
<b>4.3 ANÁLISE INTERPRETATIVA DOS DADOS.....</b>	<b>86</b>
<b>4.3.1 O ONDE locativo concreto.....</b>	<b>86</b>
<i>4.3.1.1 O ONDE locativo concreto nas orações relativas .....</i>	<i>87</i>
<i>4.3.1.2 O ONDE locativo concreto nas orações relativas livres.....</i>	<i>88</i>
<i>4.3.1.3 O ONDE locativo concreto nas orações absolutas interrogativas.....</i>	<i>90</i>
<i>4.3.1.4 Função sintática e valores normativos do ONDE.....</i>	<i>91</i>
<b>4.3.2 O ONDE locativo abstrato.....</b>	<b>94</b>
<i>4.3.2.1 O ONDE locativo abstrato nas orações relativas.....</i>	<i>95</i>
<i>4.3.2.2 O ONDE locativo abstrato nas orações relativas livres e absolutas interrogativas.....</i>	<i>100</i>
<b>4.3.3 O ONDE possessivo.....</b>	<b>102</b>
<b>4.3.4 O ONDE instrumental.....</b>	<b>108</b>
<b>4.3.5 O ONDE temporal.....</b>	<b>113</b>
<b>4.3.6 O ONDE fórico textual.....</b>	<b>114</b>
<b>4.3.7 O ONDE operador argumentativo.....</b>	<b>117</b>
<i>4.3.7.1 O ONDE operador argumentativo de conclusão.....</i>	<i>121</i>
<i>4.3.7.2 O ONDE operador argumentativo de causa.....</i>	<i>121</i>
<i>4.3.7.3 O ONDE operador argumentativo de resultado.....</i>	<i>123</i>
<i>4.3.7.4 O ONDE operador argumentativo de condição.....</i>	<i>124</i>
<i>4.3.7.5 O ONDE operador argumentativo de finalidade.....</i>	<i>125</i>
<i>4.3.7.6 O ONDE operador argumentativo de causa e resultado.....</i>	<i>125</i>
<b>4.3.8 O ONDE marcador discursivo.....</b>	<b>126</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>128</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>133</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>140</b>

## INTRODUÇÃO

O interesse pelo estudo do ONDE me ocorreu em virtude do projeto de pesquisa *Impacto do vernáculo sobre a escrita monitorada (IVEM)* desenvolvido pelo professor Marcos Bagno, no qual o autor destaca os seguintes objetivos:

- detectar a incorporação à língua escrita mais monitorada de formas lingüísticas inovadoras resultantes de mudança lingüística e presentes em todas as variedades do português brasileiro;
- com base em levantamento estatístico, avaliar o grau de obsolescência das formas padronizadas, identificadas, pela tradição gramatical prescritivista, como as únicas opções “corretas”;
- discutir a pertinência do ensino dessas formas tradicionais frente ao impacto da mudança já ocorrida;
- propor a elaboração de materiais didáticos e de referência que autorizem o uso das formas inovadoras, *não em substituição às formas tradicionalmente prescritas*, mas como alternativas de uso igualmente válidas e aceitáveis;
- sugerir propostas de *formação dos professores de língua materna* que levem em consideração a necessidade que eles têm de se apoderar do instrumental teórico da sociolingüística para exercer uma prática pedagógica mais eficiente (Bagno, 2005, p. 5).

Considerando-se os objetivos propostos pelo projeto, me pareceu bastante instigante:

a) investigar qual o impacto dos usos vernaculares do ONDE sobre escrita mais monitorada; b) discutir até que ponto é pertinente o tratamento que as gramáticas normativas e materiais pedagógicos dão ao ONDE; c) e, caso seja constatado que usos vernaculares do ONDE já se encontram sedimentados na escrita monitorada, fornecer à padronização lingüística amostras empíricas desses usos, a fim de que sejam incluídos na prescrição gramatical.

A amostra de escrita monitorada a partir da qual se buscou executar a proposta apresentada no parágrafo anterior é o *corpus* do projeto IVEM, constituído por 223 textos produzidos por estudantes dos semestres finais do curso de Letras e por professores de língua portuguesa do ensino fundamental e médio da rede pública e privada do Distrito Federal e de Goiás.

As bases teóricas sobre as quais fundamento a análise e interpretação dos dados são a lingüística funcional, em especial a lingüística e semântica cognitivas e o paradigma da gramaticalização, que se inserem no quadro funcionalista e a sociolingüística variacionista.

Para execução da pesquisa, o presente trabalho é dividido em: CAPÍTULO 1 – Fundamentos teóricos; CAPÍTULO II – Diacronia e tratamento prescritivo e descritivo do ONDE; CAPÍTULO III – Trajetória de gramaticalização do ONDE; e CAPÍTULO 4 – Aspectos metodológicos. O trabalho é fechado com as CONSIDERAÇÕES FINAIS.

No primeiro capítulo faço uma apresentação das teorias sobre as quais fundamento a investigação do impacto do vernáculo sobre o uso do ONDE na escrita monitorada. Adotei os seguintes pressupostos básicos do funcionalismo lingüístico: a) concepção de língua como um instrumento de comunicação e interação social; b) realização da análise de um fenômeno lingüístico a partir dos usos reais, o que resulta na ruptura da dicotomia sistema *versus* uso. Extraí da lingüística cognitivo-funcional o pressuposto teórico segundo o qual as estruturas lingüísticas são motivadas por estruturas cognitivas, o que significa dizer que os diversos níveis do sistema lingüístico (léxico, gramática e semântica) não constituem sistemas autônomos, mas interdependentes entre si e cognitivamente motivados. O paradigma da gramaticalização constitui o suporte teórico sobre o qual fundamento a trajetória de mudança categorial, semântica e discursiva do ONDE, conforme tratado no CAPÍTULO 3. Busco na sociolingüística variacionista fundamento para a definição de *vernáculo* e *monitoramento*. A discussão sobre o conceito de norma lingüística é empreendida para se demonstrar que o julgamento social que se faz sobre determinada forma lingüística tem um suporte ideológico, sustentado principalmente pela tradição gramatical.

No CAPÍTULO 2, procedo a uma análise da trajetória diacrônica do ONDE do latim ao português. Mostro o funcionamento do ONDE em duas outras línguas românicas, o espanhol e francês. Na segunda parte do capítulo, faço uma descrição do modo como o ONDE é tratado nas gramáticas normativas e descritivas do português.

O CAPÍTULO 3 é dedicado ao estudo da trajetória de gramaticalização do ONDE, que é dividida em 3 processos de mudança: 1) Trajetória de mudança categorial do ONDE – recategorização, 2) Trajetória de mudança semântica – semantização, 3) Trajetória de mudança discursiva do ONDE – discursivização. Na primeira parte, mostro o caráter multicategorial do ONDE. Na segunda, mostro a trajetória de mudança semântica a partir da escala de metaforização ESPAÇO > TEMPO > TEXTO, apontando os valores semânticos assumidos pelo ONDE em cada ponto da escala. Na terceira parte, discuto o processo de discursivização do ONDE, mostrando que em determinados contextos o ONDE pode funcionar como apenas um *marcador discursivo*.

No CAPÍTULO 4, apresento a natureza do *corpus* utilizado para o estudo do ONDE, os procedimentos de análise e os fatores lingüísticos que serão correlacionados aos valores semânticos. Em seguida, procedo à análise interpretativa dos dados, apresentando e discutindo os 8 valores semânticos detectados a partir de exemplos extraídos do *corpus*.

A pesquisa se encerra com as CONSIDERAÇÕES FINAIS onde apresento algumas considerações sobre a pertinência de se incluir na prescrição gramatical, como usos

alternativos, alguns usos vernaculares do ONDE que já se encontram instalados na escrita monitorada.

# CAPÍTULO 1

## FUNDAMENTOS TEÓRICOS

### 1.1 LINGÜÍSTICA COGNITIVO-FUNCIONAL

A lingüística funcional propõe um modelo de análise que explica as formas estruturais de uma língua a partir da sua função no contexto de interação social. Ao afirmar que a função da linguagem é elemento de maior importância para a explanação do fenômeno lingüístico, o funcionalismo estabelece os seus dois pontos teóricos mais caros:

em primeiro lugar, a concepção de linguagem como instrumento de comunicação e de interação social e, em segundo lugar, o estabelecimento de um objeto de estudos baseado no uso real, o que significa não admitir separações entre sistema e uso, tal como preconizam tanto o estruturalismo saussuriano, com a distinção entre língua e fala, quanto a teoria gerativa, com a distinção entre competência e desempenho (Pezzati, 2004, p. 168).

Portanto, para a lingüística funcional as formas lingüísticas só podem ser explicadas satisfatoriamente se se levar em consideração a força que a função exerce sobre a linguagem. Desse modo, a linguagem “é vista como uma ferramenta cuja forma se adapta às funções que exerce” (Pezzati, 2004, p. 168). Vista assim, a gramática de uma língua não é autônoma, mas subordinada ao uso da língua, ao discurso. São as necessidades discursivas (de uso) de uma comunidade lingüística que vão determinar as formas lingüísticas mais adequadas, isto é, mais funcionais. Isso quer dizer que a gramática de uma língua estará em constante mudança para atender as necessidades comunicativas dos seus usuários.

Givón (1995, *apud* Martelotta; Areas, 2003, p. 28) estabelece como características básicas da teoria funcionalista:

- a linguagem é uma atividade sociocultural;
- a estrutura serve a funções cognitivas e comunicativas;
- a estrutura é não-arbitrária, motivada, icônica;
- mudança e variação estão sempre presentes;
- o sentido é contextualmente dependente e não-atômico;
- as categorias não são discretas;
- a estrutura é maleável e não-rígida;
- as gramáticas são emergentes;

- as regras de gramática permitem algumas exceções.

A Linguística Cognitiva constitui um novo campo de estudo dentro da Linguística contemporânea, que surgiu nos anos de 1970 e se intensificou a partir dos anos de 1980. Essa nova área de estudos lingüísticos emergiu dentro da tradição funcionalista e procura estudar “a interação entre a língua e as estruturas cognitivas, buscando explicar as formas e os significados das palavras e das construções” (Souza, 2003, p. 78).

Neves (1997, p. 99) afirma que “uma concepção cognitivista da lingüística – em especial da semântica – está em várias análises lingüísticas clássicas, como as de Fillmore e de Lakoff da década de 70 (Fillmore, 1976, 1977; Lakoff, 1977), e, mais recentemente, em Jackendoff (1992), Talmy (1988), Lakoff (1987), Fillmore (1985)”. Afirma ainda que um estudo cognitivista da língua “supõe que a estruturação das categorias lingüísticas se faz dentro dos mesmos princípios que orientam a estruturação de todas as categorias humanas, por exemplo as perceptuais” (p. 99). Desse modo, uma teoria lingüística, de base cognitivista, deve dar conta da relação que há entre estrutura cognitiva e estrutura lingüística, demonstrando o modo como a estrutura cognitiva motiva a estrutura lingüística. Para a Linguística Cognitiva existe uma relação não-arbitrária (natural) entre a forma lingüística e seu *designatum* (presente na estrutura cognitiva), de tal forma que se pode afirmar que algumas “estruturas gramaticais são motivadas pela presença de conteúdos cognitivos para os quais não existe uma designação lingüística adequada” (Heine; Claudi; Hünemeyer, 1991a, p. 151).

### 1.1.2 GRAMATICALIZAÇÃO

O paradigma da gramaticalização se insere no quadro teórico funcionalista, e constitui um dos pontos teóricos do funcionalismo lingüístico que goza de maior aceitação e produtividade atualmente.

#### 1.1.2.1 Conceito

O termo gramaticalização não é novo, embora tenha se firmado como plano teórico só recentemente, a partir da década de 1970. O termo foi usado primeiramente por Meillet em 1912, com a publicação do texto *L'évolution des formes grammaticales*, no qual ele define gramaticalização como a “atribuição de um caráter gramatical a uma palavra anteriormente autônoma” (Meillet, 1948[1912], p. 131).

Há diversos sentidos para o termo gramaticalização, porém o que importa como suporte teórico nesse trabalho é o sentido

“que designa um processo unidirecional segundo o qual itens lexicais e construções sintáticas, em determinados contextos, passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais. Um processo em cujo final o elemento lingüístico tende a se tornar mais regular e mais previsível, pois sai do nível da criatividade e eventual do discurso para penetrar nas restrições sintáticas” (Martelotta; Votre; Cezario, 1996, p. 46).

Noutras palavras, gramaticalização é o nome que se dá à migração de um item do léxico e do discurso para a gramática. É natural, portanto, que um termo, ao sair do léxico ou do discurso para a gramática, passe a ter o uso mais regular e restrito, já que regularidade e restrição são características fundamentais da gramática.

Quando um fenômeno discursivo, em decorrência da frequência de uso, passa a ocorrer de forma previsível e estável, sai do discurso para entrar na gramática. (...) Assim, na trajetória dos processos de regularização do uso da língua, tudo começa sem regularidade, exatamente por estar no seu começo, mas se regulariza com o uso, com a repetição, que passa a exercer uma pressão tal que faz com que o que no começo era casuístico se fixe e se converta em norma, entrando na gramática” (Martelotta; Votre; Cezario, 1996, p. 50).

É importante ressaltar que em alguns casos ocorre não uma passagem de um item do léxico e/ou discurso para a gramática, mas a passagem de item já gramatical para um estágio mais gramatical. É nesse tipo de gramaticalização que se insere o caso do ONDE, objeto de análise deste trabalho. Mesmo em seu uso canônico, designando local físico, o ONDE apresenta um estatuto categorial gramatical, como se verá mais adiante.

### 1.1.2.2 Direções no processo de gramaticalização

Além das mudanças lingüísticas ocorridas no processo da gramaticalização, em duas direções, como sugerido acima, LÉXICO > GRAMÁTICA E MENOS GRAMATICAL > MAIS GRAMATICAL, pode-se verificar um outro tipo de mudança lingüística, associado e paralelo à gramaticalização, mas não da mesma natureza. Trata-se da *discursivização*, termo utilizado “para designar esse outro processo de mudança, que leva o elemento lingüístico a perder suas restrições gramaticais, sobretudo de ordenação vocabular, e assumir restrições de caráter pragmático e interativo” (Martelotta; Votre; Cezario, 1996, p. 60).

Portanto, de acordo com o paradigma da gramaticalização, são mapeadas três direções

no processo de mudança lingüística, duas ocorridas na *gramática* e uma no *discurso*. Assim temos:

a) Direção 1 da gramaticalização: ITEM LEXICAL > ITEM GRAMATICAL

(4a) João *vai* à escola

(4b) João *vai* falar com o professor

(4c) João *vai* começar o trabalho amanhã

(5a) João *vem* pra cá amanhã

(5b) João *vem* vindo muito devagar

(5c) João *vem* fazendo um monte de coisa estranha ultimamente

b) Direção 2 da gramaticalização: ITEM MENOS GRAMATICAL > ITEM MAIS GRAMATICAL:

(6a) O menino está menos agitado hoje

(6b) Apareceu menos pessoas na festa hoje

c) Discursivização: ITEM LEXICAL / GRAMATICAL > ITEM DISCURSIVO.

(7) “... primeiro tu vai me dizer o que tem dentro dessa caixa **aí**... eu falei aqui não tem nada não... **aí** ele falou assim... mentira... eu sei que essa caixa **aí** é da Redley...” (Martelotta; Votre; Cezario, 1996, p. 47).

(8) “... minha mãe me deu tênis de presente... só que **aí** o tênis não... coube no meu pe... **aí** eu tive que trocar...” (Martelotta; Votre; Cezario, 1996, p. 47).

### 1.1.2.3 Gramaticalização e mudança semântica

Que conexão há entre o processo de gramaticalização e o processo de mudança semântica? Hopper e Traugott (1993, p. 68) ressaltam que “muitos trabalhos sobre gramaticalização desde o início dos anos 1980 têm focado extensivamente os tipos de mudanças de significado envolvidos no processo de gramaticalização e as motivações

cognitivas por trás deles”. Entre os trabalhos citados, estão os de Bybee e Pagliuca (1985), Traugott e König (1991), Claudi e Heine (1986), Sweetser (1990) e Heine, Claudi e Hünemeyer (1991a). Sobre essa relação, Hopper e Traugott (1993, p. 68) assumem a seguinte posição, com a qual concordo inteiramente: “os significados mudam e as estratégias cognitivas que motivam essa mudança são fundamentais no estágio inicial da gramaticalização e estão intimamente ligados à expressividade”.

Segundo Heine, Claudi e Hünemeyer (1991a), “parece existir um número limitado de estruturas cognitivas básicas formando o *input* ou o ponto de partida (*source*) da gramaticalização”. Essas estruturas cognitivas básicas são: conceitos prototípicos (*source concepts*) e proposições prototípicas (*source propositions*). Pelo fato de meu objeto de análise neste trabalho, o ONDE, referir-se a apenas um item lexical e não a uma sentença, vou me ater apenas à primeira estrutura cognitiva básica. Heine, Claudi e Hünemeyer (1991a) afirmam que “conceitos que entram no processo de gramaticalização numa vasta maioria de casos se referem a objetos concretos, processos ou locativos”.

O processo de mudança semântica envolvido no processo de gramaticalização é metaforicamente estruturado a partir de categorias perceptuais. Heine, Claudi e Hünemeyer (1991a) organizam essas categorias perceptuais ao longo de um *continuum* unidirecional, em cuja extremidade esquerda, onde se inicia o processo de deslocamento semântico, encontram-se as categorias mais concretas:

PESSOA > OBJETO > PROCESSO > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE

Neves (1997, p. 134) afirma que “essa é uma escala de abstratização, que, num crescendo para a direita, governa o processo metafórico. Indica-se nesse esquema que qualquer elemento da escala pode conceptualizar um elemento à sua direita”. Retomarei os pressupostos da semântica cognitiva de forma mais concreta e aplicativa no CAPÍTULO 3, em 3.4. TRAJETÓRIA DE MUDANÇA SEMÂNTICA DO ONDE - SEMANTIZAÇÃO.

### 1.1.3 SEMÂNTICA COGNITIVA

A Semântica Cognitiva, inserida no quadro da Linguística Cognitiva, trata da relação entre estrutura cognitiva, processo de significação e formas lingüísticas. Embora baseada em obras clássicas da década de 1970 – tais como as citadas por Neves (1997): Fillmore, (1976; 1977) e Lakoff, (1977) – a Semântica Cognitiva teve como um dos marcos históricos de sua

fundação a publicação de *Metaphors we live by*, de George Lakoff e Mark Johnson, em 1980. A tese fundamental de Lakoff e Johnson (1980) é que o significado é construído a partir de nossa relação corpórea e experiencial com o mundo. Para a Semântica Cognitiva, como afirma Pires de Oliveira (2003, p. 34), “a hipótese central de que o significado é natural e experiencial se sustenta na constatação de que ele se constrói a partir de nossas interações físicas, corpóreas, com o meio ambiente em que vivemos”. Desse modo, segundo a Semântica Cognitiva, a criança aprende a atribuir significados às formas lingüísticas a partir de sua experiência física com o mundo, adquirindo primeiramente um esquema de movimento e algumas categorias de nível básico. Acontece, porém, que as formas lingüísticas não designam apenas experiências de interação concreta (corpórea) com o mundo, como por exemplo movimento, extensão, contato físico, etc. Como então seriam adquiridas as designações lingüísticas para experiências de interação não-concreta com o mundo? Se o significado é adquirido a partir de nossa relação corpórea com o mundo, como explicar o fato de conseguirmos perfeitamente conceituar ARGUMENTAÇÃO, TEMPO, IDÉIA, TEORIA, etc.?

Para resolver esse problema, Lakoff e Johnson (1980) sugerem que o modo como pensamos, como agimos sobre o mundo, como nos relacionamos, enfim, o modo como vivemos cotidianamente, tem como base o nosso sistema conceptual, que se estrutura a partir de conceitos metafóricos. Como nosso sistema conceptual não é algo a que dirigimos nossa atenção freqüentemente – na maioria dos casos pensamos e agimos de forma automática –, não percebemos como estruturamos nossos conceitos a partir de uma extensão metafórica. Lakoff e Johnson (1980) propõem, então, que estruturamos significados mais abstratos como ARGUMENTAÇÃO, IDÉIA, TEORIA a partir de significados mais concretos. Assim, ARGUMENTAÇÃO em nossa cultura é metaforicamente derivado de GUERRA, IDÉIA de OBJETOS, TEORIA de EDÍFICIO. Daí o motivo por que as sentenças dos grupos (1a, b, c), (2a, b, c) e (3a, b, c) abaixo soam tão naturais para qualquer falante do português:

(1a) Sua crítica foi *direta* no alvo.

(1b) Se você usar essa *estratégia* ele vai *exterminar* você.

(1c) Ele *atacou todo ponto fraco* em meu argumento (Lakoff; Johnson, 1980, p. 4-5).

(2a) É difícil *passar* essa idéia *pra* ele

(2b) Eu *dei* essa idéia pra você

(2c) É difícil *colocar* minhas idéias *em* palavras (Lakoff; Johnson, 1980, p. 11).

(3a) Esse é o *fundamento* de sua teoria?

(3b) A teoria precisa de mais *suporte*.

(3c) Nós precisamos *construir* um argumento *forte* para isso. (Lakoff; Johnson, 1980, p. 46).

## 1.2 SOCIOLINGÜÍSTICA VARIACIONISTA

A sociolingüística possui um aparato teórico bastante extenso, cuja explanação integral foge ao propósito desse trabalho. Interessam-me apenas os conceitos teóricos sociolingüísticos que se aplicam ao modelo laboviano, especialmente no que diz respeito aos conceitos de *vernáculo* e *monitoramento*. Labov (1975, p. 208) define vernáculo como “o estilo em que um mínimo de atenção é dado ao monitoramento da fala”. Logo em seguida, Labov (1975, p. 208) afirma que “a observação do vernáculo nos dá os dados mais sistemáticos para a nossa análise da estrutura lingüística” (p. 208). Desse modo, pode-se afirmar que é a partir do vernáculo que as mudanças lingüísticas emergem; que é no vernáculo que ocorre o processo da gramaticalização. Como sugere Bagno (2005, p. 1), “o vernáculo parece ser, portanto, a fonte mais segura para a investigação dos fenômenos de *mudança lingüística* que afetam uma determinada língua num dado momento histórico”. Associado ao conceito de vernáculo, nos interessa também o conceito laboviano de monitoramento. Segundo Labov (1975, p. 208) “há muitos estilos e dimensões estilísticas que podem ser isoladas numa análise. Mas nós achamos que os estilos podem ser classificados ao longo de uma única dimensão, medida pela atenção conferida à fala”. O discurso segue então um *continuum* de monitoramento que vai do menos formal (extremidade do *continuum* em que nenhuma ou pouquíssima atenção é dada aos recursos lingüísticos usados na fala) ao mais formal (extremidade do *continuum* na qual há uma forte atenção sobre os recursos lingüísticos usados na fala). É na extremidade do mais informal que está o vernáculo:



institucionalização avança, as instituições passam a fazer parte de um complexo de representação simbólica, de modo que elas não servem mais apenas para atender uma necessidade primária da constituição da sociedade, mas para atender necessidades que emanam da própria configuração social simbólica. De forma explicativa, podemos dizer que num primeiro momento os hábitos alimentares atendem a uma necessidade primária de agregação social, porém com o avanço do processo de institucionalização social a alimentação passa a exercer outras funções simbólicas como marcação de identidade e classe social do grupo e do indivíduo, intermediação litúrgica em eventos religiosos, etc. A antropologia lingüística demonstra então que, a exemplo da instituição da alimentação, a instituição da linguagem vai além da função primária que é a comunicação, vindo a ter diversas outras funções simbólicas.

O estudo da norma lingüística, fazendo uso das contribuições da lingüística, sociologia e antropologia, estabelece um quadro teórico que explica o julgamento que o falante e as classes e instituições sociais fazem de sua própria língua. Quando um falante julga uma dada forma lingüística como errada, esse julgamento não se explica apenas pela preferência do falante por outra forma lingüística que ele julga correta. Há na verdade um suporte sociocultural que fundamenta a avaliação do falante. Esse suporte é o que a sociologia e a antropologia chamam de norma. Assim, os julgamentos que os falantes fazem das formas lingüísticas são na verdade resultado de alguma norma social. Convém ressaltar que as normas sociais não são imposições sociais inexoráveis, que anulam a subjetividade, relegando ao indivíduo uma posição meramente passiva; nem, por outro lado, são opções de comportamento às quais o indivíduo pode ou não aderir conforme sua visão moral da realidade social. Nos termos de Bourdieu (1996), as normas sociais são na verdade um reflexo do mercado das trocas simbólicas. Entendido assim, um dado comportamento social não ocorre em virtude de uma imposição social inexorável, em que há atividade por parte da sociedade e passividade por parte do indivíduo, e nem por livre escolha ou adesão do indivíduo. Como bem ressalta Bourdieu (1996, p. 37), “toda dominação simbólica supõe, por parte daqueles que sofrem seu impacto, uma forma de cumplicidade que não é submissão passiva a uma coerção externa nem livre adesão a valores”. A ocorrência de um determinado comportamento em detrimento de outro se dará sempre em função da possibilidade de acumular capital simbólico nessa transação, já que existe uma economia (ou mercado) das trocas simbólicas, paralela à economia das trocas materiais, embora a possibilidade de acúmulo de capital simbólico não seja algo manejável e calculável de forma consciente pelo indivíduo. No que diz respeito às trocas simbólicas lingüísticas, Bourdieu (1996, p. 37)

afirma:

o reconhecimento da legitimidade da língua oficial não tem nada a ver com uma crença expressamente professada, deliberada e revogável, nem com um ato intencional de aceitação de uma 'norma'. Através de um lento e prolongado processo de aquisição, tal reconhecimento se inscreve em estado prático nas disposições insensivelmente inculcadas pelas sanções do mercado lingüístico.

As normas sociais podem ser classificadas em duas categorias, as normas implícitas e as normas explícitas (Aléong, 2001). As normas implícitas se referem às normas sociais que se dão convencionalmente; são aquelas normas que resultam de um pacto social que não requer uma explicitação; são normas que os membros de uma sociedade obedecem sem que eles precisem conhecê-las intencionalmente. Já as normas explícitas são aquelas que resultam de um pacto social intencional. A afirmação desse pacto é confirmada por meio da elaboração material de um código de conduta, onde se encontram as normas de comportamento e, às vezes, as sanções sociais previstas para quem desobedecer. Um bom exemplo de normas sociais explícitas são os códigos de leis.

É lugar-comum para a lingüística o fato de que toda língua apresenta variação. Essa variação resulta principalmente do fato de que toda sociedade é heterogênea. Desse modo, pode-se afirmar que os falantes dispõem de um conjunto variável de formas lingüísticas. A teoria da norma lingüística vem afirmar que a seleção de uma dada forma lingüística num dado contexto não decorre de uma escolha transparente do falante, mas sim de uma norma social. Dessa forma, podemos

conceber a norma lingüística como o produto de uma hierarquização das múltiplas formas variantes possíveis segundo uma escala de valores que incide sobre a 'conveniência' de uma forma lingüística em relação às exigências da interação social (Aléong, 2001, p. 153).

É fato que, do ponto de vista lingüístico, existe por um lado um conjunto ideal de formas lingüísticas bastante invariáveis e homogêneas, presente no julgamento ideal dos falantes, por força de uma norma lingüística dominante; e, por outro lado, um conjunto real de formas lingüísticas bastante variáveis e heterogêneas, presente no uso efetivo da língua nos mais variados contextos de fala. De acordo com Aléong (2001, p. 153),

para dar conta simultaneamente da existência de uma norma lingüística socialmente dominante e da heterogeneidade sistemática dos comportamentos lingüísticos, convém fazer a distinção entre normas explícitas e normas implícitas. A norma explícita compreende esse conjunto de formas lingüísticas que são objeto de uma tradição de elaboração, de codificação e de prescrição (...). Quanto às normas

implícitas, trata-se daquelas formas que, por serem raramente objeto de uma reflexão consciente ou de um esforço de codificação, nem por isso deixam de representar os usos concretos pelos quais o indivíduo se apresenta em sua sociedade imediata.

A norma lingüística explícita é socialmente dominante pelo fato de ser codificada e consagrada num aparato de referência, a gramática normativa. Por meio de um investimento ideológico, a gramática normativa passa a ser concebida no interior da sociedade como o único instrumento lingüístico depositário das formas lingüísticas legítimas (Bourdieu, 1996). Assim, a norma lingüística explícita se impõe “como o ideal a respeitar nas circunstâncias que pedem um uso refletido ou monitorado da língua, isto é, nos usos oficiais, na imprensa escrita e audiovisual, no sistema de ensino e na administração pública” (Aléong, 2001, p. 153).

É possível estabelecer uma relação direta dessas duas categorias da norma lingüística com os conceitos labovianos de vernáculo e monitoramento. Pode-se afirmar que quanto menos a força da norma explícita (padronização) incidir sobre o uso lingüístico, mais ele se aproximará do vernáculo. Por outro lado, quanto mais a força da norma explícita atuar sobre o usuário da língua, mais ele terá que monitorar seu desempenho, distanciando-se assim do vernáculo. Podemos então agora ampliar o gráfico do *continuum* do monitoramento exposto acima:



## CAPÍTULO 2

### DIACRONIA E TRATAMENTO PRESCRITIVO E DESCRITIVO DO ONDE

#### 2.1 VIAGEM DIACRÔNICA DO ONDE: DO LATIM AO PORTUGUÊS

A categorização do ONDE ainda é um problema a ser resolvido nas gramáticas normativas do português<sup>2</sup>. Há gramáticos que classificam o ONDE apenas como advérbio, outros que o classificam tanto como advérbio como pronome relativo. Por ora, convém assinalar que a flexibilidade na classificação categorial do ONDE resulta de sua multifuncionalidade sintática, algo que não é exclusivo do português. Já em latim clássico encontramos os termos locativos QUA, QUO, UBI e UNDE com mais de uma função sintática, o que dificultava sua inclusão em apenas uma categoria gramatical. Tradicionalmente esses termos eram classificados como advérbios de lugar, algo que permanece nas gramáticas do português. Porém, sempre havia ressalva mencionando a possibilidade de esses termos funcionarem como conectivos relativos, o que os aproxima da classe dos pronomes. Desse modo, preferi, por hora, utilizar a classificação simples de locativo (que pode incluir tanto advérbios como pronomes) para fazer uma exploração da viagem diacrônica do ONDE, do latim ao português brasileiro. Num primeiro momento, vou apresentar os locativos no latim clássico, especificamente aqueles que têm alguma relação semântica com o nosso ONDE, passando pelo latim vulgar. Já na fase do português, vou apresentar os locativos no português arcaico que deram origem ao ONDE atual, atentando para a variação de HU, U e ONDE. Em seguida farei uma breve abordagem sobre o DONDE em espanhol e o OÙ em francês. E finalmente vou apresentar uma descrição sobre o tratamento descritivo e prescritivo do ONDE nas gramáticas do português.

##### 2.1.1 Os locativos relativos em latim clássico

Os advérbios latinos constituem uma classe de palavras não-flexionada, cuja origem, segundo Lindsey (1915, p. 135 *apud* Souza, 2003, p. 159) remonta à forma de um dos casos

---

<sup>2</sup> O tratamento do ONDE nas gramáticas normativas será abordado mais extensivamente em 2.2.1 Tratamento do ONDE nas gramáticas normativas do português.

de algum nome, adjetivo ou pronome. Noutras palavras, os advérbios resultam de um processo de gramaticalização sofrido por um nome, adjetivo ou pronome (principalmente os demonstrativos, no caso dos pronomes), em que a forma de um determinado caso (normalmente o ablativo) se desprende do sistema de declinação e passa a ser interpretada como uma forma invariável, semântica e morfologicamente autônoma.

Farias (1958, p. 251 *apud* Souza, 2003, p. 159) oferece um conjunto de possibilidades um pouco maior para a origem dos advérbios. Ele afirma:

Quanto à sua origem, muitos advérbios são simples formas casuais, fixadas em determinados casos [...]. Outras vezes são formados de certas terminações que lhe são características, geralmente provenientes de antigas desinências nominais, conservadas ou não pela língua comum. Finalmente alguns representam verdadeiras locuções prepositivas que acabaram por ser compreendidas como um único vocábulo.

Por motivo de escopo desse trabalho, não vamos abordar todos os locativos latinos, mas apenas os que apresentam alguma relação semântica ou etimológica com o ONDE. Nesse caso, nos interessam apenas os locativos latinos QUA (lugar por onde) e QUO (lugar para onde) – que se relacionam apenas semanticamente com o ONDE – e os locativos UBI (lugar onde) e UNDE (lugar de onde) – que se relacionam tanto semântica quanto etimologicamente com o ONDE.

#### 2.1.1.1 Os locativos relativos QUA e QUO

Os pronomes relativos latinos QUI, QUAE e QUOD possuem uma relação bastante estreita com os pronomes indefinidos interrogativos QUIS, QUAE e QUID, distinguindo-se apenas nas formas: nominativo singular masculino e nominativo singular neutro, conforme se pode observar nos quadros abaixo. Os advérbios locativos QUA (por onde) e QUO (para onde) são formas derivadas dos pronomes relativos QUI, QUAE e QUOD, podendo se dizer que se trata do próprio pronome relativo em ablativo, tomado adverbialmente. A forma QUO, “para onde”, “aonde”, poderia ser compreendida como um ablativo-locativo, ao passo que QUA, “por onde”, poderia ser considerada um ablativo de meio, significando “o lugar por onde” (Ernout; Thomas (1953), §§ 116, 119 *apud* Sá, 2002, p. 20-1). Vejam-se abaixo os quadros de declinação dos pronomes relativos e interrogativos:

Quadro 1 – Declinação do pronome relativo em latim

	SINGULAR			PLURAL		
	masculino	feminino	neutro	masculino	feminino	neutro
NOM.	qui	quae	quod	qui	quae	quae
ACUS.	quem	quam	quod	quos	quas	quae
GEN.	cuius			quorum	quarum	quorum
DAT.	cui			quibus		
ABL.	quo	qua	quo	quibus		

Quadro 2 – Declinação do pronome indefinido interrogativo em latim

	SINGULAR			PLURAL		
	masculino	feminino	neutro	masculino	feminino	neutro
NOM.	quis	quae	quid	qui	quae	quae
ACUS.	quem	quam	quod	quos	quas	quae
GEN.	cuius			quorum	quarum	quorum
DAT.	cui			quibus		
ABL.	quo	qua	quo	quibus		

Portanto, do ponto de vista sintático, QUA e QUO podem funcionar como pronomes relativos e advérbios relativos de lugar, nas orações relativas (Sá, 2002), sendo que os pronomes relativos recebem flexão de caso e de número de acordo com as exigências morfossintáticas, e os advérbios relativos de lugar, não. Seguindo a argumentação de Ernout e Thomas (1953) apresentada logo acima, QUA e QUO, quando advérbios relativos de lugar, já constituem uma flexão, a saber, a do caso ablativo, que tem a função de adjunto circunstancial ou adverbial. Seguem-se alguns exemplos:

a) Orações relativas introduzidas por pronome relativo (Sá, 2002, p. 19):

- (1) *huius ... praeceptisque conformata ... , a QUO id accepimus, QUO ceteris opitulari et alios seruire possumus...* (Cícero, Pro Archia, 1, 1) (“... modelada pelos ensinamentos dele... de quem recebemos isto, com o que podemos preservar outros e auxiliar os restantes...”).
- (2) *An uero tam parui animi uideamur esse omnes, QUI in republica atque in his uitae periculis laboribusque uersamur...* (Cícero, Pro Archia, 12, 30) (“Porventura todos (nós), que nos ocupamos na república e em seus perigos e nos trabalhos da vida, parecemos ser de ânimo tão pequeno...”).

b) Orações relativas introduzidas por advérbio relativo de lugar (Sá, 2002, p. 19):

- (3) ...*Catilina, perge QUO coepisti...* (Cícero, *Catilinárias*, I, 5, 10) (“...ó Catilina, prossegue por onde começaste...”)

#### 2.1.1.2 Os locativos relativos UBI e UNDE

Ernout e Meillet (1951, p. 715, 747) classificam UBI (*ubei*) como advérbio de lugar, relativo e interrogativo, com o sentido de “no lugar onde” (sem movimento), “onde”; podendo ser empregado também com sentido de tempo, “no momento em que, quando, logo que”. Já UNDE é classificado como advérbio (“de onde”), relativo e interrogativo. Do ponto de vista etimológico, Ernout e Meillet (1951, p. 716) afirmam que UBI, bem como UNDE, UMQUAM e UTER fazem parte dos termos com U- inicial que pertencem ao grupo de relativo-indefinido QUIS, QUI. É em UBI que esse U- inicial tem sua explicação mais nítida, pois UNDE não tem uma etimologia clara, e UMQUAM e UTER têm U- apenas secundariamente.

#### 2.1.2 Locativos relativos no Latim Vulgar

Maurer Jr. (1959, p. 113-114), ao comentar sobre os relativos no latim vulgar, afirma que a língua vulgar conservou o pronome relativo clássico, porém com a perda de diversas formas, especialmente as do plural, bem como a perda da distinção entre masculino e feminino. O que fica é o seguinte:

Quadro 3 – Quadro dos pronomes relativos em latim vulgar

	MASCULINO E FEMININO	NEUTRO
NOM.	qui	quod (e <i>quid</i> )
DAT.	cui	-
ACUS.	quem	quod (e <i>quid</i> )

##### 2.1.2.1 Os locativos relativos QUA, QUO, UBI e UNDE no latim vulgar

Em relação aos advérbios de lugar, Maurer Jr. (1959, p. 166) afirma que os advérbios demonstrativos que constituíam um grupo de correlativos, indicando posição, direção, procedência e passagem por um lugar, perderam-se em grande parte e às vezes se

confundiram. Desse modo, UBI passa a ser empregado no lugar de QUO<sup>3</sup>, IBI no lugar de EO; UNDE substitui frequentemente UBI, como se pode verificar com os termos que permaneceram em português ONDE, em espanhol antigo ONDE, em francês antigo ONT, em provençal ON.

Apesar da prevalência do termo UNDE sobre UBI em latim vulgar, há que se constatar que havia na verdade uma variação entre as duas formas, algo que continuou a ocorrer nas línguas românicas, como por exemplo no português com as formas HU, U e ONDE. Passaremos a tratar dessa variação logo abaixo.

### 2.1.3 Locativos no português antigo

O latim clássico, como demonstrado acima, apresentava um quadro de locativos relativos composto por quatro termos com propriedades semânticas bastante especializadas:

QUA (lugar por onde)

QUO (lugar para onde)

UBI (lugar onde)

UNDE (lugar de onde)

Conforme destacado por Maurer Jr. (1959), no latim vulgar perdem-se os usos especializados dos relativos locativos, o que provocou o enfraquecimento e posterior desaparecimento das formas QUA e QUO. Os sentidos de posição, procedência, direção e passagem por algum lugar, que anteriormente tinham formas específicas, convergem nas formas variáveis UBI e UNDE, que deram origem ao HU (U) e ONDE, respectivamente, do português arcaico.

A filologia e a gramática histórica do português dividem a história do português em três grandes fases, que podem ser assim cronologizadas:

1) Português arcaico (primeira e segunda fase): compreende os séculos XIII, XIV e XV, período no qual a escrita a) apresentava uma variação gráfica bastante acentuada, b) seguia uma orientação eminentemente fonológica, e c) não era regulamentada pela atividade dos gramáticos, que veio a surgir apenas no século XVI, com a publicação da primeira gramática em português de Fernão d'Oliveira, em 1536.

2) Português moderno: a 1ª fase compreende os séculos XVI a XVIII (1540 a 1750) e a segunda, o século XIX.

3) Português contemporâneo: séculos XX e XXI.

---

<sup>3</sup> Algo que já ocorria em latim clássico: “ubi ducis asinum istum?” (Apuleio, *Metamorphosis*, 9,39 *apud* Maurer Jr., 1959, p. 166, em nota)

Para a descrição do uso do ONDE no português arcaico recorreremos ao trabalho de Mattos e Silva (1989), que utiliza como *corpus*-base *Os diálogos de São Gregório*, um texto com data anterior ao ano de 1385, e ao trabalho de Bonfim (1993), que utiliza um *corpus* mais extenso, envolvendo obras dos séculos XIII ao XVI.

### 2.1.3.1 A análise de Mattos e Silva (1989)

#### A) HU e ONDE interrogativos

Mattos e Silva (1989, p. 240), ao tratar do HU e ONDE no português trecentista, começa abordando o funcionamento de HU e *onde* como locativos interrogativos. A autora afirma que se depreende do *corpus* um sistema em que basicamente se pode interrogar sobre:

- a) o ponto em que algo ou alguém se encontra;
- b) o ponto a que ou para que algo ou alguém se destina;
- c) o ponto de que algo ou alguém provém.

As expressões para essas três possibilidades semânticas são distribuídas da seguinte maneira:

a. 'ponto em que'	HU
b. 'ponto a que'	
c. 'ponto de que'	ONDE

Segundo Mattos e Silva (1989), foram coletados do *corpus* 86 ocorrências da forma HU, das quais apenas 46 tiveram o contexto analisado, e 30 ocorrências da forma ONDE. Dos 46 contextos analisados da forma HU, apenas 7 apresentam o HU funcionando como introdutor de uma interrogativa, nos demais casos funciona como locativo relativo. Desses 7 casos, em 4 o HU é empregado com o valor semântico de '*ponto em que*', e em 3 com o valor semântico de '*ponto a que*'. Veja-se a distribuição no gráfico abaixo:

Quadro 4 – Distribuição das ocorrências de HU

TERMO	VALOR SEMÂNTICO	FUNÇÃO SINTÁTICO-DISCURSIVA	OCORRÊNCIAS
HU	a. 'ponto em que'	Locativo interrogativo	4
		Locativo relativo	34 <sup>4</sup>
	b. 'ponto a que'	Locativo interrogativo	3
		Locativo relativo	5
TOTAL			46

Eis os exemplos citados por Mattos e Silva (1989):

HU (a):

- (8) - Hu he ora o Deus de Elias? (1.4.23).
- (9) - Hu comestes? (2.12.7).
- (10) - *Hu* é o seu filho? (2.32.18-20).
- (11) - ... e preguntô-os *hu* era o abade (1.8.10).

HU (b):

- (12) - *Hu* te queres ir? (1.5.10).
- (13) - *Hu* vas? (2.30.4-6).
- (14) - ... e preguntoo-u *hu* ia? (2.1.39).

Quanto ao ONDE, ocorre apenas 2 vezes, como introdutor de interrogativa.

ONDE:

- (15) - *Onde* lhe poderia viir que adeviãsse as cousas que avian de viir, depós sa morte, se non que a alma he de tanta vertude e de tanta soteleza que vio que avian de viir ao seu corpo? (4.24.13).

<sup>4</sup> Na consulta que fiz à obra de Mattos e Silva (1989), cheguei a um total de 34 ocorrências de HU como locativo relativo, apesar da autora apresentar uma tabela na página 242 com apenas 33. O fato se explica mediante uma consulta ao quadro sintético que aparece no final do capítulo, onde a autora classifica, isoladamente, o único caso de HU como relativo-temporal. No entanto no corpo do texto se lê o seguinte: “Dessas 33 ocorrências de *hu* (a) como relacionante relativo há uma em que *hu* assume valor temporal e não locativo” (Mattos e Silva, 1989, p. 243). Como se pode perceber a partir do sentido do texto, o caso único de HU como relativo-temporal está incluído nas 33 ocorrências relativas, não constituindo, portanto, um caso a parte, como é apresentado no quadro final. Por esse motivo, computei 34 ocorrências para o uso locativo relativo de HU, e não apenas 33.

- (16) ... preguntei-o mui de coraçõn *onde* era e el mi respondeu que era da cidade de Tuderte (1.28.4).

De acordo com Mattos e Silva (1989, p. 241) os 9 casos de usos de HU e ONDE transcritos acima permitem a seguinte síntese e conclusão: HU equivale aos atuais ONDE e PARA ONDE, enquanto ONDE, equivale ao atual DE ONDE, dos dialetos considerados fontes da norma-padrão.

Da análise da autora sobre os locativos interrogativos, chama a atenção ainda o fato de que não foi encontrada no *corpus* nenhuma ocorrência de HU e ONDE precedido das preposições A, PARA e DE, o que leva a autora a fazer a seguinte conclusão: “Portanto, *hu*, *onde* não ocorrem precedidos dessas preposições, nem de outras” (Mattos e Silva, 1989, p. 241-242).

#### B) HU e ONDE relativos

HU é empregado na maioria dos casos como locativo relativo. Das 46 ocorrências de HU analisadas, em 38 aparece como relativo em orações afirmativas, sendo 33 com o valor semântico de ‘*ponto em que*’, e 5 com o valor semântico de ‘*ponto a que*’:

Quadro 5 – Distribuição das ocorrências de HU quanto ao valor semântico

TERMO	VALOR SEMÂNTICO	OCORRÊNCIAS
HU	a. 'ponto em que'	33
	b. 'ponto a que'	5
TOTAL		38

Ressalta-se que além das 33 ocorrências com o valor semântico ‘*ponto em que*’, há uma em que o HU, apesar de semanticamente carregar a noção de ‘*ponto em que*’, esse ‘*ponto em que*’ assume um valor temporal:

- (17) Ca, como quer que aqueles que ordiada vida fazen non queiran seer meestres *hu* primeiramente foron discipulos (1.2.20) (p. 243).

Quanto ao ONDE, percebe-se o mesmo comportamento do HU, isto é, ocorre na maioria das vezes como relativo e não interrogativo. Das 30 ocorrências de ONDE analisadas, em 28 o ONDE aparece como relativo. Do ponto de vista semântico o ONDE tem um funcionamento mais amplo que o HU, podendo assumir não apenas o valor de *espaço físico*, mas também de

*espaço abstrato* ou *nocional, de posse, de tempo* e um valor mais discursivo *de conclusão*; vejamos alguns exemplos apresentados pela autora:

ONDE *espacial*

- (18) ... lhi talhava aquela parte do corpo *onde* lhi aquele mal nascia (1.5.54) (p. 244).  
 (19) - Tornaste este homen a seu logar *onde* o tirastes... (1.28.4) (p. 244).

ONDE *nocional* ou *abstrato*

- (20) E pera crecentar mais mha tresteza? todas aquelas cousas *onde* mi door e desprazer algũã podia nacer (1.1.6) (p. 245)  
 (21) ... começô a rogar que lhi desse *onde* podesse amansar? a sanha do clérigo. (1.19.12) (p. 245).

ONDE *possessivo*

- (22) Fiiz ... que foi noutro dia preposto naquel moesteiro *onde o fora Libertino*, contou a mim (= Libertino foi abade do mosteiro) (1.5.24) (p. 245).  
 (23) - Rogo-te que mi des todolos cativos que aqui tẽes da cidade *onde eu sôo bispo* (= eu sou bispo da cidade) (3.2.38) (p. 245)

ONDE *temporal*

- (24) Acecer-lhis-ia que *onde* homen cuidava que a culpa menguasse, ende creceria e faria-se maior. (4.8.8) (p. 246).  
 (25) E era gram maravilha ca *onde* huum avia mal, ende os outros todos avian peor (3.5.11) (p. 246).

ONDE *conclusivo*

O uso do ONDE conclusivo é bastante recorrente no *corpus*, chegando a 11 de um total de 28 ocorrências do ONDE como relativo. Esse uso do ONDE, que não retoma um antecedente, caracteriza-se por expressar “uma conclusão decorrente da argumentação desenvolvida no discurso, equivalente ao actual *donde, logo*” (Mattos e Silva, 1989, p. 246):

- (26) *Onde* porque o miragre que fez quando os cegos alumeou quis que jovesse

ascondudo e pero non se pôde asconder (1.17.26) (p. 246)

- (27) *Onde*, Pedro, no quis Nosso Senhor que se fizesse algũa cousa e non se pôde fazer, mais quis dar a entender... (1.17.30) (p. 247).

Os usos de ONDE analisados por Mattos e Silva podem ser apresentados graficamente do seguinte modo:

Quadro 6 – Distribuição das ocorrências do ONDE

TERMO	VALOR SEMÂNTICO	FUNÇÃO SINTÁTICO-DISCURSIVA		OCORRÊNCIAS
ONDE	c. 'ponto de que'	Locativo interrogativo	Espacial/nocional	2
		Locativo relativo	Espacial/nocional	12
			Possessivo	3
			Temporal	2
			Contextual	11
TOTAL			30	

A conclusão de Mattos e Silva (1989) acerca dos locativos HU e ONDE no português arcaico é a seguinte:

Da análise desses dados se pode concluir que o sistema analisado é constituído basicamente de dois termos: *hu* e *onde*, sendo o elemento semanticamente não marcado *hu*, que expressa tanto o *ponto em que* como o *ponto a que* e associado à preposição *per* indica o *ponto através de que*; e *onde*, o elemento marcado, que tem como traço semântico básico o *ponto a partir de que*, quer espacial, quer nocional, quer temporal, quer possessivo, quer contextual. [...]. Do ponto de vista sintático a distribuição mais comum desses elementos é a de relativo, o que é explicável pelo tipo de narrativa, da mesma forma que a marcante incidência de *onde* conclusivo decorre do discurso de tipo argumentativo de certas passagens da obra (Mattos e Silva, 1989, p. 247).

A autora apresenta ainda o seguinte quadro que sintetiza os dados discutidos:

Quadro 7 – Quadro síntese dos dados analisados por Mattos e Silva (1989)

LOCATIVOS		hu (a)	hu (b)	u	onde	
Características						
SINTÁTICAS	interrogativo	+ (4)	+ (3)	-	+ (2)	
	relativo - locativo	+ (33)	+ (5)	+ (4)	+ (15)	
	relativo - temporal	+ (1)	-	-	+ (2)	
	relativo - conclusivo	-	-	-	+ (11)	
TOTAL		38	8	4	30	
SEMÂNTICAS	ponto em que	espacial	+ (37)	-	-	-
		temporal	+ (1)	-	-	-
	ponto a que		-	+ (8)	-	-
	ponto através de que		-	-	+ (4)	-
	ponto de que	espacial/nocional	-	-	-	+ (14)
		possessivo	-	-	-	+ (3)
		temporal	-	-	-	+ (2)
		contextual	-	-	-	+ (11)

(Mattos e Silva, 1989, p. 248)

### 2.1.3.2 A análise de Bonfim (1993)

O trabalho de Bonfim (1993) consiste numa análise do percurso dos pronomes-advérbios U (HU) e ONDE (mais raramente HUNDE) na fase do português que se estende do século XIII ao XV inclusive. Segundo a autora, seu trabalho tem duas etapas distintas: 1) determinar os índices de ocorrência dos itens em estudo no *corpus* previamente estabelecido e os contextos em que aparecem e 2) detectar uma possível variação dos elementos, procurando estabelecer as zonas de interferência entre ambos. Por hipótese, a autora propõe o cumprimento das seguintes tarefas: 1) detectar a partir de que época se observa a variação dos elementos; 2) precisar os contextos favorecedores da variação; 3) acompanhar as modificações que se foram operando no sistema até o desaparecimento definitivo de *u* e a confirmação de *onde*; e 4) determinar a época aproximada da implementação da mudança (Bonfim, 1993, p. 96). Para isso a autora utiliza um *corpus* bastante extenso, incluindo diversos textos dos séculos XIII ao XV, que foram divididos em três partes: a) séculos XIII e XIV, com o texto *Demanda do Santo Graal* (DGS), cuja tradução do francês ocorreu muito provavelmente no final do século XIII e continuou sendo copiado até o século XVI; b) séculos XIV e XV, com os textos *Crônica Geral de Espanha de 1344* (GGE), sendo que os códices utilizados para a pesquisa datam do século XV; *Orto do Esopo* (OE), obra de cunho religioso

escrita provavelmente nos fins do século XIV ou começo do século XV; *Regra de São Bernardo* (RSB), *Livro da ensinaça de bem cavalgar toda sela* (SC) e *Crônica de D. Fernando* (CDF), de Fernão Lopes; c) obras do século XVI ou posteriores, com os textos *Gramática de Fernão de Oliveira* (F.O)-1536, *Gramática de João de Barros* (J.B.) - 1540, *Ortografia da língua portuguesa* – Duarte Nunes do Leão (ORT)-1576, e *Origem da língua portuguesa* – Duarte Nunes Leão (ORIG) – 1606 (Bonfim, 1993, p. 97).

Como me interessam apenas os dados do português arcaico, vou proceder a uma análise apenas do tópico em que a autora aborda o período da primeira parte, isto é, os séculos XII e XIV. Como informado acima, para esse período Bonfim (1993) usa apenas o texto *Demanda do Santo Graal* (DSG), do qual coleta e analisa as ocorrências de U e ONDE/UNDE. Passo agora a expor os dados da pesquisa.

#### A) Delimitação do problema

Bonfim (1993) apresenta inicialmente um encaminhamento da questão, onde faz uma delimitação do problema a ser investigado. Destacam-se nesse ponto as seguintes informações:

- a) A coexistência dos sucedâneos de UBI e UNDE em etapas passadas, não só da língua portuguesa, mas das línguas românicas em geral, com a sobrevivência de apenas um dos elementos (no caso do português o ONDE, do espanhol o DONDE, francês o OÙ, etc.), aponta para um processo de mudança lingüística mais amplo, que se inicia no latim, ultrapassa a fase do romance e se resolve diferenciadamente nas fases mais antigas de cada língua do grupo (Bonfim, 1993, p. 97).
- b) As gramáticas históricas, dicionários etimológicos e glossários registram a presença de U e *onde* no português arcaico e substituição do primeiro pelo segundo. Nesse ponto, a autora destaca as seguintes informações como particularmente relevantes: 1) ambos podiam funcionar como pronomes relativos e interrogativos; 2) num dado momento, U e ONDE opunham-se semanticamente, o primeiro expressando a direção e o segundo, a proveniência; 3) apesar de ONDE já denotar proveniência (= de onde), DONDE vulgarizou-se nessa acepção e 4) no século XVI, U é considerado fora de uso (Bonfim, 1993, p. 98).

#### B) U e ONDE em *Demanda do Santo Graal* (DSG) do século XIII-XIV

Segundo Bonfim (1993), na DSG aparece também, embora com pouca frequência, a

forma UNDE, que é agrupada à forma ONDE, por não caracterizar um emprego diferente. Ao todo foram encontradas 178 ocorrências dos elementos em análise distribuídos da seguinte maneira:

Quadro 8 – Ocorrências de U, ONDE e UNDE na D.S.G.

D.S.G.		
LOCALIZADORES	OCORRÊNCIAS	%
U	113	63,48
ONDE	59	33,14
UNDE	6	3,37
TOTAIS	178	100.0

Do ponto de vista semântico, Bonfim (1993, p. 99) afirma que, em princípio, U e ONDE/UNDE se distinguem. ONDE e UNDE equivalem a DE ONDE, na acepção de procedência, origem e, por extensão, causa. Também podem corresponder a DE QUE, DE QUEM, DO(A) QUAL, quando relativos. Já U se usa para localizar, com valor de ONDE, POR ONDE e PARA ONDE. Nos dois últimos valores semânticos o U aparece regido ou não de preposição. A autora destaca ainda: 1) um uso de ONDE e de UNDE denominado de discursivo, por estabelecer ligação intra ou extra-frástica entre segmentos do texto, por necessidade argumentativa; 2) 12 ocorrências de U com valor temporal e 3 de ONDE com o mesmo valor; e 3) 1 ocorrência de ONDE num contexto próprio do pronome relativo QUE.

Seguem abaixo alguns dos exemplos citados por Bonfim (1993, p. 99-101), com os seus respectivos contextos:

I – Sem antecedentes

A. Em interrogações diretas e indiretas

ONDE

(28) – Amigo, *onde* sodes e de qual linhagem? (c. 35, p. 43) = de onde

U

(29) – E *u* foi a batalha? (c. 153, p. 205) = onde

B – Indicando procedência (= de onde)

ONDE

- (30) – Daquela parte, disse Estor, *onde* eu venho, não acharemos rem, nem *onde* vós vindes [...] (c. 141, p. 187).

#### DONDE

- (31) – Nem? disse el: pois *donde* sodes? (c. 246, p. 371).

#### C – Indicando direção

##### a) sem preposição

###### U

- (32) E eu vos levarei *u* ele é. (c. 50, p. 65) = a onde.

##### b) com preposição

###### U

- (33) Entam se tornou *contra u* cuidou que acharia mais toste Galvam e Elaim (c. 144, p. 191) = contra onde.
- (34) E de hoje – mais podês ir *para u* quiserdes e Nosso Senhor vos guir. (c. 232, p. 347) = para onde.

#### D – Indicando lugar por onde (com preposição)

###### U

- (35) Tanto que esto disse, meteu-se na floresta, e foi-se *por u* cuidou que acharia o cavaleiro, quanto o cavalo o pode levar (c. 164, p. 229) = por onde.

#### E – Discursivo

###### ONDE

- (36) Depois que el foi em terra, achou os corações tam duros e tam envoltos nos pecados mortaaes, que tam maaus lhe eram de tornar a si, quam maau seria a ùu homem molentar ùa pedra mui grande. *Onde* disse el pola boca do seu profeta Davi: - “Eu sôo senlheiro na minha paixam”: (c. 60, p 79).

#### F – Com valor temporal

###### ONDE

- (37) [...] aconteceu que aquel dia que foe morta, que apareceu a essa hora a el-rei Artur,

*onde* jazia dormindo em sua câmara em Camaalot, e vinha coroada; (c.224, p. 335) = quando.

## U

(38) E *u* ela estava em tam grã ledice, disse a Artur [...] (c. 224, p. 335) = quando.

## II – Com antecedente

### G – Equivalente a *de que, de quem*

#### ONDE

(39) Pola mão devedes vós a entender a caridade; polo eixamete vermelho *onde* era cuberta, devedes a entender o fogo de Santo Espírito, *onde* vem caridade [...] (c. 160, p. 223) = de que; de quem.

## H – Localizador estático

### U

(40) Uum dia lhe aveo que a ventura o levou per ante ùi castelo, *u* havia toneo forte e maravilho [...] (c. 252, p. 377) = onde.

Bonfim (1993, p. 101) apresenta o quadro a seguir que totaliza as ocorrências de U e ONDE/UNDE na amostra consultada da DSG:

Quadro 9 – Quadro síntese das as ocorrências de U e ONDE/UNDE na DSG

EMPREGO DE U E DE ONDE/UNDE - DSG				
	Número de ocorrência			
	SEM PREPOSIÇÃO		COM PREPOSIÇÃO	
	u	onde/unde	u	onde/unde
1. ESTÁTICO = onde(?) no lugar em que	99	02	0	0
= que/de que/ de quem	0	29	0	0
2. DINÂMICO				
Direção e lugar por onde	14	01	24	02
Proveniência = de onde (?)	03	18	01	13
3. OUTROS EMPREGOS				
DISCURSIVO	0	08	0	0
TEMPORAL	12	03	0	0

(Bonfim, 1993, p. 101)

Confrontando os dados coletados da DSG, analisados por Bonfim (1993) com os

dados coletados de *Os diálogos de São Gregório*, analisados por Mattos e Silva (1989), chega-se a um sistema bastante semelhante, mas com uma diferença fundamental, algo constado e discutido por Bonfim (1993, p. 103) do seguinte modo:

O sistema apresentado por Silva basicamente não difere do que estou propondo, a partir dos dados da DSG. O ponto principal de divergência está no registro de ocorrências preposicionadas dos elementos estudados na DSG, tanto na aceção de proveniência quanto na de direção. [...] Essa diferença entre os dois sistemas permite dizer que o texto dos *Diálogos*, no que toca aos locativos *u* e *onde*, reflete uma fase mais antiga da língua. A harmonia com um sistema mais conservador e a observação de uma variação incipiente são elementos que me levam a propor o sistema depreendido a partir dos dados da DSG como parâmetro para o acompanhamento da variação entre *u* e *onde*, até a implementação da mudança.

O quadro abaixo mostra a distribuição dos 25 casos preposicionados do elemento U e os 15 do elemento ONDE encontrados por Bonfim (1993) na DSG:

Quadro 10 – Ocorrências preposicionadas de U e ONDE na DSG

DSG – OCORRÊNCIAS PREPOSICIONADAS DE U E ONDE

PREP	Valor semântico	U	ONDE
de	Proveniência	01	13
per por	Lugar por onde	14 02	0 0
ante contra para	Direção	01 06 01	0 02 0
	TOTAIS	25	15

(Bonfim, 1993, p. 103)

## 2.1.4 O locativo ONDE em outras línguas românicas

A exemplo do que ocorre em português, como demonstrarei mais tarde, o ONDE noutras línguas românicas também tem um funcionamento bastante multissêmico, podendo fazer referência a espaço físico, espaço virtual e tempo, além de poder funcionar como operador discursivo. Por questão de espaço, escolhi apenas duas línguas românicas, o espanhol e o francês, para fazer uma breve discussão sobre o funcionamento do ONDE.

### 2.1.4.1 O ONDE (DONDE) em espanhol

De acordo com Pidal (1958, p. 335 *apud* Kersch, 1996, p. 85) o advérbio latino UNDE (lugar de onde) evoluiu para a forma ONDE, ON vindo a desaparecer posteriormente. A

combinação da preposição DE mais o advérbio UNDE (DUNDE), que já ocorria em latim clássico, passa a DONDE no latim vulgar e se consolida em espanhol como advérbio, assumindo a idéia simples de *lugar* ONDE. Essa explicação pode ser reforçada em Câmara Jr. (1976, p. 122, em nota), que afirma que em espanhol DONDE substituiu ONDE.

Segundo Corominas (1967, p. 190-2) “junto com o *ond(e)* ou *dond(e)* existiu até o séc. XIV o termo *o*, procedente do latim *ubi* ‘*lugar onde*’, e seu sucedâneo *do*, que ainda existe no estilo poético”. Segundo o autor, “não há dúvida que o castelhano pré-literário distinguia conseqüentemente o emprego de *o*, com idéia de repouso ou de movimento por onde (*por donde*) ou para onde (*hacia donde*), e *onde* reservado para a idéia de procedência, como em latim”. No entanto, com a coincidência das formas O, conjunção alternativa procedente do ditongo AUT, e o O, advérbio de lugar procedente de UBI, passou-se com freqüência a empregar o DO como equivalente e substituto de O. Já a forma DONDE aparece num primeiro momento como mero reforço enfático de ONDE, se torna posteriormente a única expressão inequívoca da idéia de procedência, e finalmente a assume de forma definitiva o duplo sentido do seus sinônimos DO e ONDE, condenando-os ao desaparecimento.

Desse modo, embora etimologicamente preposicionada, a forma atual DONDE não carrega nenhum sentido intrínseco de proveniência (conteúdo semântico bastante peculiar à preposição DE acoplado ao início da palavra), repouso ou direção, sendo necessária a utilização de preposições para a expressão desses sentidos. Por isso criaram-se as formas ADONDE, para a direção, DE DONDE para proveniência, e outras formas preposicionadas como POR DONDE, etc.

O DONDE, de acordo com a tradição gramatical do espanhol, é um advérbio de lugar que pode introduzir orações relativas, cujo elemento antecedente tenha noção espacial. Bon (1995, p. 322) explica que quando o antecedente é um lugar, a oração relativa vem introduzida pelo operador DONDE (*onde*), por *en el/la / los/las cual/cuales* (*no/na / nos/nas qual/quais*):

(41) Te apetece ir a ese pueblo DONDE estuvimos el año pasado de vacaciones?

Segundo Bon (1995, p. 323) quando o antecedente é um elemento temporal, a oração relativa só se introduz com *en que* e *cuando*:

(42) No te acuerdas de él? Lo conocimos el día en que tuvimos la avería en Castellón.

De acordo com a busca que fiz em gramáticas normativas do espanhol, não encontrei

nenhuma que apontasse a possibilidade de ocorrência do DONDE com sentido além de espaço físico. Esse fato por si só não confirma a ocorrência do DONDE com sentido exclusivo de espaço físico. Pode acontecer com as gramáticas normativas do espanhol o mesmo que ocorre com algumas gramáticas normativas do português brasileiro, que sequer registram a multifuncionalidade e polissemia do ONDE, apesar de ser um fenômeno com ocorrência bastante abundante tanto na fala quanto na escrita mais monitorada, como demonstrarei mais tarde.

A gramática descritiva consultada propõe uma descrição mais ampla do DONDE, demonstrando sua possibilidade de introduzir orações relativas cujos antecedentes não sejam exclusivamente de lugar. Alcina e Blecua (1994) apontam as seguintes relações estabelecidas entre o DONDE e seus antecedentes:

(1) O antecedente é um advérbio locativo de lugar. A oração subordinada introduzida por *donde (onde)* descreve e pontualiza o sentido do advérbio [...]:

Y no solamente allá donde tudo se juzga así como debe, mas en esta vida también y en los ojos de todos, hace Dios justicias ejemplares de esta maldad (Fr. Luis de León, *Exposición del Libro de Job*)

(2) O antecedente do relativo *donde (onde)* pode ser um substantivo que expressa ‘lugar, recinto ou um objeto qualquer acerca do qual se enuncia na oração subordinada uma relação semelhante à que simboliza a preposição *en (em)*’ [...]:

Pedi hospitalidad en una casucha donde había un anciano inválido y una mujer joven (Galdós, *Juan Martín, el Elpeciando*, 225).

(3) Pode faltar o antecedente como nos demais relativos [...]:

Donde no hay harina, todo es mohína; Donde la alameda se acaba comienza un parterre (G. Martínez Sierra, *Tú eres la paz.*, 16)

(4) O antecedente pode ser também todo um conceito enunciado pela oração principal. É um uso conhecido igualmente pela maior parte dos relativos. A oração subordinada se situa após a oração principal e a idéia de lugar pode mudar até tomar caráter de consequência lógica em coincidência com o uso de *aquí (aqui)*, *ahí (aí)*:

Con los bocados a medio mascar en la boca, se quedaron dormidos, donde los dejaremos por ahora (Cervantes, *Quijote*, II, 13); **consecuencia:** Veintitrés uagangas quedaron excluidos en esta suerte y tuvieron que abandonar el local; de donde yo deduje que acaso estas ceremonias equivaldrían a nuestros complicados procedimientos electorales (Á. Gavivet, *La Conquista del Reino de Maya*, 59).

Os autores afirmam ainda que:

“em casos particulares, as orações introduzidas por *donde (onde)* podem tomar valor condicional e valor final:

(a) o valor condicional se consegue com a formula *donde no*, que tradicionalmente é considerada uma frase elíptica [...]:

Si esto él hace sin quitarme la vida, yo volveré a mejor discurso mis pensamientos; donde no, no hay sino rogarle que absolutamente tenga misericordia de mi alma

(Cervantes, *Quijote*, I, 27).

(b) Toma valor final quando o verbo subordinado vai no subjuntivo e *donde* tem como antecedente um substantivo:

Tened confianza en Dios, que no os ha de faltar un estado donde vivaáis como un príncipe (Cervantes, *Quijote*, I, 30).

Como pode se observar a partir da descrição feita por Alcina e Blecua (1994), o DONDE em espanhol tem um aspecto semântico mais limitado que o ONDE no português, não podendo, por exemplo, retomar um antecedente temporal. No entanto, pode funcionar como um operador discursivo, denotando conclusão, finalidade e condição, algo que certamente vai muito além da propriedade semântica de locativo. Esses usos apontam invariavelmente para um processo de gramaticalização e inovação semântica sofrido pelo DONDE em espanhol muito semelhante ao que aconteceu com o ONDE em português.

#### 2.1.4.2 O ONDE (DONT e OÙ) em francês

OÙ em francês provém do termo latino UBI. Diferentemente do espanhol e do português, que receberam os locativos DONDE e ONDE, respectivamente, do termo latino UNDE, o francês recebeu seu termo locativo OÙ, do termo latino UBI. No entanto, assim como o espanhol (UBI> O e UNDE> DONDE) e o português (UBI> (H)U e UNDE > ONDE), o francês, na fase arcaica, teve o reflexo dos dois termos latinos, (UBI> OÙ e DE UNDE > DONT), vindo a prevalecer como locativo apenas OÙ.

O pronome DONT, segundo Darmesteter (s/d., p. 81), vem do latim DE UNDE, e é, segundo sua etimologia, um advérbio de lugar que significa “de onde, de qual lugar”. Esse valor adverbial locativo do DONT se conservou no francês arcaico, conforme se vê no exemplo abaixo, dado por Darmesteter (s/d., p. 81):

(43) Fist David a lui: Ki es tu? **Dont** vienz e u vas? (Quatre L. Rois, 115).

e se manteve até o século XVII:

(44) Et du mont Quirinal et du mont Aventin  
**Dont** il l'aouroit vu faire une horrible descente.  
(Corn. V, 579)

(45) Rentre dans le néant, **dont** je t'ai fait sortir.  
(Rac. II, 503)

(46) Deux Pères de l’Eglise **dont** sa seconde proposition étoit tirée (Id., IV, 464)

Darmesteter (s/d., p. 81) ressalta que tanto Vaugelas quanto a Academia autorizavam o uso do DONT com valor locativo apenas para se referir a descendência e origem, como por exemplo em:

(47) *La race, la maison dont je sors.* (A raça, a família de onde vim)

Portanto, o uso de DONT como advérbio de lugar só era admitido em sentido figurado; nos demais casos, exigia-se que o DONT fosse substituído pelo OÙ, a exemplo do que ocorre atualmente.

O DONT se mantém no francês atual, mas não mais com valor locativo; apenas com valor possessivo. Nyrop (1925, p. 348-349) faz as seguintes considerações sobre o uso do DONT no francês moderno:

1º *Dont* exprime uma referência de posse e pode ser visto como o genitivo de *qui* (*lequel, quoi*) [*quem (que, que)*]. Ex.: *Cet homme dont la maison est brûlée* [*Esse homem cuja casa é queimada*]. *Cet homme dont on a brûlé la maison* [*Esse homem do qual se queimou a casa*]. Refere-se assim tanto ao sujeito como à regência da proposição que introduz

2º É necessário também observar que *dont* pode se referir simultaneamente ao assunto e à regência. Esse uso remonta pelo menos ao Renascimento. Ex.: *Suivant le roy François, premier du nom, Dont le sçavoir excède le renom* (Marot, I, 60) (...). Os gramáticos protestaram contra este uso. Vaugelas (*Remarques*, II, 32) proíbe dizer *C’est un homme dont l’ambition excessive a ruiné la fortune*, e a Academia lhe dá razão acrescentando que a frase citada não tem "toda a clareza que se pode desejar". (...).

3º *Dont* regularmente é seguido do sujeito da relativa: *L’homme dont tu as guéri le fils* [literalmente: *O homem do qual curaste o filho*]. *Un compositeur russe, dont le Conservatoire vient de jouer une belle symphonie* [literalmente: *Um compositor russo, de quem o Conservatório acaba de tocar uma bonita sinfonia*] (...).

4º *Dont* regularmente é seguido de um tempo pessoal: *l’homme dont je connais* (*je connaissais* etc.) *le fils* [literalmente: *o homem do qual conheço (conhecia etc.) o filho*].

De acordo com o *Précis de grammaire historique de la langue française* de Brunot e Bruneau (1949), do francês médio<sup>5</sup> até o século XVI, DONT e OÙ são usados indistintamente, e a maior parte dos gramáticos também não faz essa distinção; os seguintes exemplos são dados: Marot escreve: “*Dont vient cela? ...*” (III, 83); Henri Estiene: “*Mais dont vient,*

<sup>5</sup> Os autores, bem como as gramáticas históricas do francês em geral, dividem o francês em três fases: 1) francês antigo (*l’ancien français*, do século IX ao XIV), 2) francês médio (*le moyen français*), do século XIV ao fim do XVI- e 3) francês moderno (*le français moderne*) depois do fim do século XVI (Cf. Darmesteter, s/d.; Nyrop, 1925).

Jupiter, que ...” (dans Clément, *Henri Estienne*, p. 431). Segundo Brunot e Bruneau (1949) foi Malherbe que estabeleceu a distinção atual entre *dont* e *où*: “*Dont* e *d’où* são bem diferentes e nunca tomam o lugar um do outro.” *Dont* se usa por *de qui* ou *duquel*; *d’où* não se usa por *de quel lieu*” (IV, 413). Vaugelas (Rem., p. 344) e os gramáticos do século XVII retomarão esta distinção” (*apud* Brunot; Bruneau, 1949, p. 472). Os autores ressaltam que, à época da Revolução, o DONT e o OÙ ainda são confundidos em textos populares, além de ser possível encontrar o uso locativo de DONT por ninguém menos que Molière:

(48) En se retournnant du côté *dont* il sort (*Avare*, V, 2 ; indication de scène)

Segundo Brunot e Bruneau (1949, p. 472) no francês moderno o DONT deixa de significar “*avec lequel*” etc. e citam a delimitação semântica do DONT estabelecida por Vaugelas (Rem., 344), segundo o qual o DONT só pode ser usado com os seguintes sentidos: *duquel, de laquelle, desquels, desquelles*. Quanto ao OÙ, os autores afirmam que cessa seu uso com valor de *aquele, sur lequel, chez lequel*, etc. No entanto, o uso do OÙ como advérbio conjuntivo avançou bastante:

a) no século XVII podia ser usado como um *pronome relativo* precedido das preposições *à, chez*, etc.:

(49) Um bonheur *où* peut-être el n’ose plus penser  
(Racine, *Bérénice*, V, i ; critiqué par D’Olivet, Rem., 1738, p. 62)

b) podia ser usado para retomar um nome de pessoa como antecedente:

(50) Vous avez vu ce fil *où* mon espoir se fonde  
(Molière, *Étourdi*, v. 1395).

Prossigo agora para uma análise mais particular do OÙ. Esse termo vem do latino UBI, e era originalmente um advérbio de lugar, conforme seu estatuto etimológico. Segundo Nyrop (1925, p. 352), o OÙ é originalmente um advérbio de lugar, mas emprega-se também, conforme se pode notar a partir dos textos mais antigos, como pronome relativo: ele funciona como um dativo e se refere a nomes de coisas, a nomes de pessoas, a palavras abstratas e a toda uma frase. Na fase arcaica do francês teve como concorrente a forma paralela Y. De acordo com o autor, é às vezes difícil, para não dizer impossível, distinguir o sentido pronominal do sentido locativo de OÙ. O emprego de OÙ como advérbio pronominal era mais comum no francês antigo que no francês moderno, tendo perdido várias de suas funções

antigas para pronomes relativos. Em contrapartida, atualmente o OÙ tem entrado no domínio do relativo QUE.

Hadermann (1993) fez um estudo bastante detalhado, abrangente e completo do uso do OÙ no francês atual. Nesse trabalho, o autor se propõe a “fazer uma descrição tão exaustiva quanto possível do termo *où*” (Hadermann, 1993, p. 20). Para tanto, parte das seguintes questões fundamentais:

- qual é a natureza de *où*?
- pode-se aplicar diferentes usos de *où* a um valor básico?
- qual é a constituição sêmica do termo *où*?

Destaca-se no trabalho de Hadermann (1993) a análise que o autor faz a respeito dos principais problemas que envolvem o termo OÙ em francês: o problema categorial e o problema semântico. O ONDE em português também apresenta esses mesmos problemas. De acordo com Hadermann (1993, p. 19),

o caráter multissêmico e multifuncional do termo *où* é sem dúvida a base do problema que leva os lingüistas a classificar e definir esta palavra. Fazendo as nossas investigações nos deparamos com uma grande incoerência de terminologia:

- *où* advérbio interrogativo
- *où* advérbio pronominal
- *où* pronome relativo
- *où* pronome adverbial
- *où* conjunção.

O trabalho desenvolvido por Hadermann (1993) é muito importante para qualquer estudo que intente descrever o funcionamento do ONDE no português, tanto europeu como brasileiro, pelo fato de que o funcionamento do OÙ em francês apresenta uma enorme semelhança com o funcionamento do ONDE em português, tanto no aspecto morfossintático quanto no aspecto semântico.

Souza (2003) faz uma resenha da obra de Hadermann (1993) concentrando-se no estudo que este autor fez sobre o tratamento categorial do OÙ nas gramáticas normativas do francês. Seguindo o encadeamento da obra de Hadermann (1993), Souza (2003) apresenta o tratamento categorial do OÙ nas gramáticas do francês em três blocos: a) as gramáticas que classificam o OÙ como um *advérbio relativo e interrogativo*; b) gramáticas que classificam o OÙ no paradigma dos pronomes; e c) obras que tratam o OÙ como conjunção.

Hadermann (1993 *apud* Souza, 2003, p. 177) apresenta as seguintes gramáticas que classificam o OÙ como um *advérbio relativo e interrogativo*: *La grammaire de l' Académie française* (1932, p. 57, 188), e as obras de De Boer (1954, p. 183), de von Wartburg (1958, p.

29), de Wagner e Pinchon (1962, p. 212), de Mauger (1968, p. 366), de Grevisse (1969, p. 213) e de Steinberg (1972, t.2, p. 118). Cita Bonnard (s/d., p. 87), que diz que OÙ é sempre advérbio de lugar empregado com e sem antecedente. Depois de apresentar partes das abordagens dos gramáticos acima citados, Souza (2003) apresenta a conclusão de Hadermann (1993) a respeito da classificação do OÙ como advérbio. Segundo Hadermann, as gramáticas, tanto normativas quanto estruturais, não são explícitas quanto aos critérios usados para a definição do advérbio. Elas se baseiam normalmente na função de “complemento circunstancial” assumida pelo advérbio. Segundo alguns gramáticos, o critério da função permite distinguir o advérbio do pronome, da preposição e da conjunção. Hadermann prefere reservar o rótulo de advérbio, ou mais precisamente de ‘adjuntivo’, apenas aos termos que possuem conteúdo lexical próprio e que podem comutar com um sintagma preposicional dependente da frase ou do grupo verbal. Desse modo, fica bastante evidente que Hadermann (1993) não inclui o OÙ na categoria dos advérbios.

Em seguida, são apresentadas as gramáticas que classificam o OÙ no paradigma dos pronomes. Segundo Hadermann (1993 *apud* Souza, 2003, p. 179), a maioria dos gramáticos estuda o OÙ como *pronome relativo*, quando há um antecedente, e também como *advérbio*, quando OÙ não apresenta antecedente. É, entre outros, o caso da *Grammaire Larousse* (1964, p. 257), do *Dictionnaire des difficultés grammaticales et lexicologiques* de Hanse (1971, p. 492), da gramática de Dubois e Lagane (1973, p. 99 - 101) e o de Grevisse e Goosse (1980, p. 208, 284). Depois de apresentar um resumo da abordagem de Hadermann (1993) sobre tratamento de OÙ nas obras *Grammaire structurale du français: nom et pronom* de Dubois (1965), Togeby (1982), *Structure syntaxique du français* de Warnant (1982), Souza (2003, p. 180) sintetiza a conclusão de Hadermann (1993) a respeito da classificação de OÙ como pronome do seguinte modo:

Esse Autor [Hadermann] conclui dizendo que o OÙ, tanto como outras palavras chamadas tradicionalmente de advérbios, é um pronome, ou, pelo menos, uma *proforma*. OÙ exprime uma indeterminação de lugar e tem, por conseqüência, um caráter lacunar que lhe permite representar um sintagma (preposicional) e se referir a ele anafórica, catafórica e mesmo exoforicamente.

Por último são apresentadas as obras que tratam o OÙ como conjunção. Hadermann (1993 *apud* Souza, 2003, p. 181) apresenta as abordagens feitas pelas obras *Grammaire systématique de la langue française* de Baylon e Fabre (1981), *La grammaire française moderne* (1971) e ainda as obras de Grevisse (1980), de De Boer (1954) e de Moignet (1981), explicitando a classificação de cada uma para o OÙ e os critérios utilizados. Hadermann (1993

*apud* Souza, 2003, p. 181-182) não concorda com a classificação de OÙ como conjunção. Souza (2003, p. 181) assim se expressa a respeito da posição de Hadermann (1993):

A respeito da classificação do OÙ como uma conjunção, Hadermann posiciona-se contrariamente. Diz que a conjunção de subordinação serve para ligar duas proposições e transformar a proposição que ela introduz em termos de frase da principal. Ela se distingue dos pronomes (proformas) *qu-* pela ausência do componente “fórico”, quer dizer, pela ausência da possibilidade de substituir anafórica, catafórica ou exoforicamente um sintagma nominal. Retoma o exemplo dado por Baylon e Fabre, *où Jean réussit, Pierre échouera*, e diz que mesmo em enunciados desse tipo, OÙ se caracteriza por um componente fórico. Há entre as duas proposições uma colocatividade que diferencia OÙ da conjunção de subordinação.

Hadermann (1993: 60) acrescenta que OÙ parece adquirir um emprego conjuncional nas locuções *au cas où, dans la mesure où, dans l’hypothèse où*. Essas locuções introduzem proposições chamadas tradicionalmente “condicionais”. OÙ aí teria perdido não somente seu emprego relativo, mas também seu semantismo locativo.

Segundo a conclusão de Hadermann (1993 *apud* Souza, 2003, p. 182) acerca da categorização do OÙ, há muitas lacunas nas gramáticas. Os gramáticos não se fundamentam em critérios sólidos para estabelecer a separação entre um pronome relativo empregado sem antecedente, um pronome interrogativo e uma conjunção de subordinação. O único ponto sobre o qual todos parecem concordar é o da função que teria o pronome relativo na subordinada. Na classificação de OÙ como advérbio, as definições permanecem igualmente problemáticas. Hadermann atribui a dificuldade de classificar a palavra OÙ à ausência do rigor no estabelecimento das categorias; à primeira vista OÙ se insere em muitos paradigmas: no paradigma dos relativos; no paradigma dos interrogativos; no conjunto fluido das locuções conjuntivas. Segundo o autor, o OÙ exprime, fora do contexto, a indeterminação de lugar; no contexto, ele pode se referir a um sintagma que permite resolver a indeterminação. Por esse aspecto lacunar e pela possibilidade da saturação, OÙ se aproxima dos pronomes. Ele substitui, geralmente, um sintagma preposicional locativo ou temporal (salvo nas combinações *par où, d’où...*), ainda que os pronomes QUI, QUE, QUOI comutem com os sintagmas nominais. Essa comutação com um sintagma preposicional é a base da definição de OÙ como “proforma locativa preposicional”. A proforma OÙ entra às vezes em construções que estão em vias de lexicalização, por exemplo, *au cas où*. OÙ perde, então, sua função anafórica e a locução é considerada como estando congelada ou inanalizável (Souza, 2003, p. 182).

A respeito do valor semântico de OÙ, Hadermann (1993, p. 42 *apud* Souza, 2003, p.182) faz uma discussão, a partir de seus diversos empregos, e diz que todos esses OÙ são

locativos e são marcados por um *valor não fixado, por uma indeterminação*, tende a reagrupá-los e a ver se não um único OÙ na língua, conhecendo diversos empregos.

## 2.2 TRATAMENTO PRESCRITIVO E DESCRITIVO DO ONDE

### 2.2.1 O tratamento do ONDE nas gramáticas normativas do português

As gramáticas normativas do português hesitam na categorização do ONDE: Bechara (1999), Cegalla (2000), Cipro Neto e Infante (2003) e Cunha e Cintra (2001) apresentam o ONDE tanto na classe dos advérbios de lugar como na classe dos pronomes relativos; já Almeida (1997) e Rocha Lima (1999) classificam o ONDE apenas como advérbio. Apresento a seguir uma descrição do modo como as gramáticas do primeiro grupo abordam o ONDE. Prefiro não apresentar a abordagem de Almeida (1997) e Rocha Lima (1999) por julgá-las menos consistentes. Ressalto ainda que, por motivo de espaço e escopo desse trabalho, vou fazer uma descrição apenas da categorização do ONDE como pronome relativo, embora todas as gramáticas do primeiro grupo classifiquem o termo tanto como pronome relativo como advérbio.

Bechara (1999) afirma que os pronomes relativos “são os que normalmente se referem a um termo anterior chamado antecedente” (p. 171), e posteriormente chama a atenção para o fato de que “os pronomes relativos *quem* e *onde* podem aparecer com emprego absoluto, sem referência a antecedentes” (p. 172) e cita os seguintes exemplos:

(51) *Quem* tudo quer tudo perde.

(52) Dize-me com *quem* andas e eu te direi *quem* és.

(53) Moro *onde* mais me agrada.

Mais à frente (p. 487), ao tratar das orações adjetivas, Bechara afirma que em substituição às formas relativas EM QUE, DE QUE, A QUE, nas referências a lugar, empregam-se respectivamente, ONDE, DONDE, AONDE (que funcionam como adjunto adverbial ou complemento relativo):

(54) O colégio *onde* estudas é excelente.

(55) A cidade *donde* vens tem fama de ter bom clima.

(56) A praia *aonde* te diriges parece perigosa.

O autor ressalta ainda que

modernamente os gramáticos têm tentado evitar o uso indiscriminado de *onde* e *aonde*, reservando o primeiro para a idéia de repouso e o segundo para a de movimento. [...] Esta lição da gramática tende a ser cada vez mais respeitada na língua escrita contemporânea, embora não sejam poucos os exemplos em contrário, entre os escritores brasileiros e portugueses (Bechara, 1999, p. 487-488).

Na parte em que aborda os advérbios, Bechara (1999) também apresenta uma análise do uso do ONDE, dessa vez como advérbio relativo. O tratamento apresentado é idêntico ao apresentado nos pronomes relativos. O autor chega mesmo a dizer que os advérbios relativos têm comportamento sintático equivalente aos pronomes relativos<sup>6</sup>.

Cegalla (2000, p. 174) apresenta a seguinte definição para os pronomes relativos: “são palavras que representam nomes referidos, com os quais estão relacionados. Daí denominarem-se relativos”. O autor apresenta um quadro em que divide os pronomes relativos em duas categorias os *variáveis* e os *invariáveis*:

Quadro 11 – Quadro dos pronomes relativos apresentado por Cegalla (2000)

VARIÁVEIS				INVARIÁVEIS
masculino		feminino		
o qual	os quais	a qual	as quais	quem
cujo	cujos	cuja	cujas	que
quanto	quantos	quanta	quantas	onde

Quanto ao ONDE, Cegalla (2000, p. 175) afirma: “*Onde*, como pronome relativo, tem sempre antecedente e equivale a *em que*: A casa *onde* (=em que) moro foi de meu avô”.

A gramática de Cipro Neto e Infante (2003), de cunho acentuadamente pedagógico, apresenta uma análise mais detalhada e prescritiva do ONDE. Os autores também incluem o ONDE tanto na classe dos advérbios como na dos pronomes relativos. Segundo sua definição

os pronomes relativos se referem a um termo anterior – chamado **antecedente** –, projetando-o na oração seguinte, subordinada a esse antecedente. Cumprem,

<sup>6</sup> “Os advérbios relativos, como os pronomes relativos, servem para referir-se a unidades que estão postas na oração anterior. Nas idéias de lugar empregamos *onde*, em vez de *em que*, *no qual* (e flexões):

A casa *onde* mora é excelente” (Bechara, 1999, p. 294).

portanto, duplo papel: substituem ou especificam um antecedente e introduzem uma oração subordinada. Atuam, assim, como pronomes e conectivos a um só tempo (Cipro Neto; Infante, 2003, p. 285).

Cipro Neto e Infante (2003) também dividem os relativos da língua portuguesa em variáveis e invariáveis conforme o quadro a seguir:

Quadro 12 – Quadro dos pronomes relativos apresentado por Cipro Neto e Infante (2003)

INVARIÁVEIS	VARIÁVEIS
que	o qual, os quais, a qual, as quais
quem	cujo, cujos, cuja, cujas
quando	quanto, quantos, quantas
como	
onde	

Cipro Neto e Infante (2003) são bastante enfáticos quanto ao aspecto semântico do ONDE. Segundo os autores o

*onde* é pronome relativo quando equivale a *em que*; deve ser usado, portanto, **unicamente na indicação de lugar** (grifo meu):  
 Você conhece uma cidade brasileira **onde** se possa atravessar a rua em segurança?  
 Quero que você veja a escola **onde** fiz os meus primeiros garranchos. (Cipro Neto; Infante, 2003, p. 287).

Ao tratar das *orações subordinadas adjetivas*, Cipro Neto e Infante (2003) enfatizam o contexto sintático em que o ONDE é pronome relativo:

*Onde* só é pronome relativo quando equivale a *em que*. Quando se diz “Onde você nasceu?”, não é possível pensar em pronome relativo; afinal, o período é simples, e você sabe que o pronome relativo só aparece no período composto, para substituir numa oração subordinada um termo da oração principal. No caso, *onde* é advérbio interrogativo (Cipro Neto; Infante, 2003, p. 423).

Em seguida, os autores, ao abordarem o aspecto semântico do ONDE, se mostram ainda mais contundentes quanto ao fato de que o ONDE tem apenas um aspecto semântico: indicação de lugar. Assim se expressam os autores:

Quando pronome relativo, o *onde* só pode ser usado na indicação de lugar, atuando sintaticamente como adjunto adverbial de lugar:  
 Quero uma cidade tranqüila, **onde** possa passar alguns dias em paz.  
 A cidade **onde** nasci fica no Vale do Paraíba (Cipro Neto; Infante, 2003, p. 423).

Sobre a tendência do português brasileiro de aplicar ao ONDE um caráter multissêmico

e multifuncional, os autores se expressam do seguinte modo:

Há uma forte tendência, na língua portuguesa atual, em usar *onde* como relativo universal, um verdadeiro “cola-tudo”. Esse uso curiosamente tende a ocorrer quando um falante de desempenho lingüístico pouco eficiente procura “falar difícil”. Surgem então frases como:

Vai ser um jogo muito difícil, muito disputado, onde nós vamos tentar mais um resultado positivo.

Vivemos uma época muito difícil, onde a violência gratuita é dominante.

Não me alimentei bem, dormi mal, onde hoje não consegui uma boa marca.

A economia está em franco processo de recessão, os salários estão congelados, onde a classe média não pode mais comprar como antes.

Na língua culta, escrita ou falada, *onde* deve ser limitado aos casos em que há indicação de **lugar físico**, espacial. Quando não houver essa indicação, deve-se preferir *em que*, *no qual* (e suas flexões *na qual*, *nos quais*, *nas quais*) e, nos casos de idéia de causa/efeito ou de conclusão, *portanto*:

Vivemos uma época muito difícil, **em que (na qual)** a violência gratuita impera.

A economia está em franco processo de recessão, os salários estão congelados, **portanto (por isso)** a classe média não pode mais comprar como antes (Cipro Neto; Infante, 2003, p. 423-424).

Cunha e Cintra (2001, p. 342) afirmam que os “pronomes relativos são assim chamados porque se referem, de regra geral, a um termo anterior – O ANTECEDENTE”. Sobre a função sintática dos pronomes relativos, os autores afirmam:

Os PRONOMES RELATIVOS assumem um duplo papel no período com representarem um determinado antecedente e servirem de elo subordinante da oração que iniciam. Por isso, ao contrário das conjunções, que são meros conectivos, e não exercem nenhuma função interna nas orações por elas introduzidas, estes pronomes desempenham sempre uma função sintática nas orações a que pertencem. Podem ser:

1. SUJEITO:

Quero ver do alto o horizonte,

**Que** foge sempre de mim.

(O. Mariano, *TVP*, II, 434.)

[*que* = sujeito de *foge*].

2. OBJETO DIRETO

– Já não se lembra da picardia **que** me fez?

(A. Ribeiro, *M*, 67.)

[*que* = objeto direto de *fez*].

3. OBJETO INDIRETO

Eu aguardava com uma ansiedade medonha esta cheia **de que** tanto se falava.

(J. Lins do Rego, *ME*, 58.)

[*de que* = objeto indireto de *se falava*].

4. PREDICATIVO

Não conheço **quem** fui no **que** hoje sou.

(F. Pessoa, *OP*, 91.)

[*quem* e *que* = predicativos do sujeito *eu*, oculto].

5. ADJUNTO ADNOMINAL

Há pessoas **cuja** aversão e desprezo honram mais que os seus louvores e amizade.

(Marquês de Marica, *M*, 223.)

[*cuja* = adjunto adnominal de *aversão* e *desprezo*, mas em concordância apenas com o primeiro substantivo, o mais próximo].

6. COMPLEMENTO NOMINAL

Lembrava de que deixara toda a minha vida ao acaso e que não pusera ao estudo e ao trabalho com a força **de que** era capaz.  
(Lima Barreto, *REIC*, 287.)

[*de que* = complemento nominal de *capaz*].

7. ADJUNTO ADVERBIAL

Entrava-se de barco pelo corredor da velha casa de cômodos **onde** s eu morava.

(M. Quintana, *P*, 92.)

[*onde* = adjunto adverbial de *morava*].

8. AGENTE DA PASSIVA

– Sim, sua adorável pupila, a quem amo, a quem idolatro e **por quem** sou correspondido com igual ardor!

(A. Azevedo)

[*por quem* = agente da passiva do verbo *corresponder*] (Cunha; Cintra, 2001, p. 344-345).

Segundo Cunha e Cintra (2001, p. 342), os pronomes relativos apresentam as seguintes classificações:

- a) formas variáveis e formas invariáveis:

Quadro 13 – Quadro dos pronomes relativos apresentado por Cunha e Cintra (2001)

VARIÁVEIS				INVARIÁVEIS
MASCULINO		FEMININO		
o qual	os quais	a qual	as quais	quem
cujo	cujos	cuja	cujas	que
quanto	quantos	–	quantas	onde

e b) forma simples: *que*, *quem*, *cujo*, *quanto* e *onde*, e forma composta: *o qual*.

Quanto ao *valor e empregos dos relativos*, os autores fazem a seguinte consideração sobre o ONDE: “Como desempenha normalmente a função de adjunto adverbial (= o lugar em que, no qual), *onde* costuma ser considerado por alguns gramáticos ADVÉRBIO RELATIVO”<sup>7</sup> (Cunha; Cintra, 2001, p. 351). Sobre a variação das formas ONDE e AONDE os autores afirmam que

embora a ponderável razão de maior clareza idiomática justifique o contraste que a disciplina gramatical procura estabelecer, na língua culta contemporânea, entre *onde* (= lugar em que) e *aonde* (= lugar a que), cumpre ressaltar que esta distinção, praticamente anulada na linguagem coloquial, já não era rigorosa nos clássicos (Cunha; Cintra, 2001, p. 352).

<sup>7</sup> A classificação dos advérbios em ADVÉRBIOS RELATIVOS está prevista apenas na Norma Gramatical Portuguesa (NGP), não aparecendo, portanto, na Norma Gramatical Brasileira (NGB), motivo pelo qual raramente aparece nas gramáticas normativas do português, produzidas no Brasil. Das gramáticas consultadas, apenas Bechara (2003) apresenta essa classificação.

## 2.2.2 O tratamento do ONDE nas gramáticas descritivas do português

Para a análise do tratamento do ONDE nas gramáticas descritivas tomei como base os trabalhos de Neves (2000; 2004) e Perini (2002).

Neves (2000) inclui o ONDE tanto na classe dos advérbios como na dos pronomes relativos. Assim como fiz em relação às gramáticas normativas, vou abordar apenas o tratamento do ONDE como pronome relativo.

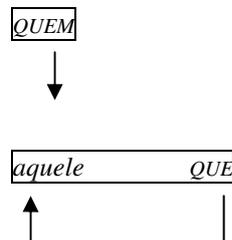
Neves (2000, p. 365) introduz sua análise com o item *A natureza dos pronomes relativos*, onde afirma que os pronomes relativos introduzem uma oração de função adnominal, isto é, uma oração adjetiva. Dito de outro modo, “o **pronome relativo** ocupa na **oração** em que ocorre (a **oração adjetiva**), a mesma posição que seria ocupada pelo constituinte que ele representa” (Neves, 2000, p. 365).

A autora (p. 366) explica que dentro da classe dos pronomes relativos há dois tipos principais:

- a) Pronomes que são “**relativos**” propriamente ditos, já que se referem a um antecedente, isto é, são **fóricos**  
*É este o **homem QUE** vê na obra de Eurípedes um perigo aos bons costumes!* (ACM)



- b) **Pronomes** que não se referem a um antecedente, constituindo um elemento nominal, isto é, correspondendo, no seu ponto de ocorrência, a um **sintagma nominal**  
***QUEM** dá aos pobres empresta a Deus.* (AF)



No que diz respeito ao caso específico do ONDE, como pronome relativo, Neves (2000) praticamente reproduz aquilo que é dito nas gramáticas normativas. Afirma que o “**pronome ONDE** sempre funciona como ajunto ou complemento adverbial de lugar”, e “quando possui antecedente é sempre equivalente a **em que**” (Neves, 2000, p. 386); cita como exemplo:

(57) **A casa ONDE** mora há quase 40 anos, desde que saiu do Colégio Sacré Coeur de

Jésus, está encravada numa encosta da Gávea, na rua que leva o nome do sogro, o desembargador João Borges. (CAA)

Quanto aos usos do ONDE que não se enquadram na descrição apontada acima, a autora se limita a dizer em tom inesperadamente normativo-prescritivo para um trabalho que se pretende descritivo: “O **pronome relativo ONDE** é muitas vezes empregado equivalendo a **em que**, mas sem valor locativo, o que não tem justificativa” (Neves, 2000, p. 386).

Em outro trabalho, Neves (2003, 557-558) repete basicamente a mesma observação:

1. **ONDE** refere-se a lugar e indica permanência. É
  - advérbio interrogativo (“em que lugar...?”).
  - *ONDE é que ele está* (A)
  - pronome relativo (“no qual (lugar)”).
  - *O mau tempo obrigou o avião a descer na Itália, ONDE Felisbina se especializou em operetas* (ACT).
 Entretanto, como pronome relativo, **onde** vem sendo usado sem referência a lugar, simplesmente equivalendo a **em que, no qual**, o que é condenado nas lições normativas.

Perini (2002, p. 140) define os relativos como “elementos introdutores de uma construção especial, a **construção relativa**, [...] uma oração subordinada, cuja função é a de modificador”. Segundo o autor, a estrutura da construção relativa se caracteriza por:

- (a) presença de um relativo (os relativos são *que, o qual, quem, onde, cujo*), precedido às vezes de uma preposição;
- (b) presença de estrutura oracional **aparentemente incompleta**, logo após o relativo;
- (c) articulação de um **elemento nominal** (parte de um SN) + o **relativo = a estrutura oracional mencionada**, formando uma seqüência que é um SN; o elemento inicial nem sempre está presente (Perini, 2002, p. 140).

Perini (2002) faz uma abordagem bastante sucinta e limitada dos relativos. Quanto ao ONDE, não faz qualquer menção ao contexto de uso e aspectos semântico.

## CAPÍTULO 3

### TRAJETÓRIA DE GRAMATICALIZAÇÃO DO ONDE

#### 3.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Segundo a definição de Castilho (1997, p. 31) a gramaticalização é entendida como:

(...) trajeto empreendido por um item lexical, ao longo do qual ele muda de categoria sintática (= recategorização), recebe propriedades funcionais na sentença, sofre alterações morfológicas, fonológicas e semânticas, deixa de ser uma forma livre, estágio em que pode até mesmo desaparecer, como consequência de uma cristalização extrema.

Ainda segundo Castilho (1997, p. 32) podem ser identificados no processo de gramaticalização os seguintes estágios ou fases: (i) sintatização, (ii) morfologização, (iii) redução fonológica, (iv) estágio zero, fase que reinstaura todo o processo. Simultaneamente os itens lexicais sofrem (v) alterações semânticas. Depreende-se da definição e dos estágios propostos por Castilho (1997) que o processo de gramaticalização afeta as estruturas lingüísticas nos diversos níveis da análise lingüística. Desse modo, deve-se esperar que itens lexicais e/ou gramaticais em fase de gramaticalização sejam afetados tanto na forma (fonética, morfologia, sintaxe) quanto no conteúdo (semântica) e no uso (pragmática, discurso). Segundo o esquema de Givón (1979a), o curso da forma é predominantemente o seguinte:

DISCURSO > SINTAXE > MORFOLOGIA > MORFOFONOLOGIA > ZERO

Já o curso do conteúdo, conforme Heine, Claudi e Hünemeyer (1991a), apontado no primeiro capítulo desse trabalho, é predominantemente o seguinte:

PESSOA > OBJETO > PROCESSO > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE

Neves (2006, p. 20-21) comenta que “características como a perda de complexidade semântica, de liberdade sintática e de substância fonética, com a contraparte de ganho em significação morfossintática” nada mais são do que consequências do “processo pelo qual itens e construções gramaticais passam, em determinados contextos lingüísticos, a servir a

funções gramaticais, e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais (Hopper & Traugott, 1993)”. Afirma ainda:

Esses três níveis da estrutura lingüística afetados pela gramaticalização, como mostram Heine & Reh (1984), em geral mantêm uma ordem cronológica de arranjo: os processos funcionais (como dessemantização, expansão, simplificação) se seguem dos processos morfossintáticos (como permutação, composição, cliticização, afixação), que se seguem dos fonéticos (como adaptação, fusão, perda) (Neves, 2006, p. 20-21).

Martelotta, Votre e Cezario (1996) identificam os seguintes fenômenos de mudança lingüística que ocorrem dentro do processo de gramaticalização:

- a) Trajetória de elemento lingüístico do léxico à gramática (...);
- b) Trajetória de vocábulo a morfema (...).
- c) Trajetória de elemento lingüístico da condição de menos gramatical (ou menos regular) para mais gramatical (ou mais regular) (...).
- d) Trajetória de elemento lingüístico de mais referencial a menos referencial (...).
- e) Trajetória que leva uma construção sintática a se especializar em expressar função gramatical (...).
- f) Trajetória dos processos de repetição do discurso, no âmbito da criação e da intenção, em direção à gramática, através de regularização e sistematização.
- g) Trajetória que leva construções negativas relativamente livres a se tornarem mais fixas em função de estratégias discursivas determinadas.

Desses fenômenos, destacam-se como mais intimamente relacionados com o processo de gramaticalização do ONDE os pontos c), d).

Hopper (1991, p. 22) propõe cinco (5) princípios da gramaticalização:

- (1) *Estratificação* (“*Layering*”). Dentro de um domínio funcional amplo, novas camadas emergem continuamente. Quando isso acontece, as camadas mais antigas não são necessariamente descartadas, mas podem continuar a coexistir e a interagir com as camadas mais novas.
- (2) *Divergência*. Quando a forma lexical se gramaticalizou num clítico ou num afixo, a forma original pode permanecer como um elemento autônomo e sofrer as mesmas mudanças que um item lexical comum.
- (3) *Especialização*. Dentro de um domínio funcional, é possível haver em determinado estágio uma variedade de formas com nuances semânticas diferentes; quando a gramaticalização ocorre, essa variedade de escolhas formais é limitada, e um número menor de formas selecionadas assume significados semânticos mais gerais.
- (4) *Persistência*. Quando uma forma sofre gramaticalização, passando de uma função lexical para uma função gramatical, na medida em que isso seja gramaticalmente viável, alguns traços do seu significado lexical original tendem a aderir à nova forma gramatical, e detalhes de sua história lexical podem refletir-se em sua distribuição gramatical.
- (5) *Decategorização* (“*De-categorialization*”). Formas em processo de gramaticalização tendem a perder ou a neutralizar as marcas morfológicas e as propriedades sintáticas das categorias plenas Nome e Verbo, e a assumir atributos característicos das categorias secundárias, tais como o Adjetivo, o Particípio, a Preposição, etc.

Dentre os princípios propostos por Hopper (1991), destacam-se como fundamentalmente importantes para a explicação do processo de gramaticalização do ONDE a *estratificação* e a *especialização*, dentro do processo de semantização, e a *persistência* e *recategorização*, dentro do processo de sintatização, que serão abordados abaixo.

Tendo em vista os construtos teóricos formulados por Castilho (1997), Givón (1979a), Heine, Claudi e Hünne Meyer (1991a), Hopper (1991), Hopper e Traugott, (1993), Martelotta, Votre e Cezario (1996) e Neves (2006), apresentados acima, proponho a seguir uma trajetória de gramaticalização do ONDE dividida em três etapas: (i) Trajetória de mudança categorial – recategorização, (ii) Trajetória de mudança semântica – semantização, e (iii) Trajetória de mudança discursiva – discursivização. É importante ressaltar que os itens lexicais não passam uniformemente por todos os estágios de gramaticalização previstos. Nesse sentido, não detectei no processo de gramaticalização do ONDE nenhum vestígio de morfologização e redução fonológica, conforme prevê o esquema de Castilho (1997) e Givón (1979a), nem alguns dos fenômenos de mudança lingüística expostos por Martelotta, Votre e Cezario (1996).

### 3.2 TRAJETÓRIA DE MUDANÇA CATEGORIAL – RECATEGORIZAÇÃO

Segundo Castilho (1997, p. 32), “a sintatização de um item lexical é (i) sua recategorização: uma ‘classe de palavra X’ passa a ‘classe de palavra Y’; (ii) sua categorização funcional: categorias sintagmáticas recebem propriedades argumentais e de adjunção na sentença”. Nesses termos, um item lexical, ao passar por um processo de gramaticalização, vai sofrer alterações em suas propriedades gramaticais, o que desencadeará um processo de recategorização gramatical e categorização funcional. Castilho (1997) trata separadamente cada uma dessas etapas da sintatização: a recategorização sintática e a categorização funcional. Nesse trabalho, vou abordar apenas a recategorização sintática por considerar que o processo de gramaticalização sofrido pelo ONDE não aponta para uma mudança na categorização funcional.

A organização das palavras<sup>8</sup> em categorias ou classes tem sido motivo de muito debate tanto no campo da gramática tradicional como da lingüística<sup>9</sup>. Diversas têm sido as críticas

---

<sup>8</sup> O termo palavra é usado aqui no sentido comum. Para uma leitura crítica acerca dos problemas que cercam a definição do termo remeto a Rosa (2002) e Sandalo (2003).

levantadas por lingüistas sobre os critérios que são levados em consideração para a definição de uma classe gramatical. Como não tenho por objetivo nesse trabalho analisar a questão da distribuição das palavras em classe<sup>10</sup>, basta, por enquanto, apresentar aquilo que é consenso na lingüística a respeito da classificação das palavras: que os itens lexicais possuem propriedades ou traços gramaticais que os integram em diferentes classes léxico-sintáticas (Castilho, 1997; Perini, 2002, 2006).

As gramáticas normativas, como apontado anteriormente, classificam o ONDE ora como advérbio apenas e ora como advérbio e pronome relativo ao mesmo tempo. Essa dificuldade de classificação do ONDE (e até incoerência terminológica) por parte das gramáticas normativas do português resulta do fato de que termos como ONDE, em processo de gramaticalização e com um acentuado caráter multissêmico e multifuncional, apresentam um alto grau de instabilidade categorial. A tradição gramatical se caracteriza por definir as classes como entidades fechadas, discretas, do tipo lexical ou gramatical, em que se distribuem os diversos níveis e constituintes da língua, não contemplando o fato de que alguns elementos podem apresentar características, tanto gramaticais (morfo-sintáticas) quanto semânticas, altamente instáveis e flexíveis. Em contrapartida, numa perspectiva funcional, as classes apresentam contorno irregular, cujo núcleo, formado pelo maior número de seus termos, mais firmemente contém os traços básicos e característicos do conjunto; é bastante comum um termo encontrar-se à margem do perfil categorial nuclear, no espaço intercategorial ou mesmo “em trânsito”, migrando de uma classe a outra (Oliveira, s/d.).

Neves (2006, p. 258) afirma que “muitos dos elementos usados na articulação de orações estão envolvidos em processo de gramaticalização, e observado o seu comportamento nos enunciados da língua, verifica-se que esses elementos podem ser colocados em diferentes pontos de escala (...)”. A mudança e flexibilidade categorial é, portanto, algo previsto no paradigma da gramaticalização, no quadro da lingüística funcional, visto tratar-se de um mecanismo fundamental para a expressão de conteúdos cognitivos para os quais ainda não há designações lingüísticas adequadas, ou as que existem e foram funcionais num outro momento da língua, não mais se adequam ao processo comunicativo. A esse respeito, Neves (2006, p. 258) se expressa do seguinte modo:

O processo tem motivação nas necessidades comunicativas não satisfeitas pelas

<sup>9</sup> Há diversos trabalhos no campo da Lingüística que apresentam críticas contundentes aos critérios utilizados pela gramática tradicional para a classificação das palavras. A esse respeito, ver Perini (2002; 2006)

<sup>10</sup> A esse respeito remeto o leitor aos trabalhos de Lyons (1995[1968]), Perini (2002; 2006), Perini *et al.* (1998), Rosa (2002).

formas existentes, bem como na existência de conteúdos cognitivos para os quais não existem designações lingüísticas adequadas. O fato significativo é que, para satisfazer a essas necessidades, novas formas gramaticais podem desenvolver-se ao lado de estruturas equivalentes disponíveis, sendo possível que **ocorrências diversas de um item exibam características de diferentes categorias, mas não se podendo dizer, sem simplificação, que um elemento seja, ao mesmo tempo, membro de duas categorias gramaticais diferentes** (grifo meu).

Dentre os cinco princípios da gramaticalização propostos por Hopper (1991) destaco, como fundamentalmente importante para explicação da sintatização do ONDE, o princípio da *recategorização*. Conforme se deduz de Hopper (1991, p. 30), o processo de gramaticalização, sofrido por um determinado item lexical ou gramatical, pode desencadear uma alteração nas suas propriedades categoriais, o que vai fazer com que esse item passe por completo a uma nova categoria gramatical ou, pelo menos, passe a partilhar traços de uma nova categoria.

Hopper e Traugott (1993, p. 103-104) afirmam que, quando uma forma se gramaticaliza, partindo do léxico para a gramática, ela tende a perder propriedades morfológicas e sintáticas que serviam para identificá-la como integrante de uma categoria gramatical maior, como nome ou verbo. Desse modo, tem se observado o seguinte *continuum* na recategorização dos itens lexicais que passam por um processo de gramaticalização:

CATEGORIA MAIOR [NOME, VERBO, PRONOME]



CATEGORIA MEDIANA [ADJETIVO, ADVÉRBIO]



CATEGORIA MENOR [PREPOSIÇÃO, CONJUNÇÃO]

(Hopper; Traugott, 1993, p. 104 *apud* Castilho, 1997, p. 33).

A determinação da ou das categorias gramaticais a que pertence o ONDE tem sido assunto bastante complicado, haja vista a divergência que há nas gramáticas normativas do português, algo já assinalado anteriormente. Como não tenho como objetivo neste trabalho fazer uma análise dos problemas que cercam a definição categorial do ONDE, basta apenas constatar que o ONDE, devido ao seu caráter multissêmico e multifuncional, algo já devidamente provado nos estudos de Bonfim (1993), Cambraia (2002), Coelho (2001), Kersch (1996), Mattos e Silva (1989), Oliveira (2000), Pires de Oliveira (1998), Souza (2003), adquire também um caráter multicategorial.

Devido ao gênero dos textos que constituem nosso *corpus*<sup>11</sup>, não houve condições contextuais e discursivas favoráveis para que os sujeitos da pesquisa fizessem um uso amplo e pleno do ONDE, que desse conta de todos os seus aspectos categoriais. A natureza dos textos coletados para o *corpus* desfavoreceu o uso do ONDE em sentenças que não as orações relativas. De um total de 63 ocorrências do ONDE detectadas no *corpus*, em 45, isto é 71,42%, o ONDE encabeça uma oração relativa, incluindo as relativas com antecedente e as relativas sem antecedentes, chamadas de relativas livres. Aparecem no *corpus* ainda, de modo significativo, 15 ocorrências do ONDE como conjunção, encabeçando uma oração subordinada, o que corresponde a 23,80%. Outros usos categoriais do ONDE aparecem de modo insignificante no *corpus*. Por esse motivo vou concentrar minha análise categorial do ONDE nos usos mais abundantes no *corpus*, isto é, nos usos relativos e conjuntivos, conforme se verá no próximo capítulo.

Dentro do *continuum* proposto por Hopper e Traugott (1993) os pronomes são considerados uma categoria maior que precede os advérbios. Algo que se pode constatar na diacronia do ONDE, em que é possível estabelecer que originalmente o ONDE era um pronome e no curso de gramaticalização adquiriu novas propriedades funcionais e semânticas, vindo a funcionar posteriormente como conjunção e marcador discursivo. É bastante difícil determinar em que ponto da linha diacrônica o ONDE passa de uma categoria a outra, já que é possível observar usos pronominais (interrogativo, relativo e demonstrativo) e conjuncionais do ONDE numa fase muito remota do português, como atestam os trabalhos de Mattos e Silva (1989) e Bonfim (1993). Embora as autoras não façam uma abordagem direta a respeito da categorização do ONDE, é possível depreender, da abordagem que fazem dos aspectos semânticos, uma distribuição multicategorial do ONDE. Mattos e Silva (1989) e Bonfim (1993), como exposto acima, dividem a realização semântica do ONDE em quatro aspectos: valor locativo, valor locativo abstrato, valor temporal e valor discursivo. Mattos e Silva (1989) inclui ainda o valor possessivo.

Desses valores semânticos apresentados por Mattos e Silva (1989) e Bonfim (1993) deduz-se a seguinte distribuição categorial:

VALOR LOCATIVO = PRONOME (interrogativo, advérbio relativo e pronome relativo)

VALOR LOCATIVO ABSTRATO = PRONOME (interrogativo, advérbio relativo e pronome relativo)

---

<sup>11</sup> Especifico detalhadamente a natureza de nosso *corpus* e as condições de coleta dos dados no CAPÍTULO 4 desta dissertação.

VALOR TEMPORAL = PRONOME (relativo)

VALOR POSSESSIVO = PRONOME (relativo)

VALOR DISCURSIVO = CONJUNÇÃO

Vale ressaltar que o português atual mantém essa mesma estrutura categorial, com uma nítida expansão do uso conjuncional do ONDE, algo incisivamente rejeitado pelas gramáticas normativas.

A classificação do ONDE como advérbio é bastante problemática. Os itens lingüísticos que tradicionalmente integram a classe dos advérbios apresentam diferenças radicais tanto no aspecto formal (morfofossintaxe) quanto no aspecto semântico, o que torna o estabelecimento dessa classe um assunto extremamente controvertido. Tamanho é o problema que Perini (2002, p. 338) chega a questionar se “existe uma classe dos ‘advérbios’?” O autor exemplifica a dificuldade de se incluir itens como *não*, *rapidamente*, *completamente*, *muito* e *francamente*, com funcionamento sintático e aspecto semântico tão distinto numa mesma classe. Na mesma linha estão os trabalhos de Ilari *et al.* (1990) e Neves (2000), para quem a classe dos advérbios também é considerada bastante problemática. Ressalto ainda, a respeito dos advérbios locativos, o quanto é problemático incluir itens como *aqui*, *ali* e *lá* por um lado e ONDE por outro, numa mesma classe. Bastam alguns exemplos do funcionamento sintático desses itens para se constatar que, mesmo sendo colocados numa mesma classe, não se distribuem sintaticamente do mesmo modo:

(58) Ela estava aqui.

(59) Ela estava ali.

(60) Ela estava lá.

(61) \*Ela estava onde.

(62) Eu sei onde você estava ontem.

(63) \* Eu sei aqui você estava ontem.

(64) \* Eu sei ali você estava ontem.

(65) \* Eu sei lá você estava ontem.

- (66) \* Eu sei cá você estava ontem.
- (67) Ela passou por aqui mais cedo.
- (68) Ela passou por ali mais cedo.
- (69) Ela passou por lá mais cedo.
- (70) \*Ela passou por cá mais cedo.
- (71) \*Ela passou por onde mais cedo.

Por esse motivo proponho que, nos supostos casos adverbiais, o ONDE seja classificado como advérbio relativo, uma subclasse dos pronomes, e não apenas como advérbio. Essa proposta será apresentada de forma mais detalhada no próximo capítulo.

Recorro à abordagem categorial prototípica de Taylor (1995), que se insere no quadro funcionalista, para o tratamento do ONDE, tanto como pronome (interrogativo, advérbio relativo, relativo) como conjunção e marcador discursivo. Oliveira *et al.* (2005) resumem a concepção de Taylor (1995), associando-a com Hopper (1991) e Givón (2001), do seguinte modo:

podemos admitir que, numa dada classe, encontram-se membros situados em pontos distintos em relação ao eixo categorial básico, de acordo com o número de traços compartilhados pelos mesmos. Assim, encontramos constituintes que de modo mais visível representam essa classe; em geral, são itens mais frequentes e identificados pela comunidade lingüística como pertencentes à categoria. Por outro lado, podemos registrar também termos que, por conta da perda de traços categoriais, tendem a ocupar posição periférica ou marginal em relação ao padrão, situando-se praticamente no limite ou na interseção com outra classe. Neste segundo caso, como Hopper (1991), podemos falar em decategorização, em relação à perda de traços da categoria fonte, e recategorização, em termos da incorporação de traços da categoria alvo, com a identificação de processo de gramaticalização, de acordo com Givón (2001).

Castilho (1997), ao abordar o processo de recategorização do grupo pronominal, afirma que os pronomes são fundamentalmente dêiticos; com a gramaticalização eles vão perdendo seu caráter dêitico, e assumindo um caráter anafórico. Desse modo, temos então o seguinte percurso: por meio de um processo de abstratização do valor dêitico, os itens se deslocam de uma identificação de lugar no mundo biossocial para uma identificação de lugar no discurso, passando então de um valor dêitico para um valor anafórico.

Esse fenômeno é nitidamente percebido no curso de gramaticalização do ONDE, que, nos usos interrogativos e adverbiais relativos (os que estão numa posição mais anterior do

*continuum* diacrônico), tem um valor exclusivamente dêitico locativo, e posteriormente, nos usos pronominais relativos, assume um valor acentuadamente anafórico.

Castilho (1997) também aborda a recategorização do grupo dos nexos, isto é, os conectivos. O autor propõe que a classe das conjunções é constituída a partir das seguintes classes:

NOME > CONJUNÇÃO

VERBO > CONJUNÇÃO

PRONOME > CONJUNÇÃO

No ponto em que discorre sobre a passagem PRONOME > CONJUNÇÃO, Castilho (1997, p. 41), citando Nascentes (1953) e lingüistas como Câmara Jr. (1976) e Tarallo (1983), chama a atenção para o fato de que “os pronomes relativos estão perdendo suas propriedades pronominais, com uma severa redução de seu quadro, restringindo sua atuação gramatical à de uma conjunção sem papel funcional”. Castilho (1997, p. 41), logo abaixo, afirma que se trata do item QUE,

que está passando por outras formas de generalização de uso, operando como conjunção aditiva / temporal / condicional / comparativa, como nestes exemplos de Marroquim 1945: “*eu tomei pula vareda, qui (= e) quando caí no engano tinha andado meia légua*” / “*eu não sei qui ele veio*” (= quando), “*se o olhar fosse alfinete e que (=se) desse alfinetada, tu ficava furadinha, que (= que nem) só renda de almofada*”.

Levanto aqui algumas questões que, de algum modo, vão além do que afirmou Castilho (1997):

- Na redução do quadro dos pronomes relativos, não estariam juntos o ONDE e o QUE, em vez de o QUE sozinho?
- Na redução do quadro dos pronomes relativos, não estaria o ONDE concorrendo com o QUE como item relativo com maior funcionalidade, pelo menos em alguns contextos?
- Na passagem PRONOME > CONJUNÇÃO não estaria o ONDE, juntamente com o QUE, passando também por um processo de expansão de uso, operando como conjunção nos mesmos termos que o QUE?

Vou voltar a essas questões no capítulo seguinte, com a apresentação de dados, seguidos de análise.

### 3.3 TRAJETÓRIA DE MUDANÇA SEMÂNTICA – SEMANTIZAÇÃO

O processo aqui nomeado de *semantização* recebe diversos nomes na literatura especializada em gramaticalização. Heine, Claudi e Hünemeyer (1991a) listam uma série de trabalhos sobre gramaticalização, apontando a terminologia utilizada por cada obra e suas limitações: desbotamento semântico (*semantic bleaching*) por Givón (1975), Lord (1976), esgotamento semântico (*semantic depletion*) por Lehmann (1982), enfraquecimento semântico (*semantic weakening*) por Guillaume (1964) e Guimier (1985), dessemantização (*desemanticization*) por Heine e Reh (1984), generalização e enfraquecimento do conteúdo semântico (*generalization or weakening of semantic content*) por Bybee e Pagliuca (1985). Em seguida os autores passam a descrever o processo utilizando simplesmente o termo *metaphor* (metáfora). Nos trabalhos em português aparecem os seguintes termos: *abstratização* (Neves, 1997), *semantização* (Castilho, 1997). Prefiro utilizar o termo *semantização* por ser aquele que melhor se adequa ao conceito que tomo por base neste trabalho.

Castilho (1997, p. 60) define *semantização* como:

a alteração por que passam os itens em sua utilização gramatical ou discursiva. Acompanhando sua recategorização gramatical, os itens podem ser ressemantizados, sofrer alterações na direção de seu escopo ou em sua abrangência fórica, e assim por diante. Parece-me inadequado retratar tais casos como fenômeno de “dessemantização”. Não há perdas, há modificações de sentidos.

Noutras palavras, o processo de *semantização* refere-se às alterações semânticas pelas quais passa um item durante seu processo de gramaticalização. É comum encontrar na literatura o termo *dessemantização*, apesar da inadequação terminológica, como assinalado por Castilho acima. O uso desse termo parece basear-se num princípio segundo o qual o processo de mudança semântica tem como elemento central uma espécie de enfraquecimento do significado fundante, desbotamento, desvanecimento, redução do significado. É bastante propício citar aqui a crítica de Castilho (2003) a esse princípio: “Vejo dificuldades nas explicações que aludem a um desbotamento semântico (“bleaching”, “fading”), como se a permanente criatividade de que é feita a língua implicasse em perdas, sem ganhos, em desmaios, sem despertares”.

O processo da *semantização* se insere no quadro teórico maior da semântica cognitiva, cujos principais postulados teóricos foram apontados no CAPÍTULO 1 desta dissertação. Retomo aqui de forma resumida alguns desses postulados que apresentam uma forte

intersecção com o processo de semantização do ONDE.

Para a semântica cognitiva, o significado é construído a partir de nossa relação corpórea e experiencial com o mundo (Lakoff; Johnson, 1980). De acordo com esse modelo, os significados lingüísticos derivam de esquemas sensório-motores, o que conduz inevitavelmente à afirmação da não-arbitrariedade (ou iconicidade) do sistema lingüístico. “São, portanto, as nossas ações no mundo que nos permitem apreender diretamente esquemas imagéticos espaciais e são esses esquemas que dão significado às nossas expressões lingüísticas” (Pires de Oliveira, 2003, p. 34). Desse modo, o processo de aquisição da linguagem parte de esquemas imagéticos<sup>12</sup> como RECIPIENTE, CAMINHO, BALANÇO, sendo seguido pela aquisição das categorias de nível básico.

Mas como adquirimos significados como os de IDÉIA e ARGUMENTAÇÃO, que não resultam de nenhuma de nossas experiências corpóreas com o mundo? Segundo a semântica cognitiva, conceitos como esses surgem a partir de deslizamentos metafóricos. Nesse caso, a metáfora é vista como um elemento fundamental na estruturação dos conceitos, embora dificilmente percebida no cotidiano. É definida como “processo cognitivo que permite mapearmos esquemas, aprendidos diretamente pelo nosso corpo, em domínios mais abstratos, cuja experimentação é indireta” (Pires de Oliveira, 2003, p. 36). Assim, o conceito de IDÉIA advém de um deslizamento semântico do conceito de OBJETO, cuja experimentação corpórea é mediada pelo esquema imagético de RECIPIENTE. Portanto, por meio do processo metafórico “conceitos que estão próximos da experiência humana são utilizados para expressar aquilo que é mais abstrato e, conseqüentemente, mais difícil de ser definido” (Martelotta; Votre; Cezario, 1996, p. 54).

Conceitos como o de PÁSSARO remetem a um problema bastante complexo na semântica, o da categorização. Quais são as propriedades definidoras da categoria PÁSSARO? A experiência relatada a seguir é bastante citada para se demonstrar o quanto é complexo definir as propriedades de uma categoria: se peço a alguém para dar exemplo de um pássaro, muito provavelmente vai citar *pardal*, e dificilmente, para não dizer impossível, vai citar *pingüim*, a não ser que seja um semanticista, que queira tumultuar a experiência. Exemplos como esses levaram a semântica cognitiva a formular a hipótese de que os conceitos se estruturam por protótipos, isto é, “quando classificamos não recorremos ao estabelecimento

---

<sup>12</sup> Lakoff (1987, 1990) usa abundantemente o conceito de esquema imagético “image schema” sem apresentar uma definição clara a respeito. Em *Women, Fire, and Dangerous Things* afirma: “Image schemas are relatively simple structures that constantly recur in our everyday bodily experience: CONTAINERS, PATHS, LINKS, FORCES, BALANCE, and in various orientations and relations: UP-DOWN, FRONT-BACK, PART-WHOLE, CENTER-PERIPHERY, etc”. (Lakoff, 1987, p. 267) (Cf. Silva, 1999).

de condições necessárias e suficientes, mas nos escoramos em casos que são exemplares, que são os mais reveladores da categoria” (Pires de Oliveira, 2003, p. 40).

Como são adquiridos conceitos de categorias como HUMANO, ANIMAL, VEGETAL, etc., que claramente contêm um forte teor de abstração? Assim como utilizamos a metáfora para abstrair os esquemas imagéticos, assim também utilizamos a metonímia para elevar as categorias de nível básico ao campo abstrato. Pires de Oliveira (2003, p. 40) define a metonímia como “um processo cognitivo que permite criar relações de hierarquias entre os conceitos”, isto é, permite transferir conceitos de um domínio de experiência física imediata, mais básico, para um domínio de conhecimento mais abstrato, que seja contíguo àquele (Lakoff; Johnson, 1980; Lakoff, 1987).

De acordo com os postulados do funcionalismo, os sistemas lingüísticos, tanto em nível gramatical (forma) como semântico (conteúdo) e pragmático (uso), estão em constante flutuação, devido ao dinamismo das necessidades comunicativas dos usuários. Nesse sentido, Furtado da Cunha e Votre (1998, p. 65) afirmam:

a abordagem funcionalista acolhe a hipótese de que a linguagem se adapta às necessidades de comunicação dos seus usuários e as gramáticas refletem essas adaptações. Nesse sentido, a forma da língua deve refletir a função que exerce ou ser restringida por ela. **A língua é tida como uma estrutura maleável, emergente, uma vez que está sujeitas às pressões do uso e se constitui de um código não inteiramente arbitrário.** A codificação morfossintática é, em grande parte, resultado do uso da língua. (grifo meu)

Adotando a visão multissistêmica de Castilho (2003), segunda a qual “língua é um multissistema dinâmico, (...) tendo ao centro o Léxico e à volta a Semântica, o Discurso e a Gramática”, podemos afirmar que todos os sistemas (léxico, semântica, discurso e gramática) apresentam um alto grau de maleabilidade e flexibilidade, estando num contínuo processo de construção e reconstrução, de acordo com as demandas do uso. Partindo desse postulado, podemos afirmar que o sistema semântico de uma língua está em contínua emergência, implementando constantemente inovações e renovações de usos e sentidos, como resultado de necessidades comunicativas.

Um dos cinco princípios da gramaticalização desenvolvidos por Hopper (1991) diz respeito a esse dinamismo do sistema semântico. Trata-se do conceito de *estratificação* ou *camada* (*layering*), que, segundo Hopper (1991, p. 22), se refere ao princípio segundo o qual “dentro de um domínio funcional amplo, novas camadas emergem continuamente. Quando isso acontece, as camadas mais antigas não são necessariamente descartadas, mas podem continuar a coexistir e a interagir com as camadas mais novas”.

Votre (1996, p. 38) expande e reformula esse princípio nos seguintes termos:

*Camada*, nessa nova proposta, contempla a idéia de persistência do sentido fundante e associa-se a sobreposição/aposição, de modo que pode haver casos em que dois significados estão apostos, mas um não tem, rigorosamente falando, traços nítidos do significado-fonte. O significado novo guarda apenas uma leve associação não explícita com o original, sobretudo nos processos de discursivização do significado, em que o mesmo se torna genérico, vago, empalidecido.

O processo de deslizamento semântico via camadas pode ser claramente mapeado no processo de semantização do ONDE. O deslizamento parte de uma camada mais concreta (ONDE – ESPAÇO CONCRETO) até uma camada mais abstrata (ou totalmente abstrata), cujo sentido se torna vago ou vazio (ONDE – MARCA DISCURSIVA) em que não mais se percebe uma associação com o sentido fundante.

Dentro do paradigma da gramaticalização são propostos vários modelos de deslizamento semântico:

ESPAÇO > DISCURSO (Heine; Claudi; Hünemeyer, 1991b)

CORPO > OBJETO > PROCESSO > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE (Heine; Claudi; Hünemeyer, 1991a)

ESPAÇO > (TEMPO) > TEXTO (Traugott; Heine, 1991b).

TEMPO > CAUSA > CONCESSÃO (Traugott; König, 1991)

ESPAÇO > TEMPO > CAUSA (Castilho, 2003)

Está presente em todos esses modelos o princípio da abstratização, que prevê, a exemplo da teoria da metáfora da semântica cognitiva, que sentidos mais concretos dão origem a sentidos mais abstratos. Desse modo, pode-se estabelecer um *continuum* ao longo do qual os sentidos vão deslizando do campo mais concreto para um campo mais abstrato, até chegar ao ponto em que o sentido passa para um domínio estritamente discursivo, o que provoca sua vaguidão ou apagamento.

A trajetória ESPAÇO > DISCURSO proposta por Heine, Claudi e Hünemeyer (1991b) ilustra um processo de transferência metafórica em que a noção de *espaço no universo biossocial* é usada como protótipo da noção de *espaço no discurso*. É por meio desse processo que itens lexicais (universo biossocial) passam a uma categoria gramatical (universo textual).

Utilizo como base para ilustração da trajetória de semantização do ONDE a escala ESPAÇO > TEMPO > TEXTO proposta por Traugott e Heine (1991b). Vou demonstrar que dentro

de cada domínio da escala, com exceção do TEMPO, há sub-escalas de deslizamento semântico. Proponho, portanto, a seguinte escala de semantização do ONDE:

Para a escala ESPAÇO:

Quadro 14 – Valores semânticos do ONDE para a escala ESPAÇO

	ESPAÇO			
TRAJETÓRIA DE SEMANTIZAÇÃO	Espaço concreto >	Espaço abstrato >	Posse >	Instrumento
VALORES SEMÂNTICOS	Locativo concreto	Locativo abstrato	Possessivo	Instrumental
EQUIVALENTES SEMÂNTICOS	Em que lugar Lugar onde	Em que No(a) qual Que	Cujo Do(a) qual	Através do(a) qual

Para a escala TEMPO:

Quadro 15 – Valores semânticos do ONDE para a escala TEMPO

	TEMPO
TRAJETÓRIA DE SEMANTIZAÇÃO	Tempo
VALOR SEMÂNTICO	Temporal
EQUIVALENTES SEMÂNTICOS	Quando Em que tempo

Para a escala TEXTO:

Quadro 16 – Valores semânticos do ONDE para a escala ESPAÇO

	TEXTO		
TRAJETÓRIA DE SEMANTIZAÇÃO	Espaço textual >	Causa Conclusão Resultado Condição Finalidade	Marca discursiva
VALORES SEMÂNTICOS	Fórico textual	Operador argumentativo	Marcador discursivo
EQUIVALENTES SEMÂNTICOS	Isso	Porque / pois / já que Por isso / portanto De modo que Se / desde que Para que	Ø (zero)

Vou voltar a essa escala no próximo capítulo, apresentando dados seguidos de discussão.

### 3.4 TRAJETÓRIA DE MUDANÇA DISCURSIVA – DISCURSIVIZAÇÃO

A trajetória de mudança discursiva está estreitamente ligada à trajetória de mudança semântica do ONDE. Para explicar o funcionamento discursivo do item ONDE, recorro novamente à metáfora ESPAÇO > DISCURSO proposta por Heine, Claudi e Hünne Meyer (1991b, p. 179) como ponto de partida. Considerando-se a metáfora ESPAÇO > DISCURSO, pode-se afirmar que o *espaço concreto do mundo biossocial* se estende ao *espaço abstrato do universo textual* (discursivo), de modo que itens lingüísticos locativos concretos como ONDE, LÁ, etc. (os dêiticos espaciais), que servem para orientar a localização de seres/objetos no universo biossocial, se estendem metaforicamente a itens locativos abstratos (os fóricos), passando a marcar a posição dos elementos no universo textual (discursivo). Como enfatizam Martelotta e Rêgo (1996, p. 241), “é comum os dêiticos espaciais serem usados para indicar pontos do texto já mencionados (anáfora) ou ainda por mencionar (catáfora)”. Ressalta-se que, assim como o espaço biossocial se abstratiza em espaço textual, assim também os seres/objetos do mundo biossocial se abstratizam em elementos textuais como sintagma, oração, etc. Numa escala posterior, esses itens podem se abstratizar ainda mais, vindo a fazer parte do grupo dos operadores argumentativos, que se caracterizam, (1) do ponto de vista sintático, por terem um funcionamento gramatical mais regular e servirem para a organização interna da língua, (2) do ponto de vista semântico, por sofrerem um esvaziamento no potencial de referência dêitica e fórica, chegando, em alguns casos, a ficar plenamente vazios, e (3) do ponto de vista do discursivo, por servirem para o encadeamento lógico do texto e para construção das estratégias argumentativas (cf. Martelotta, 1996, p. 194).

Pode ser delineada ainda uma última escala nessa trajetória: quando um LOCATIVO CONCRETO, LOCATIVO ABSTRATO, POSSESSIVO, TEMPORAL, FÓRICO TEXTUAL ou OPERADOR ARGUMENTATIVO passa a MARCADOR DISCURSIVO. Nesse caso, temos o processo de discursivização, termo utilizado para designar o “processo de mudança, que leva o elemento lingüístico a perder suas restrições gramaticais, sobretudo de ordenação vocabular, e assumir restrições de caráter pragmático e interativo” (Martelotta; Votre; Cezario, 1996, p. 60). Tendo em vista apenas o funcionamento textual (discursivo) do ONDE, proponho a seguinte escala de discursivização:

FÓRICO TEXTUAL > OPERADOR ARGUMENTATIVO > MARCADOR DISCURSIVO

O ponto máximo da discursivização ocorre quando um item se desloca do léxico

(passando ou não pela gramática), em direção ao discurso, e aqui recebe fluidez e liberdade, em relação às imposições do léxico e/ou da gramática, passando a funcionar como *marcador discursivo*.

Embora apareçam diversos nomes na literatura<sup>13</sup>, preferi utilizar o nome *marcador discursivo* por ser o que mais aparece nos trabalhos sobre gramaticalização do português brasileiro. São denominados de *marcadores discursivos* os elementos lingüísticos que se usam num contexto pragmático-discursivo com finalidade de reorganizar o discurso, quando suas restrições de linearidade se perdem, e com a finalidade de preencher o vazio comunicativo causado por essa perda (cf. Martelotta; Votre; Cezario, 1996; Martelotta; Alcântara, 1996; Marcuschi, 1998).

Martelotta, Votre e Cezario (1996, p. 62) afirmam que os marcadores discursivos desempenham um conjunto bastante diversificado de funções que se sobrepõem e se confundem. Essas funções estão relacionadas direta ou indiretamente às preocupações do falante, no momento de processar a fala, em relação ao seu discurso e em relação à recepção do ouvinte. Os autores (p. 62-68) apontam as seguintes funções:

- a) Marcar hesitações ou reformulações.
- b) Modalizar o discurso, marcando insegurança ou não comprometimento do falante em relação ao que fala.
- c) Marcar mudanças de direção comunicativa, que podem se manifestar, por exemplo em aberturas de concessões em relação ao dito.
- d) Criar reticências.
- e) Retomar referentes já mencionados, fazendo-os tópicos para o que vai ser dito em seguida.
- f) Marcar plano discursivo de fundo.
- g) Preencher vazios causados por pausas para calcular as informações subseqüentes.

Pelas suas características e funções, é natural esperar que os *marcadores discursivos* venham a ocorrer quase exclusivamente na fala, mais especificamente na fala vernacular. Os *marcadores discursivos* praticamente não aparecem na maioria dos gêneros da língua escrita, porque a escrita se caracteriza por ser uma modalidade em o que o usuário dispõe de mais tempo e recursos para o emolduramento e acabamento do texto. Por isso, é bastante razoável que o escrevente venha a dispensar quase por completo o uso dos *marcadores discursivos*, a

---

<sup>13</sup> Martelotta, Votre e Cezario (1996, p. 61) enumeram os seguintes nomes que aparecem na literatura: *marcadores discursivos* (Risso; Silva; Urbano, 1995), *marcadores conversacionais* (Marcuschi, 1991), *pontuantes* (Vicent; Votre; Laforest, 1993), *bordões* (Marques, 1993).

não ser em casos em que queira reproduzir alguns fenômenos típicos da fala vernacular como hesitação, truncamento, vazio textual, repetição, etc. Nesse sentido, reitero o fato de que, como tomei por fonte para constituição do *corpus* textos provenientes da escrita monitorada, era bastante óbvio e esperado que não encontrasse ocorrências do ONDE com o valor de *marcador discursivo*. Por isso, utilizei como fonte para o estabelecimento da *escala de discursivização do ONDE* alguns usos apontados e discutidos por Oliveira (2000) e Souza (2003), típicos do vernáculo.

No próximo capítulo vou apresentar e discutir os dados coletados de nosso *corpus*, analisando-os dentro do modelo de trajetória de gramaticalização aqui exposto. Apresento a seguir um quadro que sintetiza a trajetória de gramaticalização do ONDE, enfocando os processos de recategorização, semantização e discursivização:



## CAPÍTULO 4

### ASPECTOS METODOLÓGICOS

#### 4.1 CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA DE ESCRITA MONITORADA: O *CORPUS*

##### 4.1.1 Condição de produção dos textos

A pesquisa sobre o uso do ONDE na escrita monitorada, a partir de agora EM, é feita com base num *corpus* de língua escrita constituído por 223 textos escritos por estudantes dos semestres finais do curso de Letras da Universidade de Brasília<sup>14</sup>, bem como por professores do Ensino Fundamental e Médio das redes pública e privada do Distrito Federal e do estado de Goiás. Dos 223 textos, 116 são dos estudantes de Letras, que, de agora em diante, serão identificados como Textos dos Estudantes de Letras, TEL, e 107 são dos professores, que serão identificados como Textos dos Professores, TP. Esse *corpus* faz parte do projeto de pesquisa IVEM (Impacto do Vernáculo sobre a Escrita Monitorada), coordenado pelo professor Dr. Marcos Araújo Bagno, e do qual faz parte o desenvolvimento desta dissertação.

O procedimento de coleta dos textos seguiu alguns critérios, a fim de que os textos pudessem ser classificados como escrita monitorada. Os textos dos estudantes de Letras (TEL) foram coletados em ambiente de sala de aula; foram escritos para avaliação parcial na disciplina de Sociolinguística do Português Brasileiro, do Curso de Letras, da Universidade de Brasília, ministrada pelo professor Bagno. A produção dos textos foi feita de acordo com as seguintes orientações:

- foram apresentadas algumas questões com temas referentes à variação linguística e ao ensino de língua portuguesa no Brasil;
- foi estabelecido um tempo máximo para a produção dos textos;
- foi estabelecido que os textos deveriam ser produzidos individualmente;
- os textos deveriam ser escritos na forma de dissertação, um gênero tipicamente escolar e que envolve alto grau de monitoramento e formalidade.

Os textos dos professores (TP) foram produzidos sob as seguintes condições:

- os textos foram produzidos em ambientes onde havia no mínimo dez pessoas, que não podiam se comunicar, nem consultar quaisquer materiais bibliográficos;

---

<sup>14</sup>Vale informar que os textos foram coletados no ano de 2005.

- foi apontado um tema a ser desenvolvido na forma de uma dissertação, gênero textual que envolve alto grau de formalidade;
- foi estabelecido um tempo máximo para a realização da tarefa.

Dos 107 textos, 59 foram produzidos por professores do Distrito Federal, e 48 por professores de Goiás. Na análise, os dois conjuntos de textos dos professores foram agrupados em apenas um conjunto, os TP. Os textos dos professores também foram coletados no ano de 2005.

As circunstâncias de produção (embora com alguns rigores, como tempo limitado e supervisionado para a produção do texto, que não aparecem quando a atividade de escrita está inserida num contexto de interação social, como por exemplo na produção de artigo de jornal ou de uma pesquisa científica) permitiram que os textos constituíssem de fato uma manifestação discursiva de interação social, e não apenas uma atividade de redação artificial como é comum na escola. É possível detectar nos textos que tanto os estudantes de Letras quanto os professores assumem sua produção textual como uma atividade social por meio da qual podem se expressar como sujeito, a respeito de um assunto que lhes é familiar. Nesse sentido, notei que os professores encararam os textos como um veículo de alcance mais amplo que a fala, por meio do qual poderiam demonstrar sua insatisfação com o estado do ensino de língua portuguesa, e com o preconceito lingüístico vigente na escola, conforme se pode ver nos textos a seguir<sup>15</sup>:

#### Ensinar Português para falantes de Português: Por que é difícil?

Ensinar Língua materna no Brasil hoje é uma tarefa difícil. Mais que isso, é complexa. Mas por que é assim se nossos alunos já sabem se comunicar usando a mesma língua desde criança? Vejamos alguns fatos que tornam difícil essa tarefa.

Começemos por dizer que muitos dos professores não estão preparados para lidar com as mudanças que vem ocorrendo nas últimas décadas em relação ao ensino de língua materna, ou com as propostas e mudanças que estão sendo feitas. Primeiro porque há muito tempo o ensino de Português era feito de uma forma tradicional, priorizando a norma padrão e desconsiderando as outras. Mas os professores aprenderam assim e querem ensinar do mesmo modo. Depois, muitos dos que aceitam a necessidade de mudança não sabem como mudar. Como ensinar normas gramaticais sem ser de forma tradicional em que os alunos decoram as regras; em que se isola termos da língua para estudar. O professor não sabe como tornar o ensino da língua significativo para os alunos.

Depois que os professores aceitaram a idéia de que precisam mudar a forma de ensinar, mas não sabendo bem o que ensinar nem como ensinar, o ensino partiu de um extremo para outro. Por considerar o ensino de regras gramaticais inútil passou-se a aceitar qualquer tentativa de escrita do aluno por ele ter conseguido se expressar. Mas isso também é problema porque se a escola não dá oportunidade para o aluno se comunicar ou se interagir coma norma culta da língua, muitos deles talvez não terão outra oportunidade.

O maior desafio para o professor então é saber o que ensinar a alguém que já

---

<sup>15</sup> Os textos foram produzidos de forma manuscrita. No processo digitalização, as características de apresentação e de ortografia dos textos foram mantidas tal como aparecem no original.

domina a língua, (pois a utiliza para comunicar) e como ensinar, tornando esse ensino significativo para o aluno.

Outro problema é o fato de a norma padrão da Língua Portuguesa estar tão distante da língua que os alunos utilizam. É necessário uma aproximação destas modalidades pois afinal, são variações de uma mesma língua.

Gostaria de ressaltar que quando citamos o professor como alguém que ficou confuso com as propostas de mudanças não estamos dizendo que ele é responsável por isso. Mas que isto é resultado de uma fase de transição, de mudanças e que é inevitável. Como professora, sinto que é hora de os estudiosos da língua dizer o que os professores devem fazer, e não só o que não devem. Se enfatiza muito que não se deve mais agir como agia. Mas então o que fazer? Quem diz ao professor que ele não deve comportar de determinada maneira, deve dizer como ele deve comportar?

Não estou querendo dizer que deve ser dado receitas prontas. Mas indicação de caminhos a serem seguidos.

Enfim, uma interação maior entre lingüistas e professores de ensino fundamental e médio pode ajudar a minimizar o problema (TPGO, 329).

A complexidade da língua materna no Brasil: um desafio para todos nós.

O ensino da língua portuguesa perpassa por várias nuanças. Atualmente, vivemos situações diferenciadas no que se refere às séries de 1ª a 4ª, 5ª a 8ª e 2º grau. A cada ano sempre estão surgindo normas em relação ao ensino da língua e, no entanto, percebe-se que questões básicas ainda são temas de grandes dificuldades, como é o caso da leitura, interpretação e escrita. Quero ressaltar que, cada etapa de escolaridade tem um objetivo específico em relação ao ensino da língua portuguesa e que essas etapas devem estar interligadas.

Dessa forma, parâmetros e normas da língua devem ser respeitados, conhecidos e trabalhados ao longo do ensino fundamental e do ensino médio, não só com uma visão de serem cobrados em avaliações escolares, mas também e principalmente, como uma necessidade pessoal, pois é através desse conhecimento que podemos nos tornar um cidadão crítico e participativo.

É importante ressaltar que, a língua culta é necessária, mas a valorização da língua regional deve ser observada como suma importância.

Hoje, podemos dizer que grande parte do país é analfabeta, pois é considerado alfabetizado aquela pessoa que lê, interpreta e omite opinião sobre. E se pensarmos assim perceberemos que isso é real. Por outro lado, não podemos nos esquecer que a língua culta segrega grande parte da nossa população, pois vivemos em um país onde a maioria vive na pobreza e preocupar-se com o conhecimento talvez seja irrelevante.

Por fim, falar da língua materna no Brasil é complexo, pois a “criação” da nossa língua é uma mistura de latim, espanhol. Em seguida, vem a formação do nosso povo que é de origens diversas. Dessa forma dificulta às vezes o trabalho educacional. No entanto, percebo hoje que, o mais importante talvez é valorizar a língua regional, mas trabalhar de forma mais viva essa língua culta. É necessário que todos percebam a necessidade dela, mas principalmente a importância dela na nossa vida, no dia-a-dia. Então, a escola precisa tornar o ensino dessa língua uma coisa prazerosa (TPDF, 472).

### O Processo de Mudança

A questão mais intrigante que norteia a situação do professor é a própria tomada de posição consciente a respeito de sua própria Língua. Alguns são extremamente tradicionais, enquanto outros, radicais. Mas qual é o grande desafio que o docente enfrenta nas aulas de língua materna?

Há quem diga que quem sabe falar bem, é aquele que consegue seguir Literalmente todas as regras da gramática normativa, com suas concordâncias, regências e tudo mais. É preciso refletir um pouco sobre isso. A língua tem várias funções além de ser meramente um instrumento de comunicação. Claro que seu uso primordial é o de transmitir as idéias, o que seria do homem moderno sem os registros de seus antepassados, porém como disse Sheakespeare em seu livro Hamlet: “Há muito mais entre o céu e a terra, do que sonha a filosofia humana”.

Isso serve para ilustrar que tudo parece ser muito bonito, muito bem falado, mas será que toda pessoa que anda reto pelo caminho de tais regras, consegue entender todos os gêneros textuais e suas funções? O que tem de ficar claro para as pessoas e, principalmente, para os professores de língua portuguesa, é que quem verdadeiramente sabe falar bem, é aquele que tem habilidades para comunicar com as pessoas independente de suas classes sociais. Saber falar bem, o mesmo indivíduo que, em uma situação, comunica-se com um menino de rua, e em outra, com um advogado, ou dá uma palestra, por exemplo.

Neste contexto atual, é necessário mudar a forma de ensinar português. Geralmente o que ainda está presente é o livro didático, que se configura longe da realidade lingüística socialmente usada. É imprescindível transformar o ensino de língua, sair do isolamento e ir para a sociedade, onde é efetivamente usada. E isso só é possível ser feito, a partir da conscientização de todo o grupo social.

Portanto, não resolve fechar os olhos para a mudança e pensar que tudo está resolvido e bem como está. Não é radicalizar o ensino, mas eleva-lo a um ponto onde possa ser visto e usado. É fundamental uma nova cosmovisão sobre a linguagem, revolucionando a sala de aula e levando até os alunos, as diferentes variedades lingüísticas, pois cada uma tem o seu valor de acordo com o contexto empregado (TPGO, 344).

Os estudantes de Letras, por sua vez, utilizaram os textos como meio de expressão de um conhecimento adquirido a partir de um estudo bibliográfico, como se vê nas diversas citações bibliográficas que aparecem nos TEL.

#### 4.1.2 Nível de Textualidade

Textualidade é definida aqui como um conjunto de propriedades que fazem com que uma seqüência verbal e/ou frasal seja um texto e não meramente um emaranhado de palavras e/ou frases. De acordo com Beaugrande e Dressler (1983), sete fatores são responsáveis pela textualidade de um discurso: a *coerência* e a *coesão*, que se relacionam com o material conceitual e lingüístico do texto, e a *intencionalidade*, a *aceitabilidade*, a *situacionalidade*, a *informatividade* e a *intertextualidade*, que têm a ver com fatores pragmáticos envolvidos no processo comunicativo (Costa Val, 1999).

Em seu estudo sobre redações de vestibular, Costa Val (1999) examinou a textualidade das redações, analisando a coesão e coerência, e a informatividade. Para a análise da coesão e coerência, Costa Val (1999) propôs os seguintes critérios:

- a) *continuidade*, que diz respeito à necessária retomada de elementos no decorrer do discurso (p. 21);

- b) *progressão*, que diz respeito à apresentação de novas informações que fazem o texto progredir, quando os elementos conceituais e formais são retomados (p. 23);
- c) *não-contradição*, que se refere à sujeição aos princípios lógicos elementares, tanto no âmbito interno como no âmbito das relações do texto com o mundo a que se refere (p. 24 - 25)
- d) *articulação*, que se refere à maneira como os fatos e conceitos apresentados no texto se encadeiam, como se organizam, que papéis exercem uns com relação aos outros (p. 27).

Para análise da informatividade, que se refere à capacidade de um texto de acrescentar ao conhecimento do receptor informações novas e inesperadas, a autora propõe os critérios: a) *suficiência de dados* e b) *imprevisibilidade*.

De modo geral, pode-se dizer que os TEL e TP apresentam um nível satisfatório de textualidade<sup>16</sup>, especialmente no que diz respeito aos fatores pragmáticos: intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade. No entanto, no que diz respeito aos elementos lingüístico-conceituais, *coesão* e *coerência*, notei que há diversos problemas de textualidade, especialmente no que se refere à *articulação*, dos elementos formais e das relações conceituais. Esse fato pode ser demonstrado nos seguintes trechos do texto de um estudante de Letras:

- (72) Como a lingua e heterogenea e diversificada, devido a uma grande quantidade de variedades linguisticas. Na comunidade encontramos variantes que estão sempre em relação de concorrência, como é o caso da lingua-padrão versus não-padrão, onde a lingua padrão por ser conservadora, é aquela que goza prestigio sociolinguistico na sociedade. E diante desta variedade, devemos tentar ao maximo minimizar o efeito negativo causado por ela diante do falante. Pois, cada comunidade de fala é unico. Onde a classe social, etnia, sexo, e a faixa etaria do falante contribui fundamentalmente para esta diversidade. Mas que é atraves dessas variedades que a lingua vai se alterando, independente se o falante de classe social elevada, dito letrado, ao falante de zona rural, pois é num todo que denominamos uma lingua de uma região, e não com algo rígido como nossa gramatica normativa (TEL, 276).
- (73) Talvez o que mais difere entre competência comunicativa e competência linguistica, seja porque para o falante se comunicar, ele não dependa de regras gramaticais tão rígidas quanto a gramatica normativa estipule. Pois a variação linguistica depende de fatores socioestruturais e de fatores sociofuncionais, onde a sua complexidade equivale à da propria ação humana, determinada por fatores biologicos, psicologicos, sociologicos e culturais. E esta competência comunicativa já vem sendo formada desde a infancia e nos atos de interação na sociedade, onde que é fundamental o emprego e aplicação desta competência aos alunos em sala de aula,

---

<sup>16</sup> Convém esclarecer que não tenho como alvo neste trabalho apresentar uma análise dos fatores de textualidade dos textos que compõem o nosso *corpus*, por isso as informações aqui apresentadas são preliminares e gerais, carecendo, portanto, de uma análise mais pormenorizada, a se realizar em trabalhos posteriores.

pois eles já estão mais familiarizados com ela (TEL, 276).

Levanto a hipótese de que esses problemas resultam de fatores como: a) impossibilidade de se fazer uma revisão e reestruturação do texto, algo muito comum na atividade de escrita; b) pouca familiaridade com a prática da escrita mais monitorada, acadêmica; c) acesso limitado à leitura e escrita como práticas sociais, o que resulta num baixo grau de letramento, apesar do nível de escolaridade.

A leitura e compreensão de um texto são mediadas (possibilitadas) pelos fatores de textualidade. Desse modo, quando um texto apresenta problemas em seus aspectos de textualidade, invariavelmente isso vai acarretar algum problema na sua leitura e compreensão. Portanto, era de se esperar que, ao analisar um item multifuncional e multissêmico como o ONDE, que está diretamente ligado à estruturação interna e conceitual dos textos, à *coesão* e *coerência*, fossem encontrados alguns casos em que é possível uma avaliação ambivalente e até polivalente, o que de fato ocorreu em minha análise, como se verá adiante.

Além dessa amostra de 223 textos, utilizo, mas não de modo sistemático, alguns exemplos de textos jornalísticos, retirados do jornal *Folha de S. Paulo* e da revista *Veja*, a fim de demonstrar que alguns usos não-padrão do ONDE, que aparecem no *corpus* do projeto IVEM, já se encontram sedimentados na escrita jornalística mais monitorada.

## **4.2 COLETA E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DAS OCORRÊNCIAS DO ONDE**

### **4.2.1 Coleta das ocorrências do ONDE no *corpus***

O primeiro passo da pesquisa consistiu de uma busca das ocorrências do ONDE nos 223 textos. Parti da hipótese, de fato confirmada, de que encontraria mais ocorrências, sobretudo menos padrão, nos TEL, pelos seguintes motivos: a) o conjunto dos TEL tem 9 textos a mais que o dos TP; b) os TEL foram produzidos por sujeitos de faixa etária menor, o que favorece o uso de formas lingüísticas mais inovadoras; c) os autores dos TEL encontram-se em processo de formação universitária, ao passo que boa parte dos autores dos TP já possui especialização, o que, por hipótese, me leva a crer que os professores têm um grau maior de letramento e um maior domínio da norma-padrão.

Houve ocorrências do ONDE em 25 textos dos 116 TEL e em 21 textos dos 107 TP. Foram detectadas no total 63 ocorrências do ONDE, sendo 37 nos TEL, o que corresponde a 58,73%, e 26 nos TP, 41,26%, conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 1 – Distribuição das ocorrências do ONDE nos textos do *corpus*

	QUANTIDADE DE TEXTOS		TEXTOS COM OCORRÊNCIA		NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Estudantes de Letras	116	52,01	25	54,34	37	58,73
Professores	107	47,98	21	45,65	26	41,26
TOTAIS	223	100,0	46	100,0	63	100,0

## 4.2.2 Procedimentos de análise

### 4.2.2.1 Definição do fenômeno a ser analisado: categorização, valores semânticos e discursivização do ONDE.

Seguindo a trajetória de gramaticalização do ONDE exposta no capítulo anterior, a presente análise do uso do ONDE na escrita monitorada (EM) levará em consideração os seguintes fenômenos: recategorização, valores semânticos e discursivização.

No que diz respeito à categorização, reitero a inviabilidade de uma classificação estanque e discreta do ONDE dentro de qualquer classe gramatical, o que me leva a assumir, como pressuposto teórico, o caráter multicategorial do ONDE. Nesse sentido, proponho um *continuum* categorial ao longo do qual o ONDE passa, de forma contínua e não discreta, de uma categoria a outra. Vale ressaltar também o quanto é problemática a categorização adverbial do ONDE proposta pela tradição gramatical, pelos motivos já apresentados no item 3.2 do capítulo anterior. Na análise dos dados, proponho que nos casos em que o ONDE apareça com um valor categorial adverbial seja classificado como advérbio relativo, uma vez que, do ponto de vista sintático, as orações adverbiais locativas, em que aparece o uso adverbial do ONDE, também podem ser interpretadas como relativas livres, como se verá adiante.

Recorro à abordagem categorial prototípica de Taylor (1995), apresentada anteriormente, como instrumento teórico para análise da categorização do ONDE. Proponho, juntamente com Hadermann (1993) e Souza (2003), que a categoria prototípica do ONDE não é a adverbial, como quer a tradição gramatical, e sim a pronominal. De acordo com Souza (2003, p. 208) "o ONDE é um pronome, mais propriamente uma pró-forma, de sentido genérico, que indica “lugar em que”, possuindo, portanto, um caráter lacunar a ser preenchido

por elementos discursivos, situacionais, se caracterizando como um item fórico". Desse modo, o processo de recategorização do ONDE parte da categoria pronome, mais especificamente da subclasse pronome interrogativo, e não da categoria advérbio.

Retomo o *continuum* categorial do ONDE proposto no capítulo anterior:

CATEGORIA	PRONOME				CONJUNÇÃO	MARCADOR DISCURSIVO
SUBCLASSE	Interrogativo	Advérbio relativo	Relativo	Demonstrativo		

A categoria mais recorrente no *corpus* é a pronominal, que eu dividi em *interrogativo*, *advérbio relativo*, *relativo* e *demonstrativo*, com 47, ocorrências, isto é 74,60%, das 63, sendo 2 como *interrogativo*, 6 como *advérbio relativo* e 39 como *relativo*. Em seguida aparece a categoria *conjunção* com 15 ocorrências, correspondendo a 23,80%. Como dito anteriormente, a natureza dos textos que constituem a amostra desfavoreceu um uso pleno do ONDE. Por esse motivo, a subclasse *demonstrativo* não apresentou ocorrência. Há apenas um caso conjuncional em que o ONDE pode também ser classificado como *pronome demonstrativo*. Entretanto, como a categoria mais marcante desse caso é a conjuncional, o ONDE foi aqui computado como conjunção e não como pronome. Eis o exemplo que será analisado adiante, no ponto 4.3.6 do presente capítulo:

- (74) Sabe-se, todavia, que na sociedade há diversidade sócio-econômica, isto é, pessoas pertencentes a diferentes classes sociais, **DONDE** conclui-se que há diferentes variações lingüísticas (EL, 299).

A tabela a seguir resume o quadro de ocorrências do ONDE segundo o valor semântico e segundo a categoria gramatical:

Tabela 2 – Distribuição do ONDE de acordo com as categorias gramaticais

VALORES SEMÂNTICOS	CATEGORIAS GRAMATICAIS											TOTAIS		
	PRONOME						CONJUNÇÃO		MARCADOR DISCURSIVO					
	Interrogativo		Advérbio relativo		Relativo		Demonstrativo							
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Locativo concreto	1	1,58	5	7,93	13	20,63	-	-	-	-	-	-	19	30,15
Locativo abstrato	1	1,58	1	1,58	17	26,98	-	-	-	-	-	-	19	30,15
Possessivo	-	-	-	-	1	1,58	-	-	-	-	-	-	1	1,58
Instrumental	-	-	-	-	1	1,58	-	-	-	-	-	-	1	1,58
Temporal	-	-	-	-	2	3,17	-	-	-	-	-	-	2	3,17
Fórico textual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operador argumentativo	-	-	-	-	-	-	-	-	15	23,80	-	-	15	23,80
Marcador discursivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,58	1	1,58
VALOR DUPLO														
Locativo concreto / instrumental	-	-	-	-	1	1,58	-	-	-	-	-	-	1	1,58
Locativo abstrato / possessivo	-	-	-	-	3	4,76	-	-	-	-	-	-	3	4,76
Locativo abstrato / instrumental	-	-	-	-	1	1,58	-	-	-	-	-	-	1	1,58
TOTAIS	2	3,17%	6	9,52%	39	61,90%	0	0%	15	23,80	1	1,58%	63	100%

Dos dados apresentados na tabela 2, depreende-se que o uso categorial mais recorrente e funcional é o do ONDE como relativo, o que nos leva a questionar a posição de Castilho (1997, p. 41), segundo a qual o “os pronomes relativos estão perdendo suas propriedades pronominais, **com uma severa redução de seu quadro, restringindo sua atuação gramatical à de uma conjunção sem papel funcional [o *que*]**” (grifo meu). Embora não tenha feito um levantamento de todos os relativizadores que aparecem no *corpus*, a quantidade de ocorrência do ONDE com essa propriedade nos indica que, se o conjunto dos pronomes relativos está passando por um processo de redução, certamente o ONDE está ao lado do QUE no quadro dos itens mais recorrentes e funcionais, ambos funcionando como relativos universais. Entretanto, não se questiona que os usos do QUE sejam bem superiores aos usos do ONDE.

A categorização gramatical de um item lingüístico está diretamente relacionada com os contextos sintáticos em que esse item ocorre, especialmente no que diz respeito a palavras multicategoriais como o ONDE, que têm sua categoria estabelecida de modo contextual e não absoluto. O procedimento de se estabelecer a categoria gramatical de um elemento a partir do contexto sintático representa um avanço em relação à tradição gramatical, que, de modo geral, classifica gramaticalmente as palavras a partir de critérios estritamente nocionais. Daí o motivo por que freqüentemente encontramos inconsistências e ambigüidades na classificação feita pela gramática tradicional, dentro das quais se encontra o caso do ONDE, que recebe diversas classificações, sem uma devida contextualização sintático-discursiva.

Desse modo, a partir das ocorrências no *corpus*, constatamos as seguintes correlações entre categoria gramatical e contexto sintático:

- a) O ONDE como *relativo* está correlacionado às orações relativas com antecedente, nomeadas simplesmente de relativas;
- b) O ONDE como *advérbio relativo* está correlacionado às orações relativas sem antecedente, nomeadas de relativas livres;
- c) O ONDE como *interrogativo* está correlacionado à oração absoluta interrogativa;
- d) O ONDE como *conjunção* está correlacionado às orações subordinadas adverbiais.

A análise dos valores semânticos do ONDE constitui a base deste estudo, isto é, constitui o ponto a partir do qual se fará a análise dos processos de recategorização e de discursivização. Apresento os valores semânticos do ONDE a partir da escala de deslizamento semântico proposta por Traugott e Heine (1991b):

Detectei no *corpus* os seguintes valores semânticos do ONDE:

- Locativo concreto
- Locativo abstrato
- Possessivo
- Instrumental
- Temporal
- Operador argumentativo

Os valores *fórico textual* e *marcador discursivo* praticamente não aparecem no *corpus*. Há apenas um uso para cada um, e, mesmo assim, a análise que proponho não apresenta caráter conclusivo, sendo possível uma interpretação diferente dos dados. Incluo eles no *continuum* semântico porque já foram detectados e analisados nos trabalhos de Oliveira (2001) e Souza (2003). Seguem abaixo os respectivos exemplos, que serão analisados de forma mais detalhada em 4.3.6 e 4.3.8 deste capítulo:

- (75) Sabe-se, todavia, que na sociedade há diversidade sócio-econômica, isto é, pessoas pertencentes a diferentes classes sociais, **DONDE** conclui-se que há diferentes variações lingüísticas (EL, 299).
- (76) Muitos profissionais se recusam a enxergar a língua falada e escrita como meio para comunicação e expressão entre os falantes, **ONDE** esses, ao fazerem uso dessa língua, não vão sequer lembrar das terríveis aulas de decoreba (TPDF, 401).

Retomo aqui o *continuum* semântico proposto no capítulo anterior:

Quadro 19 – *Continuum* semântico do ONDE

ESCALA SEMÂNTICA	ESPAÇO				TEMPO	TEXTO		
	VALORES SEMÂNTICOS	Locativo concreto	Locativo abstrato	Possessivo	Instrumental	Temporal	Fórico textual	Operador argumentativo

O valor *locativo concreto* é o único abonado pela tradição gramatical, embora o valor *locativo abstrato* seja, inclusive do ponto de vista quantitativo, tão utilizado quanto aquele. Ambos os valores apresentaram 19 ocorrências cada, correspondendo, cada um, a 30,15%. Esse percentual de ocorrências nos autoriza a dizer que o valor *locativo abstrato* já se encontra sedimentado no uso mais monitorado da língua, independentemente da prescrição gramatical desfavorável. Outro fato a se observar é que, mesmo sendo um uso menos padrão, a força da estigmatização sobre esse valor já está praticamente anulada, sendo possível

detectar o uso do ONDE com esse valor na fala e escrita de sujeitos com alto grau de letramento e em contextos onde se exige um uso mais padronizado e mais formal da língua.

O uso do ONDE como *operador argumentativo*, chamado por Mattos e Silva (1989), Bonfim (1991), Kersch (1996), Oliveira (2000) de ONDE *discursivo*, foi o terceiro valor semântico mais recorrente no *corpus*, com 15 ocorrências, correspondendo a 23,80%. Considerarei bastante surpreendente um uso tão alto do ONDE com esse valor na escrita monitorada. Segundo os dados apresentados por Oliveira (2000) e Souza (2003), esse valor é bastante comum na fala, por isso julguei, por hipótese, que no texto escrito seu uso fosse mais restrito, e acontecesse em textos com baixo nível de textualidade. De fato, a maioria dos textos que apresenta esse uso também apresenta problemas de textualidade, mas nem sempre associado ao uso do ONDE. Diante de disso, pode-se afirmar que usos do ONDE *locativo abstrato* e *operador argumentativo*, caracteristicamente vernaculares, já demonstram um impacto bastante sensível na escrita monitorada.

O valor *temporal* só apareceu 2 vezes no *corpus*, com 3,17%. Esse percentual também foi surpreendente. Esperava que, pelo fato de que na escala de deslizamento semântico a categoria TEMPO antecede a categoria TEXTO, os usos temporais do ONDE fossem mais abundantes que os usos *textuais*. Nesse sentido, vale ressaltar que, de acordo com Traugott e Heine (1991b), o deslizamento de um elemento lingüístico não precisa necessariamente passar pela escala TEMPO num mesmo grau de funcionalidade que nas outras escalas. Os elementos podem até saltar a escala TEMPO e ir direto para a escala TEXTO. Isso justifica o motivo por que a o uso *textual* do ONDE é mais abundante que o uso *temporal*.

Os outros valores semânticos não apresentam ocorrência significativa no *corpus*, constituindo usos bastante restritos. Os valores *possessivo*, *instrumental* e *marcador discursivo* aparecem 1 vez cada, correspondendo, cada um, a 1,58%. 5 ocorrências do ONDE, 7,93%, apresentam valores semânticos ambivalentes, sendo 1 com valor *locativo concreto/instrumental*, 3 *locativo abstrato/possessivo*, 1 *locativo abstrato/instrumental*. A tabela abaixo sintetiza a distribuição das ocorrências do ONDE segundo os valores semânticos:

Tabela 3 – Distribuição do ONDE de acordo com os valores semânticos

		VALORES SEMÂNTICOS	TEL	TP	TOTAIS		
			Nº	Nº	Nº	%	
ESCALA SEMÂNTICA	ESPAÇO	Locativo concreto	10	9	19	30,15	
		Locativo abstrato	12	7	19	30,15	
		Possessivo	-	1	1	1,58	
		Instrumental	1	-	1	1,58	
	TEMPO	Temporal	-	2	2	3,17	
	TEXTO	Fórico textual	-	-	-	-	
		Operador argumentativo	13	2	15	23,80	
		Marcador discursivo	-	1	1	1,58	
			Valor duplo				
			Locativo concreto / instrumental	-	1	1	3,17
		Locativo abstrato / possessivo	1	2	3	4,76	
		Locativo abstrato / instrumental	-	1	1	1,58	
		TOTAIS	37	26	63	100,0%	

#### 4.2.2.2 Definição dos fatores a serem analisados

Na análise interpretativa dos dados, vou considerar a correlação dos valores semânticos do ONDE com os seguintes fatores lingüísticos:

- a) Categoria gramatical: pronome (interrogativo, advérbio relativo, relativo e demonstrativo) conjunção e marcador discursivo.
- b) Contexto sintático: oração absoluta interrogativa, oração relativa livre, oração relativa, oração adverbial conclusiva, oração adverbial causal, oração adverbial consecutiva, oração adverbial condicional e oração adverbial final.
- c) Função sintática exercida pelo ONDE: adjunto adverbial, adjunto adnominal e conectivo.
- d) Referenciação: dêitico, fórico e sem referenciação.

No que diz respeito aos fatores sociais, não vou apresentar uma análise sistemática e quantitativa. O exame de fatores sociais, que porventura sejam relevantes para explicação de algum uso particular do ONDE, será apresentado de modo qualitativo juntamente com o exemplo dado. Desse modo, os usos do ONDE que apresentarem nuances que vão além dos fatores lingüísticos, serão explicados, se necessário, a partir da identidade social do sujeito que fez tal uso, de modo particular e qualitativo, e não geral e quantitativo.

### 4.3 ANÁLISE INTERPRETATIVA DOS DADOS

#### 4.3.1 O ONDE locativo concreto

O uso do ONDE *locativo concreto* é o mais canônico, e de onde partem os outros usos. Segundo as gramáticas normativas consultadas esse é o único valor semântico atribuível ao ONDE. Não me causou estranheza o alto índice de ocorrência do ONDE com esse valor, 19 de 63, por ser ele o valor mais canônico e o mais antigo na linha diacrônica. Além dessas 19 ocorrências, aparece ainda 1, à qual se pode atribuir dois valores semânticos: *locativo concreto* e *instrumental*. Passo agora a analisar os contextos sintáticos e a categoria gramatical do ONDE *locativo concreto*.

Detectei no *corpus* três contextos oracionais, nos quais ocorre o ONDE com valor *locativo concreto*: oração relativa, com 13 ocorrências, oração relativa livre, com 5, e oração absoluta interrogativa, com apenas 1. As tabelas abaixo resumem os números de ocorrências do ONDE *locativo concreto* em correlação com o contexto sintático e à categoria gramatical.

Tabela 4 – Contexto sintático do ONDE *locativo concreto*

CONTEXTO SINTÁTICO	VALOR SEMÂNTICO	
	Locativo concreto	
	Nº	%
Oração relativa	13	68,42
Oração relativa livre	5	23,31
Oração absoluta - interrogativa	1	5,26
TOTAL	19	100,0

Tabela 5 – Categoria gramatical do ONDE *locativo concreto*

CATEGORIA GRAMATICAL - PRONOME	VALOR SEMÂNTICO	
	Locativo concreto	
	Nº	%
Subclasses gramaticais		
Interrogativo	1	5,26
Advérbio relativo	5	23,31
Relativo	13	68,42
TOTAL	19	100,0

#### 4.3.1.1 O ONDE locativo concreto nas orações relativas

A oração relativa é o contexto sintático de maior ocorrência do ONDE, não apenas com valor *locativo concreto*, mas com todos os valores que estão na escala semântica ESPAÇO: *locativo concreto*, *locativo abstrato*, *possessivo*, *instrumental*, e na escala TEMPO: *temporal*. O alto percentual de ocorrência do ONDE nesse contexto me leva a assumir que no português brasileiro atual o ONDE funciona prioritariamente como *relativo*, ou seja, como *pronome*.

O ONDE, nas orações relativas com todos os valores das escalas semânticas ESPAÇO e TEMPO, se caracteriza por apresentar um antecedente, o que evidencia sua função fórica, mais especificamente anafórica, possuindo vários equivalentes semânticos: *lugar em que*, *no(a)(s) qual(is)* para *locativo concreto*, *em que* e *no(a)(s) qual(is)* para *locativo abstrato*, *cujo(a)(s)* e *do(a)(s) qual(is)* para *possessivo*, *através do(a)(s) qual(is)* e *pelo(a)(s) qual(is)* para *instrumental* e *quando* e *em que* para *temporal*.

Eis alguns exemplos do ONDE *locativo concreto* nas orações relativas:

- (77) A norma padrão é considerada um bem de consumo e, devido principalmente à concentração de renda, muitos não podem adquiri-la. **Em um país com tamanha desigualdade social, ONDE a grande maioria da população não tem acesso à educação**, esse preconceito torna-se mais um instrumento na manutenção da hierarquia social (EL, 212).
- (78) Para que uma nação se construa fortemente e igualitariamente, é necessário que haja uma “língua em comum” entre todos os falantes seus. **Seria confuso pensar em um país ONDE cada pessoa ou grupo social falasse seu idioleto/socioleto e ONDE não houvesse uma comunicação eficiente e eficaz**. Por isso, faz-se necessária uma regulação lingüística, uma forma de língua compreensível a todos, enfim, a “norma social (EL, 282).

Em (77), o ONDE retoma o termo ‘país’, e pode ser reconstruído com os equivalentes semânticos EM QUE e NO QUAL:

- (77a) Em um país com tamanha desigualdade social, EM QUE / NO QUAL a grande maioria da população não tem acesso à educação, esse preconceito torna-se mais um instrumento na manutenção da hierarquia social.

Como oração absoluta, temos a seguinte construção:

- (77b) NESSE PAÍS, a grande maioria da população não tem acesso à educação.

Em (78), novamente o ONDE faz uma retomada anafórica do termo ‘país’, e pode ser

reconstruído com os equivalentes semânticos EM QUE e NO QUAL:

- (78a) Seria confuso pensar em um país EM QUE / NO QUAL cada pessoa ou grupo social falasse seu idioleto/socioleto e EM QUE / NO QUAL houvesse uma comunicação eficiente e eficaz.

No uso duplicado do ONDE retomando o termo ‘país’ em (7), temos um fator interessante, que aumenta o grau de subordinação da oração relativa. Trata-se do uso do futuro do pretérito na oração principal, o que determina o uso do pretérito do subjuntivo na relativa. Nesse caso, a reconstrução da relativa em oração absoluta torna-se agramatical:

- (78b) \*NESSE PAÍS cada pessoa ou grupo social falasse seu idioleto/socioleto e NESSE PAÍS não houvesse uma comunicação eficiente e eficaz

No que diz respeito à referenciação, em 100% dos 13 casos do ONDE nas orações relativas, ele aparece fazendo uma retomada textual anafórica. Portanto, o uso anafórico do ONDE nas relativas possui um valor categórico.

Ainda com relação à referenciação, há casos em que a retomada anafórica apresenta uma possibilidade de um duplo referente:

- (79) O “ensino” de uma língua materna partiria do pressuposto errôneo de que os alunos não saberiam de antemão essa língua. Ricardo-Bortoni como lingüísta acredita na realidade de que os alunos já dominam sua língua e **na escola passarão por um processo de letramento, ONDE terão contato com a língua sob uma forma mais monitorada** (EL, 243).

Reconstruindo o uso do ONDE em (8) como uma oração absoluta, podemos ter:

- (79a) NA ESCOLA, [os alunos] terão contato com a língua sob uma forma mais monitorada.
- (79b) NO PROCESSO DE LETRAMENTO, [os alunos] terão contato com a língua sob uma forma mais monitorada.

#### 4.3.1.2 O ONDE locativo concreto nas orações relativas livres

As orações relativas livres, também chamadas de relativas sem antecedente, são aqui definidas de acordo com Mateus *et al.* (1983). Segundo as autoras “além das funções sintáticas que os morfemas relativos têm no interior da oração a que pertencem, as próprias orações relativas livres são um constituinte da oração superior, com função sintática própria”

(p. 446). Esse tipo de oração não tem uma classificação consensual nas gramáticas normativas: recebem os nomes de *oração interrogativa indireta*, *oração subordinada substantiva*, entre outros. Por esse motivo utilizo a terminologia de uma gramática descritiva, que apresenta uma descrição mais operacional.

Classifico o ONDE como advérbio relativo nas orações relativas livres, porque nesses casos o ONDE apresenta simultaneamente propriedades adverbiais e relativas, embora não haja essa classificação na NGB.

Eis um dos exemplos desse tipo de uso do ONDE:

- (80) Um jornalista, em seu programa diário na TV, criticou: “Esse falar não é próprio para um presidente”. **Ele só esqueceu de avisar ONDE conseguimos achar uma “gramática dos falares próprios dos presidentes”** (EL, 219).

Nesse exemplo, a oração encabeçada pelo ONDE é um constituinte da oração superior, ou seja, é o objeto direto do verbo AVISAR. Nesse caso, temos embutido no ONDE uma propriedade categorial de relativizador, podendo ser perfeitamente substituído por um nome seguido de um relativizador:

- (80a) Ele só esqueceu de avisar O LUGAR EM QUE / O LUGAR ONDE conseguimos achar uma “gramática dos falares próprios dos presidentes”

Em (9), o ONDE funciona, ao mesmo tempo, como um adjunto adverbial da segunda oração sem estabelecer relação com a oração anterior. Esse funcionamento do ONDE como adjunto adverbial de uma oração autônoma indica que, nesse caso, o ONDE possui um valor categorial adverbial, além do relativo. Poderíamos perfeitamente deslocar a oração do contexto geral, sem qualquer prejuízo gramatical ou semântico, e transformá-la numa oração absoluta interrogativa:

- (80b) ONDE conseguimos achar uma “gramática dos falares próprios dos presidentes”?.

Defendo a classificação da oração (9a) como oração relativa livre e não substantiva, pelo motivo de que uma oração substantiva verdadeira não admite esse tipo de operação:

- (81) Eu avisei QUE ele viria mais tarde.  
 (81a) \*QUE ele viria mais tarde?

O exemplo a seguir tem a mesma característica do anterior, com uma leve diferença

que não altera o estatuto gramatical. Trata-se da ocorrência do ONDE precedido da preposição DE, que amplia o domínio semântico do adjunto adverbial de *local* para *local de procedência*, a fim de satisfazer uma necessidade semântica imposta pelo verbo SURGIR:

- (82) **Para mim língua portuguesa, nas escolas deveria ser toda ela voltada para a lingüística, mas com segurança de dizer, explicar as metodologias, o porquê, como, de ONDE surgiram estas regras.** Para isso, é preciso melhorar também a qualificação das faculdades para que futuros professores saibam como trabalhar a língua portuguesa (TPDF, 428).

Nesse caso podemos fazer a mesma operação que foi feita em (9):

- (82a) Para mim língua portuguesa, nas escolas deveria ser toda ela voltada para a lingüística, mas com segurança de dizer, explicar (..) O LUGAR DE ONDE surgiram estas regras.

- (82b) De ONDE surgiram estas regras?

O ONDE nas *orações relativas livres* se caracteriza também por um processo de referenciação diferente do que ocorre nas *orações relativas*. Das 5 ocorrências do ONDE nas *relativas livres*, nenhuma aparece com referenciação fórica; a todas se pode atribuir um valor dêitico, uma vez que fazem referência a um espaço externo ao discurso. Ressalto aqui que, devido à dificuldade de estabelecer uma diferença conclusiva entre referência *dêitica* e referência *exofórica*, o valor de referenciação do ONDE nas relativas livres pode receber uma interpretação diferente da que eu dou, sendo classificada como uma referenciação exofórica. A tabela a seguir resume o quadro de referenciação do ONDE, tanto nas relativas como nas relativas livres e absolutas interrogativas:

Tabela 6 – Referenciação do ONDE *locativo concreto*

REFERENCIAÇÃO	VALOR SEMÂNTICO	
	Locativo concreto	
	Nº	%
Dêitico	6	31,57
Fórico	13	68,42
Sem referenciação	-	-
TOTAL	19	100,0

#### 4.3.1.3 O ONDE locativo concreto nas orações absolutas interrogativas

Aparece no *corpus* apenas um uso do ONDE *locativo concreto* em oração absoluta interrogativa. Como já dito anteriormente, a natureza da amostra desfavoreceu o uso do ONDE *locativo concreto* nesse tipo de oração. Segue-se o exemplo:

- (83) O que estão fazendo os professores? Estudando? Lendo? **Então ONDE estão os resultados de suas comprovações?** Em suas cabeças? (TPGO, 345).

Nesse caso, atribuí valor *locativo concreto* ao ONDE por se tratar de um interrogativo, embora eu entenda que a fronteira semântica aqui não esteja claramente delimitada. É difícil determinar com segurança se o ONDE aqui é um *locativo concreto* ou *locativo abstrato*. A pergunta retórica seguinte resolve apenas parte do problema, ao identificar a possibilidade de que o local '*ONDE estão os resultados de suas comprovações*' seja a cabeça, que é um local concreto. Porém é preciso dizer que cabeça constitui um local concreto, apenas no sentido de ser o local onde estão os olhos, as orelhas, o nariz, a boca, etc. No sentido de ser um recipiente de conhecimento, cabeça é seguramente um local abstrato.

#### 4.3.1.4 Função sintática e valores normativos do ONDE

O ONDE *locativo concreto* funciona como um adjunto adverbial de lugar em todos os contextos sintáticos. Em 100% das ocorrências ele assume essa função. Veja-se a tabela a seguir:

Tabela 7 – Função sintática do ONDE *locativo concreto*

FUNÇÃO SINTÁTICA	VALOR SEMÂNTICO	
	Locativo concreto	
	Nº	%
Adjunto adverbial de lugar	19	100,0
TOTAL	19	100,0

Quanto ao valor normativo, o ONDE *locativo concreto* constitui o valor semântico com o mais alto índice de uso padrão, chegando a quase 100%. Das 19 ocorrências, apenas 1 apresenta uso não-padrão:

- (84) Palavra não foi feita para dividir ninguém, **palavra é uma ponte ONDE o amor vai e vem** (TPDF, 435)

A tabela a seguir resume os usos do ONDE *locativo concreto* de acordo com o valor normativo:

Tabela 8 – Valor normativo do ONDE *locativo concreto*

VALOR NORMATIVO	VALOR SEMÂNTICO	
	Locativo concreto	
	Nº	%
+ padrão	18	94,73
- padrão	1	5,26
+/- padrão	-	-
TOTAL	19	100,0

De acordo com a gramática normativa, o ONDE em (13) deveria vir precedido da preposição POR, visto que os verbos IR e VIR, quando seguidos de adjunto adverbial de lugar que indica local por onde se está indo ou vindo, regem a preposição POR. Desse modo, temos a seguinte reconstrução padrão:

(84a) Palavra é uma ponte POR ONDE o amor vai e vem.

A respeito do apagamento da preposição em orações relativas como essa, cabe aqui a seguinte consideração. Tarallo (1983), em seu estudo sobre as estratégias de relativização, identificou no português brasileiro três estratégias de relativização: a) a variante com lacuna (*the gap-leaving variant*) ou relativa padrão, b) a variante com pronome lembrete (*the resumptive pronoun variant*) ou relativa copiadora e c) a variante cortadora (*the prepositional phrase-chopping*). Segue-se a exemplificação de cada uma:

Variante padrão:

(85) Essa é a menina DE QUEM eu te falei.

Variante com pronome lembrete:

(86) Essa é a menina QUE eu te falei DELA.

Variante cortadora:

(87) Essa é a menina QUE eu te falei.

Tarallo (1983) defende que apenas a relativa padrão é construída através da regra de movimento, por meio do qual o “sintagma QU da oração relativa é movido para a posição de COMP [complementizador na terminologia gerativa], deixando atrás um traço que é ligado ao QU em COMP<sup>17</sup>” (p. 4). Como a relativa de movimento não ocorre no vernáculo, surge então a necessidade de se encontrar uma proposta explicativa para as *relativas não-padrão*, a *relativa copiadora* e a *relativa cortadora*. Nesse caso há duas possibilidades explicativas: a) movimento do sintagma QU seguido de apagamento do QU em COMP; b) lacuna derivada do apagamento do pronome resumptivo (lembrete) na oração relativa. Tarallo (1983) opta pela segunda opção, a regra de apagamento, por julgar que ela explica de forma mais econômica os fatos do português brasileiro falado.

Partindo da exposição de Tarallo (1983), podemos afirmar que a relativa padrão, construída por meio de um movimento do sintagma QU, envolve um conjunto de regras mais complexas do que as relativas não-padrão, construídas por meio da manutenção e apagamento da forma pronominal. Além disso, destaca-se que a regra de apagamento, nesse aspecto, é mais produtiva que a regra de movimento no português brasileiro vernacular. Daí o motivo por que as relativas não-padrão são as únicas que ocorrem no português brasileiro falado.

Tomemos novamente oração relativa não-padrão que aparece no nosso *corpus*:

(84b) Palavra é uma ponte ONDE o amor vai e vem.

De acordo com proposta de Tarallo (1983), temos aqui uma relativa cortadora<sup>18</sup>, se levarmos em conta que, nesse caso, ONDE é apenas um relativizador, COMP na terminologia gerativa, equivalente ao QUE, o que de fato podemos comprovar por meio da substituição, sem qualquer prejuízo gramatical ou semântico, gerando uma *relativa cortadora* ou uma *relativa copiadora*:

(84c) Palavra é uma ponte QUE o amor vai e vem.

<sup>17</sup> Tarallo (1983) faz uso do modelo teórico proposto por Chomsky (1977), no qual COMP (complementizador) é visto como a posição sintática mais alta da estrutura da frase. Para esta posição se movem elementos de diversos tipos tais como pronomes interrogativos, tópicos; também nesta posição são engendradas conjunções que introduzem sentenças subordinadas, bem como os pronomes relativos, que introduzem as orações relativas que estabelecem uma relação de dependência com um nome (Cf. Kersch, 1996, p. 57).

<sup>18</sup> É importante frisar que Tarallo (1983) não se atém às relativas formadas com o ONDE. Desse modo, as explicações feitas aqui só podem ser atribuídas a Tarallo por inferência.

(84d) Palavra é uma ponte QUE o amor vai e vem POR ELA.

De acordo com Tarallo (1983) a *relativa cortadora* é, do ponto de vista sociolingüístico, a alternativa mais neutra, e preferida pelos falantes mais escolarizados. Pode-se levantar os seguintes motivos: a) não envolve o uso de uma regra menos produtiva (a regra de movimento) e, por conseguinte, estilisticamente menos acessível (característica marcante da *relativa padrão*); e b) bem como não envolve a utilização plena de uma forma estilisticamente estigmatizada, por apresentar alto grau de redundância (a *relativa copiadora*). Considero bastante pertinente o comentário que Bagno (2001a, p. 89) faz sobre a preferência dos falantes mais cultos pela *relativa copiadora*:

Estamos lidando aqui, portanto, com questões de *atitudes* dos falantes em relação a regras específicas da língua. Para os falantes cultos, a *relativa padrão* é pouca aceita porque parece ser “certa demais”, ao passo que a *relativa copiadora*, identificada (sem razão, porém) com os falantes menos instruídos, é menos aceita porque parece “errada demais”. Assim, para manter uma posição equidistante entre esses dois extremos, o brasileiro culto opta por empregar a *relativa cortadora*.

Portanto, interpreto o apagamento da preposição em (84) como resultado da migração de uma estratégia de relativização típica da fala vernacular de sujeitos cultos para a escrita monitorada.

#### 4.3.2 O ONDE locativo abstrato

O ONDE *como locativo abstrato* recobre um conjunto de usos tão abundante quanto o *locativo concreto*, em que o termo ou sintagma retomado, apesar de não poder ser identificado semanticamente como um espaço concreto, um local físico, pode ser interpretado como um espaço virtual, abstrato. Esse valor semântico é seguramente derivado do valor *locativo concreto* por meio de uma projeção metafórica, isto é, por meio de um deslizamento semântico, como já se definiu no ponto 3.3 do capítulo anterior.

Detectei no *corpus* 19 ocorrências do ONDE *locativo abstrato*, a mesma quantidade encontrada do ONDE *locativo concreto*. O valor *locativo abstrato* ocorre quase de forma categórica apenas nas orações relativas. Das 19 ocorrências, apenas duas estão fora das orações relativas, sendo 1 encabeçando uma *relativa livre* e outra uma *absoluta interrogativa*. O quadro da distribuição sintática determina o quadro da categoria gramatical. Desse modo,

temos os mesmos números para a tabela da categoria gramatical:

Tabela 9 – Contexto sintático do ONDE *locativo abstrato*

CONTEXTO SINTÁTICO	VALOR SEMÂNTICO	
	Locativo concreto	
	Nº	%
Oração relativa	17	89,47
Oração relativa livre	1	5,26
Oração absoluta - interrogativa	1	5,26
TOTAL	19	100,0

Tabela 10 – Categoria gramatical do ONDE *locativo abstrato*

CATEGORIA GRAMATICAL - PRONOME	VALOR SEMÂNTICO	
	Locativo abstrato	
	Nº	%
Subclasses gramaticais		
Interrogativo	1	5,26
Advérbio relativo	1	5,26
Relativo	17	87,47
TOTAL	19	100,0

#### 4.3.2.1 O ONDE *locativo abstrato* nas orações relativas

Como dito, o ONDE *locativo abstrato* retoma um termo ou sintagma que é interpretado como espaço virtual ou abstrato, por meio de deslizamento metafórico da categoria ESPAÇO. É por esse processo que interpretamos conceitos abstratos como de AMBIENTE, SOCIEDADE, CONTEXTO (termos que mais foram retomados nos textos do *corpus*), como espaço. Em 100% dos casos do ONDE *locativo abstrato* nas relativas, o ONDE constitui uma retomada anafórica.

As gramáticas normativas em geral não aprovam o uso do ONDE *locativo abstrato*. Algumas gramáticas chegam até a mencionar a funcionalidade e recorrência desse uso, mas apenas para reprovar, como é caso da gramática de Cipro Neto e Infante (2003, p. 423-424), onde se encontra a seguinte reprovação:

Há uma forte tendência, na língua portuguesa atual, em usar *onde* como relativo universal, um verdadeiro “cola-tudo”. Esse uso curiosamente tende a ocorrer quando um falante de desempenho lingüístico pouco eficiente procura “falar difícil (...) Na língua culta, escrita ou falada, *onde* deve ser limitado aos casos em que há indicação de **lugar físico**, espacial. Quando não houver essa indicação, deve-se preferir *em*

*que, no qual* (e suas flexões *na qual, nos quais, nas quais*)”.

Os exemplos dados por Cipro Neto e Infante (2003) constam no item 1.4.1 do segundo capítulo.

Dos 19 casos do ONDE *locativo abstrato*, apenas 3 estão de acordo com a prescrição das gramáticas normativas; os demais 16 casos, 84,21%, são considerados não-padrão. Vale ressaltar que, embora se faça uma militância pela inclusão do ONDE *locativo abstrato* na norma-padrão, é necessário considerar que, em casos em que o uso do ONDE com esse valor afeta a textualidade, deve-se usar um equivalente semântico e/ou uma outra estrutura sintática. É o caso do seguinte exemplo:

- (88) **Segundo os dois autores, os grupos sociais possuem suas próprias normas sociais ONDE um grande número de variações lingüísticas se manifestam** e, para que haja o convívio e a comunicação entre os membros desses grupos e de um determinado grupo com outro, se faz necessária uma regulação, tanto lingüística como social (EL, 293).

Nesse caso, o autor do texto usa o ONDE para fazer uma retomada anafórica do sintagma ‘*normas sociais*’. Essa retomada, bem como a estruturação da oração subordinada adverbial de finalidade seguinte, me parece inadequada, portanto com algum problema na cadeia coesiva (anafórica) que não se resolve apenas substituindo o ONDE por um dos seus equivalentes semânticos, como se vê a seguir:

- (88a) Segundo os dois autores, os grupos sociais possuem **suas próprias normas sociais EM QUE um grande número de variações lingüísticas se manifestam** e, para que haja o convívio e a comunicação entre os membros desses grupos e de um determinado grupo com outro, se faz necessária uma regulação, tanto lingüística como social.

Para resolver os problemas de textualidade, mantendo no que for possível os aspectos estilísticos do texto, deve-se efetuar a substituição do ONDE por um dos seus equivalentes semânticos, seguido de uma reestruturação sintático-discursiva. Assim temos:

- (88b) Segundo os dois autores, os grupos sociais possuem **suas próprias normas sociais QUE permitem que um grande número de variações lingüísticas se manifestem**. Por isso, se faz necessária uma regulação, tanto lingüística como social para que haja o convívio e a comunicação entre os membros desses grupos e de um determinado grupo com outro.

Consideremos outros exemplos, em que o uso do ONDE *locativo abstrato* não está associado a problemas de textualidade, não havendo, portanto motivos para se prescrever a

substituição:

- (89) **A escola, portanto, não cabe ensinar a língua, mas sim educar seu aluno no uso das diversas variedades da língua, nos diversos contextos ONDE ela será empregada.** A escola deve ser um espaço no qual os diversos níveis e contextos de fala coexistam para que assim o aluno saiba adequar sua fala (EL, 207).
- (90) Por que preciso conhecer a norma culta da minha língua se sem ela, consigo me comunicar, cativar o que tenho intencionalidade de fazê-la. **Posso fazer o uso de email ONDE a linguagem é toda codificada e nada tem haver com o que os professores de português exigem.** Faço uso de linguagem coloquial e consigo o que quero da mesma forma, sem ter que dominar o padrão exigido pelas gramáticas e seus conceitos (TPDF, 471).
- (91) Neste contexto atual, é necessário mudar a forma de ensinar português. Geralmente o que ainda está presente é o livro didático, que se configura longe da realidade lingüística socialmente usada. **É imprescindível transformar o ensino de língua, sair do isolamento e ir para a sociedade, ONDE é efetivamente usada.** E isso só é possível ser feito, a partir da conscientização de todo o grupo social (TPGO, 344).

Em (89), o ONDE está retomando o sintagma '*nos diversos contextos*', que pode perfeitamente, ser relativizado pelo ONDE, como faz o autor. Um fato interessante nesse texto é que o autor faz uso invertido da prescrição normativa. Para retomar o sintagma '*nos diversos contextos*', que é um espaço abstrato, usa o ONDE e, no período seguinte, usa um equivalente semântico do ONDE, '*no qual*', para retomar o termo '*espaço*' que está retomando o sintagma '*escola*', os quais são espaços concretos. O único problema de textualidade desse texto, mas sem muita relevância, resulta do uso do objeto indireto '*a escola*', que abre o texto, numa posição pouco convencional. O texto ficaria bem mais natural, se o autor tivesse colocado a sentença na ordem canônica, Sujeito – Verbo – Objeto (SVO):

- (89a) Portanto, não cabe à escola ensinar a língua, mas sim educar seu aluno no uso das diversas variedades da língua, nos diversos contextos ONDE será empregada.

No entanto, é preciso salientar que parti da prescrição normativa, que considera o verbo CABER no sentido de '*competir*', '*pertencer*' como transitivo indireto, para detectar o problema de textualidade mencionado acima. Olhando por uma outra perspectiva, pode-se dizer que a posição de '*a escola*' antes do verbo, resulta de numa tendência forte no português brasileiro de eliminar sujeitos não-animados, desempenhados por infinitivos verbais. Nesse caso, o sujeito desempenhado pelo infinitivo verbal '*ensinar a língua*', que já se encontra à direita do verbo, portanto na posição canônica do objeto, é interpretado como objeto direto do verbo CABER, que deixa de ser transitivo indireto e passa a ser transitivo direto. O processo se completa com o deslocamento o objeto indireto à esquerda, que ocorre por causa da tendência

de topicalização do português brasileiro, passando a exercer a função discursiva de tópico e a função gramatical de sujeito.

Em (90), o ONDE está retomando o termo ‘*email*’, que se refere a um espaço virtual. A retomada de ‘*email*’ por meio do ONDE não apresenta qualquer problema de textualidade, o que torna a prescrição do uso de EM QUE no lugar do ONDE um fato arbitrário, sem justificativa. Deve-se considerar ainda que o texto apresenta um pequeno problema de ortografia, sem relevância semântico-gramatical: aparece grafado ‘*nada tem haver*’ em lugar de ‘*nada tem a ver*’, como recomenda a norma.

Considere-se novamente o exemplo:

- (90a) Posso fazer o uso de email ONDE a linguagem é toda codificada e nada tem haver com o que os professores de português exigem.

Em (91), o ONDE está retomando o termo ‘*sociedade*’, que se refere a um espaço abstrato no qual estão contidos os sujeitos que formam um grupo com valores afins. Nesse caso, também não há justificativa para prescrição do uso de EM QUE no lugar do ONDE. O único ajuste textual necessário aqui seria o preenchimento do sujeito da oração relativa, por meio da retomada do item ‘*língua*’, uma vez que no sintagma anterior ‘*língua*’ não constitui o núcleo do sintagma, o que dificulta a retomada nula posterior:

- (91a) É imprescindível transformar o ensino de língua, sair do isolamento e ir para a sociedade, ONDE [a língua] é efetivamente usada.

Dentre os usos do ONDE *locativo abstrato*, um destoa das demais ocorrências do ONDE, não apenas nesse grupo, mas em todo o *corpus*. Trata-se da forma AONDE, que aparece apenas uma vez no *corpus*:

- (92) Sinto falta, principalmente, nós que trabalhamos na rede pública, de cursos AONDE poderíamos estudar, trocar idéias quanto ao ensino de língua portuguesa (TPDF, 428).

Embora a tradição gramatical insista em acentuar a diferença semântica entre ONDE e AONDE, o que se vê é um uso indiscriminado das duas formas, sem qualquer delimitação semântica de *localização* (*lugar em que*) para o ONDE, e de *direção* (*lugar a que*) para o AONDE. Em seu estudo sobre variação dos locativos na fala de Belo Horizonte, Cambraia e Araújo (2004) demonstram que o ONDE e o AONDE são usados indiscriminadamente tanto para indicação de *lugar em que*, como para a indicação de *lugar a que*, por falantes dos dois níveis

de escolaridade – *baixa escolaridade / alta escolaridade* – e das três faixas etárias – *jovem / adulto / idoso* – delimitadas pela pesquisa. Bagno (2001a) também fez um levantamento das ocorrências variáveis de ONDE e AONDE, no jornal *Folha de S. Paulo*, entre os anos de 1994 e 1998, e constatou que há um uso bastante expressivo do ONDE indicando direção (*lugar a que*) bem como do AONDE indicando localização (*lugar em que*). Seguem-se alguns exemplos citados por Bagno (2001a):

a) ONDE com valor semântico de *lugar a que*:

- (93) Para *chegar onde chegou*, Starr avançou a passos lentos (*FSP*, 14/12/1998, p. 8A12).
- (94) A marca é o mais antigo produto do gênero a ser industrializado no país, *onde chegou* em 1938 (*FSP*, 1/12/1998, p. Especial-8).

b) AONDE com valor semântico de *lugar em que*:

- (95) Sim, mas *aonde encontrar* esse adversário ideal? Na cidade vizinha! (*FSP*, 20/08/1994, p. 4-8).
- (96) É inadmissível que se fale em concorrência *aonde existe* monopólio natural (*FSP*, 30/04/1995, p. 2-4).
- (97) *Aonde está* a Embratur que qualifica estas empresas? (*FSP*, 8/1/1996, p. 3-2).

Em seguida, o autor apresenta a seguinte conclusão:

Portanto, podemos afirmar sem medo que *não existe distinção semântica entre onde e aonde em português*. Nem no Brasil, nem em Portugal. Nem na língua escrita, nem na língua falada. Por isso, não tem argumento filológico nenhum professor que cobrar de seu aluno uma suposta regra que nunca foi seguida nem mesmo pelos maiores clássicos da língua (Bagno, 2001a, p. 149-150).

Do ponto de vista da função sintática exercida pelo ONDE, constatei que, em 100% das 19 ocorrências com valor *locativo abstrato*, o que inclui as 17 ocorrências nas orações relativas, uma na relativa livre e uma na absoluta interrogativa, o ONDE funciona como adjunto adverbial de lugar, como se pode ver no exemplo abaixo:

- (98) **É possível ainda perceber outro tipo de linguagem surgindo entre jovens e crianças, a do “internetês”, ONDE a língua é tratada com muita liberdade, naturalidade, sem a preocupação do convencionalismo da língua...** além do “gerundismo” tão comum, inclusive entre adultos e até mesmo, profissionais da área de educação...(TPDF, 465).

Aqui o ONDE está retomando o termo ‘*internetês*’, e, transformando a oração relativa numa absoluta, teremos o termo retomado funcionando como adjunto adverbial de lugar:

- (98a) NO “INTERNETÊS”, a língua é tratada com muita liberdade, naturalidade, sem a preocupação do convencionalismo da língua.

#### 4.3.2.2 O ONDE locativo abstrato nas orações relativas livres e absolutas interrogativas

Pelo número de ocorrências do ONDE *locativo abstrato* nesses dois contextos sintáticos, uma para cada um, podemos afirmar que ambos desfavorecem o uso *locativo abstrato* do ONDE. Seguem-se os casos encontrados no *corpus*:

- (99) Numa sociedade onde a discriminação por raça, religião, sexo e até poder econômico não está mais sendo permitida, parece que a única forma de preconceito ainda vista como politicamente correta é a do preconceito lingüístico – e é **justamente para ONDE ecoam as outras formas de preconceito** (EL, 218).
- (100) Com isto eu concordo. Mas, afirmar que a língua é difícil, ela não considerou que, se moramos todos no mesmo país, se falamos todos a mesma língua, **ONDE está a dificuldade de sabermos Português?** (TPGO, 319).

Reitero aqui que as orações relativas livres e as orações absolutas interrogativas favorecem o uso dêitico do ONDE, como se pode ver em (99) e em todos os usos do ONDE *locativo concreto* nas relativas livres e nas absolutas interrogativas. Temos aqui o seguinte problema: Se o uso do ONDE, citado acima, é interpretado como dêitico, isso implica que não poderia ser interpretado como *locativo abstrato*. Proponho a seguinte solução para esse problema.

Em (99), a relativa livre pode ser desmembrada da oração anterior e constituir-se numa absoluta interrogativa:

- (99a) **Para ONDE** ecoam as outras formas de preconceito?

A resposta para essa pergunta pode ser encontrada no contexto imediatamente anterior e se trata de um espaço abstrato:

- (99b) Essas outras formas de preconceito ecoam **para o preconceito lingüístico**.

Antes de prosseguir com a análise da referenciação do ONDE nesse exemplo, faço uma

breve consideração sobre o problema de textualidade resultante do uso inadequado do verbo ECOAR. Pelo contexto, e utilizando uma expressão semanticamente tão próxima quanto possível, infiro que o autor do texto queria dizer:

- (99c) Numa sociedade onde a discriminação por raça, religião, sexo e até poder econômico não está mais sendo permitida, parece que a única forma de preconceito ainda vista como politicamente correta é a do preconceito lingüístico – e é **justamente ONDE as outras formas de preconceito encontram ressonância.**

Assim, teríamos na oração absoluta interrogativa:

- (99d) **ONDE** as outras formas de preconceito **encontram ressonância?**

Portanto, levando se em consideração a readequação semântica proposta, o ONDE em (29) pode ser visto tanto como dêitico como anafórico. Assim, o local a que o ONDE da relativa livre faz referência é o sintagma '*preconceito lingüístico*', último sintagma da sentença que vem imediatamente anterior:

- (99e) (...) parece que a única forma de preconceito ainda vista como politicamente correta é a do **preconceito lingüístico** – (...)

Seguramente o sintagma '*preconceito lingüístico*' tem um valor semântico de *espaço abstrato*. Foi por esse motivo que o ONDE foi aqui interpretado como *locativo abstrato* e não *concreto*. Temos, então, a seguinte resposta para a interrogativa:

- (99f) As outras formas de preconceito encontram ressonância **no preconceito lingüístico.**

Consideremos o uso do ONDE na oração absoluta interrogativa, repetido abaixo:

- (100) Com isto eu concordo. Mas, afirmar que a língua é difícil, ela não considerou que, se moramos todos no mesmo país, se falamos todos a mesma língua, **ONDE está a dificuldade de sabermos Português?** (TPGO, 319).

Defendo que o ONDE aparece sem referenciação em (100), tanto dêitica como fórica, já que não é possível recuperar, no contexto externo nem no interno, um espaço ao qual ONDE faça referência, como em (99). Isso reitera a escala de referenciação que propus no capítulo anterior:

Em (100), o ONDE é um interrogativo sem valor dêitico ou fórico, se aproximando de um operador argumentativo retórico interrogativo, usado para direcionar o curso da argumentação, como no caso do interrogativo QUE em (101) a seguir:

(101) A escola continua praticando o ensino artificial de nomenclaturas gramaticais, mesmo depois de diversas pesquisas terem comprovado que é impossível desenvolver as competências de leitura e de escrita a partir desse tipo de ensino. Por esse motivo, levanto uma pergunta crucial e inevitável: O QUE a escola quer com isso?(TPGO, 331).

Em (30), poderíamos perfeitamente proceder a uma substituição do ONDE pelo interrogativo QUAL, sem qualquer prejuízo no curso argumentativo:

(100a) Com isto eu concordo. Ma, afirmar que a língua é difícil, ela não considerou que, se moramos todos no mesmo país, se falamos todos a mesma língua, QUAL É a dificuldade de sabermos Português?

### 4.3.3 O ONDE possessivo

O uso do ONDE *possessivo* se caracteriza por encabeçar um sintagma oracional que se liga semanticamente ao anterior por meio de uma relação de posse. Desse modo, o sintagma encabeçado pelo ONDE apresenta um elemento que é possuído pelo item relativizado da oração superior. O uso *possessivo* permite que o ONDE substitua o relativo possessivo CUJO, e o relativo QUAL e suas flexões, precedido da preposição DE, que indica relação de posse: DO(A)(S) QUAL(IS).

Detectei no *corpus* 1 caso em que o ONDE aparece com o valor exclusivo de posse, e mais 3, em que o ONDE pode ser interpretado tanto com o valor de *locativo abstrato* como com o valor *possessivo*. Nas 4 ocorrências o ONDE funciona como um relativo; logo, as 4 ocorrências introduzem uma oração relativa. Nesse sentido, pode-se afirmar que o valor *possessivo* ocorre categoricamente como relativo, introduzindo uma oração relativa. As tabelas a seguir resumem a distribuição do ONDE *possessivo* de acordo com a categoria gramatical e o contexto sintático:

Tabela 11 – Contexto sintático do ONDE *possessivo*

CONTEXTO SINTÁTICO	VALOR SEMÂNTICO	VALOR SEMÂNTICO DUPLO	
	Possessivo	Locativo abstrato / Possessivo	
	Nº	Nº	%
Oração relativa	1	3	100
Oração relativa livre	-	-	-
Oração absoluta - interrogativa	-	-	-
TOTAL	1	3	100,0

Tabela 12 – Categoria gramatical do ONDE *possessivo*

CATEGORIA GRAMATICAL - PRONOME	VALOR SEMÂNTICO	VALOR SEMÂNTICO DUPLO	
	Possessivo	Locativo abstrato / Possessivo	
	Nº	Nº	%
Subclasses gramaticais			
Interrogativo	1	3	100
Advérbio relativo	-	-	-
Relativo	-	-	-
TOTAL	1	3	100,0

Embora o uso *possessivo* do ONDE seja bastante antigo<sup>19</sup>, levanto a hipótese, a ser confirmada por meio de uma pesquisa exclusiva sobre o tema, de que o uso do ONDE com esse valor vem passando por processo de expansão, em virtude do desaparecimento do CUJO. Autores como Axt (1972), Bagno (2000; 2001), Perini (2002) e Tarallo (1983) têm sugerido que o CUJO não é mais utilizado na fala, inclusive de sujeitos cultos, e vem desaparecendo também da escrita mais monitorada, deixando, portanto, uma lacuna no quadro dos relativos, que passa a ser ocupada pelo ONDE, nas orações relativas cortadoras e pelo QUE nas relativas copadoras. Segue-se a exemplificação feita a partir de uma ocorrência do ONDE *possessivo* na revista *Veja*, de 02 de maio de 2007, p. 26:

- (102) Terminamos com uma escola única que não consegue oferecer aos alunos academicamente menos ambiciosos uma educação sólida, no nível em que possam

<sup>19</sup> Mattos e Silva (1989) detectou o uso do ONDE com esse valor no português trecentista, conforme informado anteriormente.

beneficiar-se dela. **No outro extremo, soterramos com um entulho de conteúdos os que freqüentam escolas ONDE o verdadeiro currículo é o vestibular da universidade pública mais próxima.** O preço de ensinar de mais é que os alunos aprendem de menos.

Temos em (102) uma ocorrência do ONDE com valor possessivo, algo que se constata por meio da substituição do ONDE pelo CUJO, sem qualquer alteração semântica ou gramatical, como se vê a seguir:

(102a) No outro extremo, soterramos com um entulho de conteúdos os que freqüentam escolas CUJO verdadeiro currículo é o vestibular da universidade pública mais próxima.

Defendo que o ONDE em (102) aparece encabeçando uma relativa cortadora. Segundo argumentei antes, baseado em Bagno (2001a) e Tarallo (1983), a relativa cortadora é preferida pelos sujeitos cultos, ficando a relativa padrão e a relativa copiadora à margem. Desse modo, é bastante razoável propor que os sujeitos cultos estão fazendo a substituição das estruturas relativas com o CUJO, por uma estrutura relativa cortadora, que admita o uso de outro relativo, nesse caso o ONDE. Por isso, tendo em vista que o CUJO está sendo substituído por outro relativizador, me parece bastante rara a possibilidade de se encontrar, num texto escrito mais monitorado, a substituição de uma estrutura relativa com o CUJO, por uma estrutura relativa copiadora com o relativo QUE, ou mesmo numa estrutura relativa cortadora com o relativo QUE, tal como se vê nas seguintes transformações:

(102b) No outro extremo, soterramos com um entulho de conteúdos os que freqüentam escolas QUE o verdadeiro currículo DELAS é o vestibular da universidade pública mais próxima.

(102c) No outro extremo, soterramos com um entulho de conteúdos os que freqüentam escolas QUE o verdadeiro currículo é o vestibular da universidade pública mais próxima.

Em (102) a relativa também poderia ser encabeçada por DA QUAL, por meio da regra de movimento do sintagma QU. Entretanto, como já disse anteriormente, as relativas geradas a partir da regra de movimento são bastante raras no português culto falado; continuam aparecendo nos textos escritos mais monitorados, mas já enfrentam a concorrências das relativas cortadoras. Veja-se o exemplo de (102) com o relativo QUAL:

(102d) No outro extremo, soterramos com um entulho de conteúdos os que freqüentam escolas DAS QUAIS o verdadeiro currículo é o vestibular da universidade pública mais

próxima.

Além disso, pode-se argumentar em favor da substituição do CUJO pelo ONDE na fala e escrita de sujeitos cultos, recorrendo-se ao seguinte fator, levantado por Axt (1972): a construção de uma relativa com o CUJO configura-se como sendo mais complexa por envolver, segundo a perspectiva gerativa, um número maior de regras. Axt (1972) trabalhou com oito entrevistas do Projeto NURC, com indivíduos entre 25 e 35 anos, e detectou 51 estruturas possessivas, das quais apenas 2 foram construídas com o CUJO, o que mostra a pouca produtividade desse elemento.

Portanto, assumo que, em virtude do vácuo deixado pelo CUJO e pela maior adequação do ONDE em substituí-lo numa relativa cortadora, o ONDE *possessivo* tem passado por um processo de expansão de uso, embora ainda não devidamente documentado.

Como dito acima, detectei no *corpus* 4 usos do ONDE *possessivo*, dos quais um tem valor exclusivo, e os outros 3 podem ser interpretados tanto como *possessivo* como *locativo abstrato*. Segue-se a ocorrência em que o ONDE aparece com valor exclusivo de *possessivo*:

- (103) A formação de profissionais em educação precisa ser urgentemente repensada, pois o que presenciamos **são cursos rápidos, ONDE os encontros quase que clandestinos, formam milhares de profissionais**, que são diariamente lançados no mercado de trabalho, sem preparo, conhecimento e comprometimento com nossa língua (TPDF, 434).

Em (103), o elemento possuidor, '*cursos rápidos*', é seguido por uma oração relativa encabeçada pelo ONDE *possessivo* que introduz o elemento possuído, '*os encontros quase que clandestinos*'. Ignorando-se os problemas de textualidade do texto, podemos fazer as seguintes operações a fim de constatar o uso *possessivo* do ONDE:

a) Transformação da relativa em uma oração absoluta:

- (103a) Os encontros DE CURSOS RÁPIDOS, quase que clandestinos, formam milhares de profissionais.

b) Substituição do ONDE pelo CUJO, gerando uma relativa padrão, pela regra de movimento do sintagma QU:

- (103b) A formação de profissionais em educação precisa ser urgentemente repensada, pois o que presenciamos são cursos rápidos, CUJOS encontros, quase que clandestinos, formam milhares de profissionais.

c) Transformação da relativa em uma relativa copiadora:

- (103c) A formação de profissionais em educação precisa ser urgentemente repensada, pois o que presenciamos são cursos rápidos, QUE os encontros DELES, quase que clandestinos, formam milhares de profissionais.

Encontram-se abaixo as outras 3 ocorrências do ONDE com duplo valor semântico: *possessivo e locativo abstrato*:

- (104) No entanto, verifica-se no meio social duas variações de língua que comumente são rotuladas como norma culta. **A primeira refere-se ao padrão da língua adotado pelas gramáticas, ONDE inúmeras regras estruturam uma variante lingüística espelhada em escritos literários e distante da realidade do falante;** a segunda, por sua vez, se opõe à variante lingüística produzida nas camadas sociais mais baixas, trata-se do falar das pessoas com alto grau de escolarização, nível superior etc, que possuem vasto conhecimento e, geralmente, estão nas camadas mais privilegiadas da sociedade (EL, 238).
- (105) Muito pode-se falar sobre as dificuldades no ensino de língua materna no Brasil. A primeira delas pode ser a formação do profissional, tanto a inicial quanto a continuada. **Alguns podem ter tido uma educação, ou melhor, formação tradicional, ONDE as regras são fixas, rígidas.** Sendo assim, sua bagagem apresentará esta rigidez, o seu ensino será marcado por isso. Neste caso cabe a ele, através de pesquisas e estudos, até mesmo por relações sociais, adquirir requisitos para a transformação, não no sentido de ruptura, mas sim, como evolução de consciência (TPDF, 424).
- (106) **Diante desta troca grotesca, ONDE o ataque é a melhor defesa,** nos perdemos nesse desvario de contradições e hipocrisia, reafirmamos a nossa incapacidade de “... ver o grande monstro a se criar”, e não temos armas emergenciais para detê-lo (TPDF, 434).

Em (104) o ONDE pode retomar o sintagma *‘padrão da língua adotado pelas gramáticas’*, cujo núcleo é *‘padrão da língua’*. Nesse caso o ONDE é um *locativo abstrato*. Formando uma oração absoluta teríamos, o sintagma *‘padrão da língua adotado pelas gramáticas’* funcionando como um adjunto adverbial locativo:

- (104a) NO PADRÃO DE LÍNGUA ADOTADO PELAS GRAMÁTICAS, as inúmeras regras estruturam uma variante lingüística espelhada em escritos literários e distante da realidade do falante.

Se entendermos que em (104) o ONDE está retomando apenas o sintagma *‘as gramáticas’*, nesse caso temos um uso *possessivo*, visto que ao transformar a oração relativa numa absoluta, o sintagma *‘as gramáticas’* exerce a função de adjunto adnominal possessivo e não de um adjunto adverbial locativo:

(104b) As inúmeras regras DAS GRAMÁTICAS estruturam uma variante lingüística espelhada em escritos literários e distante da realidade do falante.

Também podemos manter a oração relativa, substituindo o ONDE pelo CUJO, sem nenhuma alteração semântica, sendo necessário apenas retirar o quantificador indefinido ‘*inúmeras*’ que precede o termo ‘*regras*’:

(104c) A primeira refere-se ao padrão da língua adotado pelas gramáticas, CUJAS regras estruturam uma variante lingüística espelhada em escritos literários e distante da realidade do falante.

Os exemplos (105) e (106) admitem as mesmas operações:

a) Oração absoluta, com o sintagma retomado funcionando como adjunto adverbial locativo:

(105a) NA EDUCAÇÃO, OU MELHOR, NA FORMAÇÃO TRADICIONAL, as regras são fixas, rígidas.

(106a) NESTA TROCA GROTESCA, o ataque é a melhor defesa.

b) Oração absoluta, com o sintagma retomado funcionando como adjunto adnominal possessivo:

(105b) As regras DA EDUCAÇÃO, OU MELHOR, DA FORMAÇÃO TRADICIONAL, são fixas, rígidas.

(106b) O ataque DESTA TROCA GROTESCA é a melhor defesa.

b) Oração relativa padrão, com CUJO substituindo o ONDE:

(105c) Alguns podem ter tido uma educação, ou melhor, formação tradicional, CUJAS regras são fixas, rígidas.

(106c) **Diante desta troca grotesca, CUJO ataque é a melhor defesa**, nos perdemos nesse desvario de contradições e hipocrisia, reafirmamos a nossa incapacidade de “... ver o grande monstro a se criar”, e não temos armas emergenciais para detê-lo.

Em (106), temos ainda a possibilidade de gerar uma relativa padrão com o relativo QUAL preposicionado:

(106d) **Diante desta troca grotesca, DA QUAL o ataque é a melhor defesa**, nos perdemos nesse desvario de contradições e hipocrisia, reafirmamos a nossa incapacidade de “...

ver o grande monstro a se criar”, e não temos armas emergenciais para detê-lo.

Do ponto de vista da função sintática exercida pelo ONDE *possessivo*, em todos os casos ele exerce a função de adjunto adnominal possessivo, isto é, funciona como introdutor de um sintagma que caracteriza ou atribui uma informação adicional ao item relativizado, com se viu nos exemplos acima. A referência em todos os casos é anafórica, isto é, o ONDE faz referência a um elemento explicitado anteriormente no texto.

Quanto ao valor normativo, o ONDE *possessivo* é considerado um uso não-padrão, embora seja bastante recorrente, inclusive num texto jornalístico, como no exemplo (102) da revista *Veja*, citado acima e retomado abaixo. Não há uma razão justificável para se considerar esse uso como não-padrão:

- (102) No outro extremo, soterramos com um entulho de conteúdos os que freqüentam escolas ONDE o verdadeiro currículo é o vestibular da universidade pública mais próxima. O preço de ensinar de mais é que os alunos aprendem de menos.

#### 4.3.4 O ONDE instrumental

Chamo de *instrumental* o uso do relativo ONDE em que o elemento retomado constitui o *instrumento* da relativa. Assumo que o uso relativo do ONDE *instrumental*, assim como o do ONDE *possessivo*, nas relativas cortadoras, constitui uma alternativa mais neutra em relação às duas outras possibilidades de construção da relativa com valor semântico *instrumental*:

- a) relativa com lacuna: construída através da regra de movimento, com o relativo QUAL precedido das locuções preposicionadas ATRAVÉS DE ou POR MEIO DE, gerando uma relativa padrão, que, como dito anteriormente, não é a estratégia preferida pelos falantes cultos do português brasileiro; ou
- b) relativa com pronome lembrete: construída com o relativo QUE juntamente com a retomada pronominal do elemento relativizado, gerando uma relativa copiadora, que por ser bastante estigmatizada, também não é a preferida dos falantes cultos.

Nesse sentido, o uso relativo do ONDE, formando a relativa cortadora surge como uma alternativa bastante funcional para construção da *relativa instrumental*.

Detectei no *corpus* 3 usos do ONDE *instrumental*, sendo 1 com valor apenas *instrumental*, outros 2 usos com duplo valor semântico: 1 *locativo concreto / instrumental* e outro *locativo abstrato / instrumental*. O uso do ONDE *instrumental* é, do ponto de vista do contexto sintático e da categoria gramatical, idêntico ao ONDE *possessivo*. As tabelas abaixo

identificam a distribuição do ONDE *instrumental* de acordo com o contexto sintático e categoria gramatical:

Tabela 13 – Contexto sintático do ONDE *instrumental*

CONTEXTO SINTÁTICO	VALOR SEMÂNTICO	VALOR SEMÂNTICO DUPLO		
	Possessivo	Locativo concreto / Instrumental	Locativo abstrato / Instrumental	
	Nº	Nº	Nº	%
Oração relativa	1	1	1	100
Oração relativa livre	-	-	-	-
Oração absoluta - interrogativa	-	-	-	-
TOTAL	1	1	1	100,0

Tabela 14 – Contexto sintático do ONDE *instrumental*

CATEGORIA GRAMATICAL - PRONOME	VALOR SEMÂNTICO	VALOR SEMÂNTICO DUPLO		
	Possessivo	Locativo concreto / Instrumental	Locativo abstrato / Instrumental	
	Nº	Nº	Nº	%
Subclasses gramaticais				
Interrogativo	1	1	1	100
Advérbio relativo	-	-	-	-
Relativo	-	-	-	-
TOTAL	1	1	1	100,0

Do ponto de vista da função gramatical, o ONDE *instrumental*, nas 3 ocorrências, exerce a função de adjunto adverbial instrumental, com se verá adiante.

Seguem-se os exemplos do ONDE com valor *instrumental*, com valor *locativo concreto / instrumental* e com valor *locativo abstrato / instrumental*, respectivamente:

(107) O ideal é levar os alunos à percepção da sua variedade lingüística e posteriormente levar à uma monitoração, possibilitando assim uma ampliação do repertório lingüístico. **Portanto, existe grande diferença entre o ensino (como se já não usassem a língua) e a educação (ONDE ampliarão seus repertórios lingüísticos) em língua materna** (EL, 243).

(108) Muitas vezes, colocados diante desse “divino português”, os indivíduos deixam de produzir idéias, sentimentos e conhecimentos, para reproduzir o que um ou outro (ou uns outros) definem como correto. **Nessa perspectiva, vemos como grande desafio, atualmente, em nossas escolas a prática pedagógica da ilusão, ONDE muitos professores ainda insistem em condenar “erros”, exaltar gramáticas e estagnar pensamentos** e emoções advindas dos alunos que estão sedentos de

comunicação (TPDF, 401).

- (109) **Vivemos um paradigma lingüístico ONDE convencionou-se achar que o Português correto é aquele que é ensinado na escola, adotado pela Academia Brasileira de Letras**, requerido nos exames vestibulares (Pobres vestibulares!). É curioso perceber que, na verdade, teorizamos uma língua e vivenciamos outras línguas. Não conseguimos enxergar que muitas vezes apesar de nos ser ensinado sobre a dita norma padrão do Português, não a colocamos em nossa prática (TPDF, 476).

Em (107), o ONDE retoma o sintagma ‘*educação*’, que constitui o *instrumento* da relativa posterior. Assim, transformando a relativa numa oração absoluta, teremos o sintagma ‘*educação*’ funcionando como um adjunto adverbial instrumental:

- (107a) ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO, [os alunos] ampliarão seus repertórios lingüísticos.

Podemos manter a estrutura relativa de (107) substituindo o ONDE por ATRAVÉS DA QUAL, gerando assim uma relativa padrão, por meio da regra de movimento:

- (107b) Portanto, existe grande diferença entre o ensino (como se já não usassem a língua) e a educação (ATRAVÉS DA QUAL [os alunos] ampliarão seus repertórios lingüísticos) em língua materna.

Em (108), o ONDE aparece com um duplo valor semântico: *locativo concreto* e *instrumental*. As duas possibilidades de retomada anafórica do ONDE determinam a duplicidade semântica do ONDE: a retomada do sintagma ‘*em nossas escolas*’ determina o valor *locativo concreto*, ao passo que a retomada do sintagma ‘*a prática pedagógica da ilusão*’ determina o valor instrumental. Transformando a relativa em uma oração absoluta, temos os seguintes resultados:

- (108a) EM NOSSAS ESCOLAS, muitos professores ainda insistem em condenar “erros”, exaltar gramáticas e estagnar pensamentos.

- (108b) ATRAVÉS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DA ILUSÃO, muitos professores ainda insistem em condenar “erros”, exaltar gramáticas e estagnar pensamentos.

Mantendo a estrutura relativa, podemos, através da regra de movimento do sintagma QU, gerar uma relativa padrão, por meio da substituição do ONDE por ATRAVÉS DA QUAL:

- (108c) Nessa perspectiva, vemos como grande desafio, atualmente, em nossas escolas a prática pedagógica da ilusão, ATRAVÉS DA QUAL muitos professores ainda insistem em condenar “erros”, exaltar gramáticas e estagnar pensamentos.

Podemos também gerar uma relativa copiadora por meio da substituição do ONDE pelo relativo QUE, seguido da retomada pronominal anafórica, embora muito estranha, podendo até ser interpretada como agramatical por alguns. A relativa instrumental formada com os relativos QUE (copiadora) e QUAL (padrão) constitui uma estrutura formada por regras mais complexas, por isso bastante rara na fala. Nesse sentido, a relativa instrumental cortadora com o ONDE parece ser a alternativa mais acessível ao falante. Veja-se a relativa copiadora:

(108d) Nessa perspectiva, vemos como grande desafio, atualmente, em nossas escolas a prática pedagógica da ilusão, QUE muitos professores ATRAVÉS DELA ainda insistem em condenar “erros”, exaltar gramáticas e estagnar pensamentos.

Em (109), temos apenas uma possibilidade de retomada anafórica. Trata-se do sintagma ‘*um paradigma lingüístico*’, que pode ser interpretado tanto como um *local abstrato* ou como *instrumento*. Efetuando as mesmas operações aplicadas ao exemplo (38), temos os seguintes resultados para os dois valores semânticos:

a) Transformação da relativa em uma oração absoluta:

(109a) NESSE PARADIGMA LINGÜÍSTICO, convencionou-se achar que o Português correto é aquele que é ensinado na escola, adotado pela Academia Brasileira de Letras.

(109b) ATRAVÉS DESSE PARADIGMA LINGÜÍSTICO, convencionou-se achar que o Português correto é aquele que é ensinado na escola, adotado pela Academia Brasileira de Letras.

b) Transformação da relativa não-padrão em uma relativa padrão por meio da substituição do ONDE por EM QUE (para o valor *locativo abstrato*), e da substituição do ONDE por ATRAVÉS DO QUAL (para o valor *instrumental*):

(109c) Vivemos um paradigma lingüístico EM QUE convencionou-se achar que o Português correto é aquele que é ensinado na escola, adotado pela Academia Brasileira de Letras.

(109d) Vivemos um paradigma lingüístico ATRAVÉS DO QUAL convencionou-se achar que o Português correto é aquele que é ensinado na escola, adotado pela Academia Brasileira de Letras.

c) Transformação da relativa cortadora com o ONDE em uma relativa copiadora com o relativo QUE:

- (109e) Vivemos um paradigma lingüístico QUE ATRAVÉS DELE se convencionou achar que o Português correto é aquele que é ensinado na escola, adotado pela Academia Brasileira de Letras.

Quanto ao valor normativo, não encontrei nenhuma gramática normativa que sequer registrasse o uso do ONDE *instrumental*. Certamente, a tradição gramatical interpretaria os usos do ONDE acima como *locativo abstrato*, portanto não-padrão. Nas pesquisas já realizados sobre o ONDE, encontrei apenas uma referência ao valor *instrumental* do ONDE, mas com outro nome. Kersch (1996, p. 115-116), ao fazer referência ao uso do ONDE com valor semântico de COISA, faz a seguinte consideração:

Para “fugir” de uma forma mais complexa, que seria o uso de *o qual* preposicionado (pois envolve um número maior de regras), o falante acaba escolhendo uma forma que já possui no seu étimo preposição (em) + que → onde. Temos, então, na fala formal, enunciados como

A linha básica é a linha da transparência, é a linha onde nós vamos buscar passar todos os trabalhos que o governo federal vem realizando junto à sociedade (Lipel Custódio, Subsecretário de Com. Institucional da Pres. da Rep. - o falante frisou o onde)  
... é a linha pela qual / através da qual nós vamos...

Os exemplos (107), (108) e (109), retomados abaixo, apresentam leves problemas de textualidade que não estão diretamente relacionados com o uso do ONDE. Por esse motivo, aqui também não há motivo convincente para se considerar esses usos não-padrão. O exemplo (107) poderia ser retextualizado, mantendo tanto quanto possível as características estilísticas do texto, sem a necessidade de se proceder à substituição do ONDE por outro relativo. Os trechos (108) e (109) não carecem de retextualização:

- (107) O ideal é levar os alunos à percepção da sua variedade lingüística e posteriormente levar à uma monitoração, possibilitando assim uma ampliação do repertório lingüístico. **Portanto, existe uma grande diferença entre ensino de língua materna (que ignora o uso que os alunos já sabem fazer da língua) e a educação em língua materna (ONDE os alunos ampliam seus repertórios lingüísticos)** (EL, 243).
- (108) Muitas vezes, colocados diante desse “divino português”, os indivíduos deixam de produzir idéias, sentimentos e conhecimentos, para reproduzir o que um ou outro (ou uns outros) definem como correto. **Nessa perspectiva, vemos como grande desafio, atualmente, em nossas escolas a prática pedagógica da ilusão, ONDE muitos professores ainda insistem em condenar “erros”, exaltar gramáticas e estagnar pensamentos** e emoções advindas dos alunos que estão sedentos de comunicação (TPDF, 401).
- (109) **Vivemos um paradigma lingüístico ONDE convencionou-se achar que o Português correto é aquele que é ensinado na escola, adotado pela Academia**

**Brasileira de Letras**, requerido nos exames vestibulares (Pobres vestibulares!). É curioso perceber que, na verdade, teorizamos uma língua e vivenciamos outras línguas. Não conseguimos enxergar que muitas vezes apesar de nos ser ensinado sobre a dita norma padrão do Português, não a colocamos em nossa prática (TPDF, 476).

#### 4.3.5 O ONDE temporal

O ONDE *temporal* refere-se ao uso em que o ONDE retoma um antecedente com valor temporal. Assumi anteriormente que o uso temporal do ONDE resulta de um processo de deslizamento semântico da categoria ESPAÇO para a categoria TEMPO, nos termos das escalas propostas por Castilho (2003), Heine, Claudi e Hünemeyer (1991a), Heine, Claudi e Hünemeyer (1991b), Traugott e Heine (1991b). Nesse processo, o TEMPO é visto como um ESPAÇO VIRTUAL no qual se podem colocar os eventos.

Houve no *corpus* apenas 2 ocorrências do ONDE com esse valor. Nos 2 casos, o ONDE aparece como um anafórico, introduzindo uma oração relativa<sup>20</sup>. O baixo índice de ocorrência do ONDE com esse valor, apenas 3,17% do total de ocorrências do ONDE no *corpus*, de certo modo, me causou surpresa, já que na fala esse uso é mais recorrente, conforme demonstrou a pesquisa de Kersch (1996), que detectou um percentual de 11,54%, para o ONDE *temporal* no *corpus* de língua falada.

Seguem-se os exemplos do ONDE *temporal*:

- (110) Exigimos demais do nosso aluno a decorar regras e não a compreensão das mesmas através da leitura e compreensão de textos, até porque é mais cômodo para nós, pois o aluno irá facilmente decorar e não saberá aplicar futuramente. Outro fator é a nossa resistência à mudanças, o medo de encarar o novo. **Estamos vivendo em tempos ONDE a cada momento temos novos desafios que não estamos preparados** (TPDF, 421).
- (111) **Vivenciamos dias terríveis, ONDE um erro banal era evidenciado para o grupo, deixando envergonhado aquele que ousou expressar-se através da escrita ou da fala** (TPDF, 432).

Em (110), o ONDE retoma o antecedente ‘em tempos’ que é cognitivamente interpretado pelo autor como *um espaço virtual temporal* dentro do qual estamos vivendo. Ao transformar a oração relativa com o ONDE de (110) em uma oração absoluta, teremos o antecedente ‘em tempos’ funcionando como um adjunto adverbial temporal. Por uma questão

<sup>20</sup> O baixo índice de ocorrência do ONDE *temporal* torna desnecessária a apresentação de tabelas. As informações que aparecem nas tabelas dos outros valores semânticos podem ser assim resumidas para o ONDE *temporal*: 2 ocorrências, como anafórico, introduzindo uma oração relativa, com função sintática de adjunto adverbial temporal e com valor normativo – padrão.

de adequação, vou substituir ‘*tempos*’ por ‘*dias*’:

(110a) NESSES DIAS, a cada momento, temos novos desafios que não estamos preparados

Em termos de estrutura gramatical, o adjunto adverbial temporal gerado em (110a) tem comportamento sintático idêntico ao adjunto adverbial locativo gerado em (8a), repetido abaixo.

(79a) NA ESCOLA, [os alunos] terão contato com a língua sob uma forma mais monitorada.

A permuta dos dois adjuntos não afeta em nada a estrutura das sentenças. Por esse motivo é que ambos os adjuntos são interpretados semanticamente como um espaço, que tem aspecto real no caso do adjunto adverbial locativo, e aspecto virtual, abstrato, no caso do adjunto adverbial temporal. Vejam-se as operações:

(110b) NA ESCOLA, a cada momento, temos novos desafios que não estamos preparados

(79c) NESSES DIAS, [os alunos] terão contato com a língua sob uma forma mais monitorada.

De acordo com tradição gramatical, em (110) e (111) a relativização deveria ser feita por meio do relativo QUE preposicionado:

(110c) Estamos vivendo em tempos EM QUE a cada momento temos novos desafios que não estamos preparados

(111a) Vivenciamos dias terríveis, EM QUE um erro banal era evidenciado para o grupo, deixando envergonhado aquele que ousou expressar-se através da escrita ou da fala

O uso do EM QUE em substituição ao ONDE em (40c) e (41a), como determina a tradição gramatical, não provoca nenhum tipo de alteração na textualidade do texto, nem nas propriedades semânticas da oração relativa, não havendo, portanto, nenhuma razão para se prescrever a substituição.

#### 4.3.6 O ONDE fórico textual

O valor *fórico textual* corresponde à primeira expansão (deslizamento) do ONDE para a

escala semântica TEXTO. O ONDE *fórico textual* possui as seguintes características: a) não retoma apenas um termo/sintagma, mas todo um enunciado, um período anterior; b) normalmente vem introduzindo um período e não apenas uma oração; c) equivale semanticamente aos demonstrativos ISSO, ISTO; d) aparece tanto na forma preposicionada, DONDE, como na forma simples, isto é, sem preposição. Mattos e Silva (1989), em seu estudo sobre o português trecentista, inclui esse uso do ONDE no valor *discursivo* e se refere a ele como ONDE *conclusivo*. De fato, como afirma Oliveira (2000, p. 200),

este tipo de ocorrência em que o *onde* retoma todo o enunciado precedente também ocorria no português arcaico do século XVI, não com função de demonstrativo mas de conjunção conclusiva (*portanto*), o que poderia nos levar a concluir que pode estar sendo recuperado um uso que havia sido esquecido na evolução histórica deste item por um certo período de tempo.

Retomo aqui os exemplos do português trecentista, em que o ONDE aparece com o valor *conclusivo*, apresentados por Mattos e Silva (1989), e citados anteriormente:

- (112) *Onde* porque o miragre que fez quando os cegos alumeou quis que jovesse ascondudo e pero non se pôde asconder (1.17.26) (p. 246)
- (113) *Onde*, Pedro, no quis Nosso Senhor que se fizesse algũa cousa e non se pôde fazer, mais quis dar a entender... (1.17.30) (p. 247).

Embora não tenha encontrado nenhuma ocorrência do ONDE com valor de *fórico textual* no *corpus*<sup>21</sup>, ele foi incluído na escala de deslizamento semântico por já ter sido constatado e descrito por algum pesquisador, como dito anteriormente. Apresento a seguir o exemplo dado por Oliveira (2000, p. 200), com sua respectiva consideração. A autora chama esse uso do ONDE de *espaço discursivo*:

Em um grau de abstratização ainda maior acontece com o *onde* do próximo exemplo, produzido por um informante da oitava série, em língua escrita. Agora o seu sentido original de espaço físico sofre uma erosão semântica ainda maior e fica cada vez mais distante do sentido do *onde* canônico. Ainda conserva um pouco de seu sentido de espaço, mas espaço no discurso e não mais no mundo real. Passa a funcionar como um elemento discursivo equivalente a *isto*, aparecendo inclusive depois de um ponto final, ou seja, de uma grande pausa prosódica. Eis o exemplo:

(4) O meu forte mesmo, é ampliar desenhos. **Onde** eu acho um desafio. Pois eu tenho de chegar à perfeição. O meu objetivo é fazer um desenho mais parecido o possível daquele outro. (Língua escrita, 8ª série, p. 320).

---

<sup>21</sup> Não apresento as tabelas que mostram a correlação do ONDE *fórico textual* com o contexto sintático, a categoria gramatical e valor normativo, devido a ao fato de ter não ter encontrado nenhuma ocorrência no *corpus*.

Nesse caso, podemos fazer a seguinte substituição:

(4') O meu forte mesmo, é ampliar desenhos. Isto eu acho um desafio.

Encontrei um exemplo no *corpus* que, apesar de não estar incluído no valor *fórico textual*, merece uma análise:

(114) Sabe-se, todavia, que na sociedade há diversidade sócio-econômica, isto é, pessoas pertencentes a diferentes classes sociais, **DONDE** conclui-se que há diferentes variações lingüísticas (EL, 299).

Em (114) não se questiona que o **ONDE** aparece como um *operador argumentativo conclusivo*, podendo inclusive ser substituído pelos equivalentes semânticos **PORTANTO** e **POR ISSO**:

(114a) Sabe-se, todavia, que na sociedade há diversidade sócio-econômica, isto é, pessoas pertencentes a diferentes classes sociais, **PORTANTO** conclui-se que há diferentes variações lingüísticas.

(114b) Sabe-se, todavia, que na sociedade há diversidade sócio-econômica, isto é, pessoas pertencentes a diferentes classes sociais, **POR ISSO** conclui-se que há diferentes variações lingüísticas.

Como já foi dito, o uso *fórico textual* do **ONDE** está diacronicamente associado ao uso *conclusivo*. Nesse sentido, é possível constatar um processo de gramaticalização não apenas no caso do **DONDE**, mas também no caso de **POR ISSO**, que num primeiro momento aparecem como anafóricos textuais, equivalentes aos demonstrativos **ISSO** e **ISTO** preposicionados, e depois se gramaticalizam em *conectivos coordenativos*. As seguintes operações demonstram isso. Retomemos o exemplo (114b):

(114b) Sabe-se, todavia, que na sociedade há diversidade sócio-econômica, isto é, pessoas pertencentes a diferentes classes sociais, **POR ISSO** conclui-se que há diferentes variações lingüísticas.

Não é difícil encontrar o antecedente de **ISSO** em (114a). Trata-se de todo o enunciado anterior. Para constatar isso, podemos inserir uma pausa prosódica maior (ponto) depois do primeiro enunciado, e introduzir o segundo com o demonstrativo **ISSO**, sendo necessário apenas uma leve readequação semântica e morfológica no campo verbal, o que não altera o sentido geral do texto:

(114c) Sabe-se, todavia, que **na sociedade há diversidade sócio-econômica, isto é,**

**pessoas pertencentes a diferentes classes sociais.** ISSO nos leva a concluir que há diferentes variações lingüísticas.

Portanto, a partir do fato de que o ISSO em (114b) pode constituir um *fórico textual*, como ficou demonstrado em (114c), podemos afirmar que também o ONDE em (114), desfazendo-se a contração DONDE, pode ser um *fórico textual*. Vejam-se mais algumas operações:

a) Substituição do ONDE pelo QUE e por ISSO, mantendo-se a preposição DE precedente:

(114d) Sabe-se, todavia, que na sociedade há diversidade sócio-econômica, isto é, pessoas pertencentes a diferentes classes sociais, DO QUE conclui-se que há diferentes variações lingüísticas.

(114e) Sabe-se, todavia, que na sociedade há diversidade sócio-econômica, isto é, pessoas pertencentes a diferentes classes sociais, DISSO conclui-se que há diferentes variações lingüísticas.

b) transformação oração encabeçada pelo DONDE em uma oração absoluta interrogativa, desfazendo-se a contração de DONDE:

(114f) DE ONDE conclui-se que há diferentes variações lingüísticas?

A resposta de (114f) seria todo o enunciado anterior, o que demonstra que o ONDE nesse caso pode ser um *fórico textual*:

(114g) Conclui-se que há diferentes variações lingüísticas *do fato de que* **na sociedade há diversidade sócio-econômica, isto é, pessoas pertencentes a diferentes classes sociais.**

#### 4.3.7 O ONDE operador argumentativo

É na escala semântica TEXTO, quase no final do processo de metaforização ou deslizamento semântico do ONDE, que encontramos diversos usos do ONDE, fortemente associados ao vernáculo, nos quais o ONDE perde sua propriedade semântica básica, a *referência locativa*, e passa a funcionar como um *elo de encadeamento argumentativo do discurso*. Nesses usos, o ONDE aparece como um elemento de ligação, isto é, um operador que serve para instalar a coesão seqüencial do texto, estabelecendo entre as partes (orações e enunciados) relações lógico-semânticas e argumentativas (Fávero, 2000; Koch, 2004a,

2004b). Por esse motivo, dei ao ONDE, nesses casos, o nome de *operador argumentativo*.

Utilizo aqui o termo *operador argumentativo* de acordo com sentido dado por Koch (2004b), com base em Ducrot (1976; 1987). Segundo a autora,

o termo *operadores argumentativos* foi cunhado por O. Ducrot para designar certos elementos da gramática de uma língua que têm por função indicar ('mostrar') a força argumentativa dos enunciados, a direção (sentido) para o qual apontam (Koch, 2004b, p. 30).

De modo bastante semelhante, porém mais abrangente, Martelotta (1996, p. 1995) define os operadores argumentativos do seguinte modo:

operadores argumentativos são elementos que, além de desempenhar funções de caráter basicamente gramatical dão uma orientação argumentativa ao discurso. São, portanto, elementos mais fixos na cláusula e sua função básica é organizar internamente o uso da língua e não fazer referência a fatos do universo biossocial.

Martelotta (1996, p. 194-195) afirma que os operadores argumentativos tendem a desempenhar três funções, dentre as quais, destaco uma que mais se encaixa no caso do ONDE aqui analisado: ligar partes do texto, dando-lhes uma orientação lógica.

Detectei no *corpus* usos do ONDE em que ele aparece concorrendo com operadores argumentativos, tanto do tipo lógico quanto do tipo discursivo (Fávero, 2000; Koch, 2004a, 2004b), de uso bastante comum, como por exemplo os operadores POR ISSO, PORTANTO, JÁ QUE, DE MODO QUE, etc.

Encontrei 15 ocorrências do ONDE *operador argumentativo*, o que corresponde a 23,80% das 63 ocorrências do ONDE em todo o *corpus*. O índice de 23,80% para o ONDE *operador argumentativo* e o índice de 30,15% tanto para o ONDE *locativo concreto* como para o ONDE *locativo abstrato*, me levam a afirmar que o ONDE *operador argumentativo* constitui, ao lado do ONDE *locativo concreto* e do ONDE *locativo abstrato*, os valores semânticos mais produtivos e funcionais do ONDE, tanto no vernáculo como na escrita monitorada. O alto índice de ocorrência do ONDE *operador argumentativo* me causou certa surpresa. Por se tratar de um *corpus* de língua escrita, coletado junto a sujeitos com nível escolar superior, no caso dos professores, e quase superior, no caso dos estudantes de Letras, esperava um índice bem mais baixo. Julgava que esse era um uso tipicamente vernacular, e um recurso argumentativo bastante recorrente na fala de sujeitos com baixo grau de escolaridade (e de letramento), e com pouquíssima familiaridade com a escrita. É bem verdade que os textos nos quais aparece o ONDE *operador argumentativo* apresentam diversos problemas de textualidade, que não

envolvem apenas o uso do ONDE.

Os contextos sintáticos nos quais aparecem as 15 ocorrências do ONDE *operador argumentativo* são bastante diversificados. Essa diversificação está estreitamente relacionada com os valores semânticos do ONDE *operador argumentativo*. Por isso, estabeleci uma escala de subvalores semânticos para o ONDE *operador argumentativo*, de acordo com a idéia expressa pela oração encabeçada por ele.

Detectei no *corpus* 5 subvalores semânticos para o ONDE *operador argumentativo*. Para chegar a esses 5 subvalores semânticos, submeti os usos do ONDE *operador argumentativo* a uma rigorosa substituição pelos operadores mais comuns de cada tipo de oração. Quando a substituição do ONDE por um dos operadores mais comuns de uma determinado tipo de oração permitia a manutenção do seu valor argumentativo, então, nesse caso, o ONDE seria classificado dentro do grupo oracional ao qual pertence o operador que o substituiu.

As 15 ocorrências do ONDE *operador argumentativo* receberam a seguinte distribuição: 2 *operadores argumentativos de conclusão*, introduzindo uma oração adverbial conclusiva; 4 *operadores argumentativos de causa*, introduzindo uma oração adverbial causal; 5 *operadores argumentativos de resultado*, introduzindo uma oração adverbial consecutiva; 1 *operador argumentativo de condição*, introduzindo uma oração adverbial condicional; 1 *operador argumentativo de finalidade*, introduzindo uma oração adverbial final; e 2 ocorrências restantes, que podem ser classificadas com duplo valor semântico: *operadores argumentativos de causa*, introduzindo uma oração adverbial causal ou *operadores argumentativos de resultado*, introduzindo uma oração adverbial consecutiva. A tabela abaixo resume a distribuição do ONDE *operador argumentativo* de acordo com o subvalor semântico e o contexto sintático:

Tabela 15

Distribuição do ONDE *operador argumentativo* de acordo com os subvalores semânticos e o contexto sintático

VALOR SEMÂNTICO	Operador argumentativo						
	Conclusão	Causa	Resultado	Condição	Finalidade	Outros	TOTAIS
SUB-VALORES SEMÂNTICOS	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº %
CONTEXTO SINTÁTICO	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº %
Oração conclusiva	2	-	-	-	-	-	2 13,33
Oração causal	-	4	-	-	-	-	4 26,66
Oração consecutiva	-	-	5	-	-	-	5 33,33
Oração condicional	-	-	-	1	-	-	1 6,66
Oração final	-	-	-	-	1	-	1 6,66
Duplo contexto: Oração causal / oração consecutiva	-	-	-	-	-	2	2 13,33
TOTAL	2	4	5	1	1	2	15 100,0

As 15 ocorrências do ONDE *operador argumentativo* comprovam a escala de referenciação proposta anteriormente:

## DÊITICO &gt; FÓRICO &gt; ZERO

Em todas as ocorrências do ONDE *operador argumentativo*, o ele aparece introduzindo um enunciado não encaixado, como é comum nos casos em que o ONDE é um relativo, portanto um fórico. Os usos do ONDE *operador argumentativo* não estabelecem qualquer relação fórica com o contexto interno, anterior ou posterior; também não estabelecem qualquer relação dêitica com o contexto externo. Por isso, se afirma que, nesses casos, o valor de referenciação do ONDE é zero, ou simplesmente, sem referenciação. Vejam-se os exemplos:

(115) Como a língua é heterogênea e diversificada, devido a uma grande quantidade de variedades linguísticas. Na comunidade encontramos variantes que estão sempre em relação de concorrência, como é o caso da língua-padrão versus não-padrão, (1) ONDE a língua padrão por ser conservadora, é aquela que goza prestígio sociolinguístico na sociedade. E diante desta variedade, devemos tentar ao máximo minimizar o efeito negativo causado por ela diante do falante. Pois, cada comunidade de fala é única. (2) ONDE a classe social, etnia, sexo, e a faixa etária do falante contribui fundamentalmente para esta diversidade (EL, 276).

(116) A unificação a que se referem diz respeito a geração de uma dupla tendência linguística: a língua que é falada e a língua que é escrita, tendo a primeira dentro dos grupos sociais variações linguísticas diversas; e a segunda, como uma norma-prescritiva padrão para a língua, ONDE ambas tem convivência pacífica que como diz Corbeil “se faz por uma prática “consciente” e inconsciente”. (EL, 301).

Passo agora a analisar as ocorrências do ONDE *operador argumentativo* de acordo com cada subvalor semântico.

#### 4.3.7.1 O ONDE operador argumentativo de conclusão

Os dois exemplos do ONDE a seguir mostram que o autor orienta sua argumentação em direção a uma conclusão, utilizando o ONDE como introdutor da cláusula conclusiva:

- (117) Talvez o que mais difere entre competência comunicativa e competência linguística, seja porque para o falante se comunicar, ele não dependa de regras gramaticais tão rígidas quanto a gramática normativa estipule. Pois a variação linguística depende de fatores socioestruturais e de fatores sociofuncionais, onde a sua complexidade equivale à da própria ação humana, determinada por fatores biológicos, psicológicos, sociológicos e culturais. **E esta competência comunicativa já vem sendo formada desde a infância e nos atos de interação na sociedade, ONDE que é fundamental o emprego e aplicação desta competência aos alunos em sala de aula, pois eles já estão mais familiarizados com ela** (EL, 276).
- (118) Sabe-se, todavia, que na sociedade há diversidade sócio-econômica, isto é, pessoas pertencentes a diferentes classes sociais, DONDE conclui-se que há diferentes variações lingüísticas (EL, 299).

Em (117), o ONDE aparece seguido do elemento *que*, um traço marcante da oralidade, que pode ser suprimido sem qualquer implicação semântica. Em (117), o ONDE pode ser substituído pelos seguintes operadores de conclusão PORTANTO, POR ISSO e POIS, sem nenhuma alteração no curso argumentativo do texto original:

- (117a) E esta competência comunicativa já vem sendo formada desde a infância e nos atos de interação na sociedade, **POIS / POR ISSO / POIS** é fundamental o emprego e aplicação desta competência aos alunos em sala de aula, pois eles já estão mais familiarizados com ela.

O exemplo (118) já foi analisado em item 3.6 deste capítulo. Naquele ponto afirmei que o valor conclusivo do ONDE aqui é inquestionável. Apresentei a possibilidade de o ONDE, nesse caso, ser um fórico textual, um demonstrativo, além de um operador de conclusão.

#### 4.3.7.2 O ONDE operador argumentativo de causa

Nos exemplos (119), (120), (121) e (122) o ONDE aparece introduzindo uma oração causal. Antes de apresentar os exemplos, convém ressaltar que, embora alguns gramáticos estabeleçam uma diferença entre a oração coordenada explicativa e a oração subordinada causal, os limites semânticos não são tão explícitos assim, visto que ambas apresentam uma relação de causalidade, isto é, tanto a suposta oração explicativa como a causal apresentam um evento desencadeador, provocador, causador do evento da primeira oração. Optei por

classificar as orações a seguir simplesmente como causais, por julgar que é desnecessária e problemática tal separação. Nesse ponto, sigo Mateus *et al.* (1983), Neves (2000) e Bechara (1999) que classificam as conjunções coordenativas em apenas três grupos: aditivas, alternativas e adversativas. As conjunções tradicionalmente classificadas como *coordenativas conclusivas* e *explicativas* são distribuídas nos grupos das subordinativas. Consideremos os exemplos do ONDE *causal*.

Em (49) podemos substituir o ONDE pelos operadores de causa POIS e JÁ QUE:

- (119) A “ampliação da competência comunicativa dos alunos” está inserindo todas as variantes linguísticas presentes, **papel que a escola tem que facilitar na Educação, ONDE a competência comunicativa não se refere a norma culta, padronizada pelas regras gramaticais mas ao modo de falar natural**, pois a língua não é homogênea e sim heterogênea, ela muda conforme cada pessoa na estrutura social que convive. Basea-se a autora no que defende os autores Marcos Bagno e Fernando Tarrallo, lingüistas e pesquisadores das variações linguísticas (EL, 248).
- (119a) A “ampliação da competência comunicativa dos alunos” está inserindo todas as variantes linguísticas presentes, papel que a escola tem que facilitar na Educação, **POIS / JÁ QUE a competência comunicativa não se refere a norma culta, padronizada pelas regras gramaticais mas ao modo de falar natural**.

Em (50) pode-se efetuar a substituição do ONDE por JÁ QUE, VISTO QUE:

- (120) **Dessa forma a língua se transforma em um instrumento de estratificação social, ONDE uns mais letrados (e melhores financeiramente) são considerados falantes “corretos” do português**, enquanto que as classes sociais com baixo poder aquisitivo (pobres em geral) são considerados os falantes “errados” da língua (EL, 264).
- (120a) Dessa forma a língua se transforma em um instrumento de estratificação social, **JÁ QUE / VISTO QUE uns mais letrados (e melhores financeiramente) são considerados falantes “corretos” do português**.

Em (121) podemos substituir o ONDE por PORQUE, sendo necessária a exclusão do DE depois do verbo TER, por ser dispensável e interferir na textualidade:

- (121) **E tempo de novas práticas pedagógicas, de professores que venham enxergar um novo horizonte, ONDE temos de que mostrarmos a verdadeira importância de falar, aplicar e valorizar a nossa língua materna como ela é**, um tesouro de cada um, independente de onde veio ou da família a quem pertence, que cada indivíduo tem sua parcela de contribuição para superarmos os desafios e dificuldades que a educação da nossa língua materna precisa vencer (TPGO, 317)
- (121a) E tempo de novas práticas pedagógicas, de professores que venham enxergar um novo horizonte, **PORQUE** temos que mostrar a verdadeira importância de falar, aplicar e valorizar a nossa língua materna como ela é.

Em (122) substitui-se o ONDE por POIS, JÁ QUE, VISTO QUE:

- (122) Mediante o exposto nos textos de Evanildo Bechara e Marilene Felinto pude constatar que não existe uma fórmula mágica para o ensino de língua materna. **Outro fator preponderante, que de uma maneira negativa influência a aquisição da aprendizagem de uma língua, é o da diversidade cultural, ONDE cada um já traz implícito o que aprendeu com os familiares e outros** (TPGO, 342).
- (122a) Outro fator preponderante, que de uma maneira negativa influência a aquisição da aprendizagem de uma língua, é o da diversidade cultural, **POIS / JÁ QUE / VISTO QUE** cada um já traz implícito o que aprendeu com os familiares e outros

#### 4.3.7.3 O ONDE operador argumentativo de resultado

O ONDE *consecutivo*, com 5 ocorrências, e o ONDE *causal*, com 4 ocorrências, constituem os usos mais produtivos do ONDE *operador argumentativo*, correspondendo, os dois, a 60% dos usos do ONDE *operador argumentativo*.

O ONDE *operador argumentativo de resultado* ocorre quando introduz uma oração consecutiva sem antecedente. As construções consecutivas sem antecedentes são definidas por Neves (2000, p. 914) como “construções que têm a **oração consecutiva** iniciada pelo que tradicionalmente se denomina **locuções conjuntivas consecutivas: DE (TAL) MODO QUE, DE (TAL) MANEIRA QUE, DE (TAL) SORTE QUE, A TAL PONTO QUE**. As orações desse tipo exprimem mais especificamente um resultado”. Consideremos os exemplos:

- (123) **No texto (a), Alkimim, ou melhor Alkmim faz referência ao uso que se faz da língua como instrumento de “controle” social, ONDE uma classe dominante, que também comete seus “erros” ao falar (posto que são seres humanos também), fecha os olhos ao seu modo “ERRADO” ou variado de falar** e aponta com estardalhaço o modo de alguém “INFERIOR” socialmente falar. Não importa que 170 milhões falem de um jeito e só 1 milhão (milhão este socialmente em posição superior na pirâmide) fale de outro, este milhão discriminará um falar diferente do seu (EL, 234).
- (124) Como a língua é heterogenea e diversificada, devido a uma grande quantidade de variedades linguísticas. Na comunidade encontramos variantes que estão sempre em relação de concorrência, como é o caso da língua-padrão versus não-padrão, (1) **ONDE** a língua padrão por ser conservadora, é aquela que goza prestígio sociolinguístico na sociedade. E diante desta variedade, devemos tentar ao máximo minimizar o efeito negativo causado por ela diante do falante. Pois, cada comunidade de fala é único. (2) **ONDE** a classe social, etnia, sexo, e a faixa etária do falante contribui fundamentalmente para esta diversidade (EL, 276).
- (125) Não existe a possibilidade de a língua “caminhar” totalmente livre, desvinculada de

qualquer norma, porque seria impossível a comunicação entre os humanos. **A padronização dos comportamentos lingüísticos, são variações e regulações da variação são os meios que a língua usa para sua unificação que não significa uniformização, ou seja, uma forma “ideal” de se falar/escrever, e sim, uma forma de organização social ONDE a língua seja uma entidade social** (EL, 295).

- (126) A unificação a que se referem diz respeito a geração de uma dupla tendência lingüística: a língua que é falada e a língua que é escrita, tendo a primeira dentro dos grupos sociais variações lingüísticas diversas; **e a segunda, como uma norma-prescritiva padrão para a língua, ONDE ambas tem convivência pacífica que como diz Corbeil “se faz por uma prática “consciente’ e inconsciente”**. Como por exemplo o padrao falado e escrito no judiciário por parte de juízes, promotores e advogados não é o mesmo quando estão descompromissados dos seus trabalhos, como em bate papos familiares (EL, 301).

Em todos os exemplos (123), (124), (125) e (126) o ONDE pode ser substituído pelas locuções conjuntivas consecutivas DE MODO QUE, DE SORTE QUE:

- (123a) No texto (a), Alkimim, ou melhor Alkmim faz referência ao uso que se faz da língua como instrumento de “controle” social, **DE MODO QUE / DE SORTE QUE** uma classe dominante, que também comete seus “erros” ao falar (posto que são seres humanos também), fecha os olhos ao seu modo “ERRADO” ou variado de falar
- (124a) Como a lingua e heterogenea e diversificada, devido a uma grande quantidade de variedades linguísticas. Na comunidade encontramos variantes que estão sempre em relação de concorrência, como é o caso da lingua-padrão versus não-padrão, **(1) DE MODO QUE / DE SORTE QUE** a lingua padrão por ser conservadora, é aquela que goza prestígio sociolinguístico na sociedade. E diante desta variedade, devemos tentar ao máximo minimizar o efeito negativo causado por ela diante do falante. Pois, cada comunidade de fala é único. **(2) DE MODO QUE / DE SORTE QUE** a classe social, etnia, sexo, e a faixa etária do falante contribui fundamentalmente para esta diversidade.
- (125a) A padronização dos comportamentos lingüísticos, são variações e regulações da variação são os meios que a língua usa para sua unificação que não significa uniformização, ou seja, uma forma “ideal” de se falar/escrever, e sim, uma forma de organização social **DE MODO QUE / DE SORTE QUE** a língua seja uma entidade social
- (126a) E a segunda, como uma norma-prescritiva padrão para a língua, **DE MODO QUE / DE SORTE QUE** ambas tem convivência pacífica que como diz Corbeil “se faz por uma prática “consciente’ e inconsciente”

#### 4.3.7.4 O ONDE operador argumentativo de condição

O ONDE *condicional* aparece apenas uma vez no *corpus*:

- (127) A regulação lingüísticas é uma tendência viável se for realizada de forma reflexível, visando a assimilação e não-padronização exclusiva de grupos sócio-econômicos de elite e ONDE se apliquem regras variáveis não padronizadas por uma norma prescritiva (EL, 285).

Em (127) o ONDE pode ser substituído pelo operador condicional DESDE QUE:

- (127a) A regulação lingüísticas é uma tendência viável se for realizada de forma reflexível, visando a assimilação e não-padronização exclusiva de grupos sócio-econômicos de elite e **DESDE QUE** se apliquem regras variáveis não padronizadas por uma norma prescritiva

Podemos ainda usar o operador SE. Nesse caso, é necessário passar o verbo da oração introduzida pelo ONDE para a voz passiva, tal como aparece primeira oração condicional do texto:

- (127b) A regulação lingüísticas é uma tendência viável **SE FOR REALIZADA** de forma reflexível, visando a assimilação e não-padronização exclusiva de grupos sócio-econômicos de elite e **SE FOREM APLICADAS** regras variáveis não padronizadas por uma norma prescritiva.

#### 4.3.7.5 O ONDE operador argumentativo de finalidade

O ONDE *final* também ocorre apenas uma vez no *corpus*:

- (128) Em uma sociedade que não houvesse normas, o caos já teria tomado conta da situação. **A regulação quer seja social ou lingüística é feita através de inúmeros fatores, quer sejam “ascendentes ou descendentes” que objetivam centrar a realidade lingüística ou social em um padrão aceitável, ONDE a cidadania e a comunicação possam chegar ao objetivo** (EL, 312).

Em (58) podemos substituir o ONDE pelos operadores PARA QUE e A FIM DE QUE:

- (128a) A regulação quer seja social ou lingüística é feita através de inúmeros fatores, quer sejam “ascendentes ou descendentes” que objetivam centrar a realidade lingüística ou social em um padrão aceitável, **PARA QUE / A FIM DE QUE** a cidadania e a comunicação possam chegar ao objetivo.

#### 4.3.7.6 O ONDE operador argumentativo de causa e resultado

Nos dois exemplos a seguir o ONDE pode ser interpretado tanto como um *operador causal* como um *operador consecutivo*:

- (129) No entanto, o conceito de competência lingüística abordado por Saussure não daria conta do processo de interação social que envolve o homem e que influi diretamente em seu desempenho lingüístico, **para dar conta desse fator, Hymes propõe o conceito de competência comunicativa, ONDE além das regras internalizadas pelo falante, para um bom desempenho lingüístico o falante, em seu processo comunicativo, estará sob influência do meio em que se encontra**, do seu

interlocutor e da natureza da conversa que há entre os dois (EL, 238).

- (130) Talvez o que mais difere entre competência comunicativa e competência linguística, seja porque para o falante se comunicar, ele não dependa de regras gramaticais tão rígidas quanto a gramática normativa estipule. **Pois a variação linguística depende de fatores socioestruturais e de fatores sociofuncionais, ONDE a sua complexidade equivale à da própria ação humana, determinada por fatores biológicos, psicológicos, sociológicos e culturais.** E esta competência comunicativa já vem sendo formada desde a infância e nos atos de interação na sociedade, onde que é fundamental o emprego e aplicação desta competência aos alunos em sala de aula, pois eles já estão mais familiarizados com ela (EL, 276).

Operador causal: substituição do ONDE por POIS:

- (129a) Para dar conta desse fator, Hymes propõe o conceito de competência comunicativa, **POIS** além das regras internalizadas pelo falante, para um bom desempenho lingüístico o falante, em seu processo comunicativo, estará sob influência do meio em que se encontra.
- (130a) Pois a variação lingüística depende de fatores socioestruturais e de fatores sociofuncionais, **POIS** a sua complexidade equivale à da própria ação humana, determinada por fatores biológicos, psicológicos, sociológicos e culturais.

Operador consecutivo: substituição do ONDE por DE MODO QUE / DE SORTE QUE:

- (129b) Para dar conta desse fator, Hymes propõe o conceito de competência comunicativa, **DE MODO QUE / DE SORTE QUE** além das regras internalizadas pelo falante, para um bom desempenho lingüístico o falante, em seu processo comunicativo, estará sob influência do meio em que se encontra.
- (130b) Pois a variação lingüística depende de fatores socioestruturais e de fatores sociofuncionais, **DE MODO QUE / DE SORTE QUE** a sua complexidade equivale à da própria ação humana, determinada por fatores biológicos, psicológicos, sociológicos e culturais.

#### 4.3.8 O ONDE marcador discursivo

O ONDE *marcador discursivo* é visto aqui tal como foi definido no ponto 3.4 do CAPÍTULO 3, em que trato do processo de discursivização. Oliveira (2000) identificou em sua pesquisa sobre a trajetória de gramaticalização do ONDE, o uso do ONDE com valor de *marcador discursivo*, ao qual dá o nome de ONDE textual. A esse respeito a autora faz a seguinte consideração:

Em alguns casos, o *onde* com sentido de texto funciona como um mero marcador de pausas, ou seja, como meio de organizar e planejar internamente o turno (cf. Marcuschi, 1986: 27). Nesses casos por não ter referente recuperável, o *onde* se

apresenta como um conector que é vazio de significado, podendo, portanto, ser excluído, sem qualquer prejuízo semântico para o enunciado (Oliveira, 2000, p. 205).

Tendo em vista essa proposta de análise do ONDE *textual*, detectei no *corpus* uma ocorrência do ONDE que se encaixa nas condições dadas acima: a) aparece sem um referente recuperável, b) se apresenta como um conector vazio de significado, e c) pode ser excluído, sem qualquer prejuízo semântico para o enunciado:

- (131) Muitos profissionais se recusam a enxergar a língua falada e escrita como meio para comunicação e expressão entre os falantes, **ONDE** esses, ao fazerem uso dessa língua, não vão sequer lembrar das terríveis aulas de decoreba (TPDF, 401).
- (131a) Muitos profissionais se recusam a enxergar a língua falada e escrita como meio para comunicação e expressão entre os falantes; esses, ao fazerem uso dessa língua, não vão sequer lembrar das terríveis aulas de decoreba.

A substituição de ESSES pelo relativizador QUAL, desfaz a ambigüidade de ESSES, que pode estar retomando tanto o sintagma '*muitos profissionais*' quanto o sintagma '*os falantes*', embora pelo contexto se saiba que o autor está fazendo a retomada de '*falantes*' e não de '*muitos profissionais*':

- (131b) Muitos profissionais se recusam a enxergar a língua falada e escrita como meio para comunicação e expressão entre os falantes, **OS QUAIS**, ao fazerem uso dessa língua, não vão sequer lembrar das terríveis aulas de decúria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ciência lingüística, em especial a sociolingüística, tem demonstrado que toda língua é um sistema intrínseca e sistematicamente variável e mutante (Tarallo, 1990; Weireich; Labov; Herzog, 1968), o que nos leva à constatação de que, em razão das necessidades comunicativas dos falantes/escreventes, formas lingüísticas inovadoras surgem constantemente, passando a concorrer com formas lingüísticas conservadoras. É natural, pois, que esse fenômeno, que ocorre primeiramente no vernáculo, se dirija também à escrita, e faça com que formas conservadoras se tornem obsoletas, cedendo o lugar às formas vernaculares. Esse movimento lento e contínuo de surgimento de novas formas e obsolescências de formas antigas é uma característica intrínseca de toda língua, constituindo, portanto, um processo lingüístico natural e universal, e não um processo de degeneração lingüística, como sugerem alguns gramáticos (Almeida, 1997; Cegalla, 2000).

Nesse sentido, me propus a investigar como tem se comportado o elemento ONDE na escrita monitorada, partindo do fato de que, no vernáculo, o ONDE pode assumir diversos valores semânticos (caráter multissêmico) e diversas funções gramaticais (caráter multifuncional), algo já demonstrado por diversas pesquisas (Kersch, 1996; Oliveira, 2000; Souza, 2003), fugindo daquilo que é prescrito nas gramáticas normativas e materiais didáticos.

Procurei, nessa pesquisa, investigar o caráter multicategorial e multissêmico do ONDE a partir de um *corpus* de língua escrita monitorada, a fim de verificar que usos ‘inovadores’ do ONDE, já estabelecidos no vernáculo, podem ser encontrados também na escrita, apesar da prescrição desfavorável a eles.

Os resultados alcançados comprovam a multicategorialidade, a multifuncionalidade e multissemeia do ONDE. Do ponto de vista categorial, o ONDE está distribuído, de forma contínua e não discreta, ao longo de 3 categorias gramaticais: pronome (interrogativo, advérbio relativo, relativo, demonstrativo), conjunção e marcador discursivo. O aspecto multicategorial do ONDE é intrinsecamente dependente de seu aspecto funcional. Assim, são as funções do ONDE nas estruturas sintáticas que determinam as suas particularidades categoriais.

Quanto ao aspecto semântico, que constitui a base de toda investigação a respeito do impacto do vernáculo sobre o uso do ONDE na escrita monitorada, foram encontrados 8 valores semânticos para o ONDE, distribuídos em 3 escalas. Embora tenha me referido a usos

*inovadores* do ONDE, boa parte dos 8 valores semânticos encontrados no *corpus* não são tão novos assim. Por meio de uma investigação diacrônica, baseada nos trabalhos de Mattos e Silva (1989) e Bonfim (1993), verificou-se que numa fase bem anterior do português o ONDE já tinha um caráter multissêmico, multifuncional e multicategorial.

O ONDE segue uma trajetória de metaforização que parte de um valor mais concreto até chegar a um valor mais abstrato, vazio, vago. Essa trajetória semântica do ONDE pode ser resumida por meio dos quadros a seguir:

Quadro 20 – Trajetória semântica do ONDE na escala espaço

ESCALA SEMÂNTICA	ESPAÇO			
VALORES SEMÂNTICOS	Locativo concreto	Locativo abstrato	Possessivo	Instrumental

Quadro 21 – Trajetória semântica do ONDE na escala TEMPO

ESCALA SEMÂNTICA	TEMPO
VALORES SEMÂNTICOS	Temporal

Quadro 22 – Trajetória semântica do ONDE na escala TEXTO

ESCALA SEMÂNTICA	TEXTO		
VALORES SEMÂNTICOS	Demonstrativo	Operador argumentativo	Marcador discursivo

Os valores semânticos com maior número de ocorrência foram o *locativo concreto*, com 19, o *locativo abstrato*, com 19, e o *operador argumentativo*, com 15, chegando a um total de 53, o que corresponde a 84,12% das 63 ocorrências no *corpus*. Esses números nos autorizam a dizer que o ONDE já incorporou esses valores de tal modo que nem mesmo a norma gramatical é capaz de contê-los. Vale ressaltar que a tradição gramatical admite apenas o valor *locativo concreto*. Os demais valores, segundo as gramáticas normativas e materiais didáticos, constituem desvios que devem ser evitados.

Do ponto de vista da normatização, defendo, a partir dos usos encontrados no *corpus*, que não há um motivo justificável para a tradição gramatical prescrever a substituição do ONDE pelos seus equivalentes semânticos quando estiver assumindo um valor *locativo abstrato*, *possessivo*, *instrumental* e *temporal*. Em geral os usos do ONDE com esses valores não afetam a textualidade. Caso haja algum problema de textualidade em algum texto em que o ONDE aparece com um desses valores, certamente estará associado a outros fatores de coesão e coerência e não apenas ao ONDE.

A respeito das ocorrências do ONDE com valor de *operador argumentativo*, a questão

prescrição *versus* uso não se resolve facilmente. Verifiquei que os textos nos quais aparece o ONDE *operador argumentativo* são os que mais apresentam problema de textualidade, tanto no aspecto geral do texto como uso particular do ONDE. Nesse sentido, convém levantar o seguinte questionamento: os problemas de textualidade encontrados, que estão diretamente ligados ao uso do ONDE *operador argumentativo*, advêm de um emprego objetivamente inadequado do ONDE, ou do fato de que, ao avaliar a textualidade dos textos, partimos da prescrição normativa, segundo a qual o ONDE jamais pode assumir tal valor semântico? Noutras palavras, o que determina o problema de textualidade: um uso objetivamente irregular, por falta de domínio ativo da escrita acadêmica, ou a desobediência à prescrição? A opção pela primeira hipótese nos leva ao seguinte problema: que critérios objetivos podem ser usados para estabelecer que um uso lingüístico recorrente no vernáculo de determinada comunidade lingüística constitui uma irregularidade na escrita? Não é exatamente a recorrência, isto é, a ocorrência sistemática do uso, que determina sua regularidade? Não é verdade que, em termos lingüísticos, o normal tende a se tornar o normativo?

Quanto ao problema envolvido na segunda hipótese, é mais facilmente identificado, e pode ser assim enunciado: os usuários (falantes/escreventes) são os senhores da língua, de modo que quaisquer rumos que uma língua toma resultam do *pacto de uso* firmado pelos seus falantes/escreventes, e não da determinação arbitrária da prescrição normativa. Nesse sentido, se o problema de textualidade (problema de coesão provocado por uma *articulação* mal realizada) resulta simplesmente de um uso que desobedece à prescrição normativa, embora seja regular na comunidade, é preciso que haja uma intervenção consciente na prescrição normativa, a fim de que ela esteja mais ajustada aos usos correntes.

O fato de que os problemas de textualidade que aparecem nos textos com ocorrência do ONDE *operador argumentativo* não se relacionam apenas com o uso do ONDE nos aponta um caminho para a resolução desse problema. Não se pode simplesmente defender que o uso do ONDE *operador argumentativo* seja legitimado e incluído na norma-padrão sem uma devida análise do texto em que o ONDE ocorre com esse valor. É preciso atentar para o fato de que a escrita monitorada requer do escrevente uma preparação e um grau de letramento que lhe possibilitem usar funcional e adequadamente a língua, de acordo com as exigências contextuais. Nesse sentido, os textos com ocorrência do ONDE *operador argumentativo* apresentam sérios problemas de adequação. A fim de exemplificar essa questão, retomo o texto de um estudante Letras, já apresentado:

Como a língua é heterogênea e diversificada, devido a uma grande quantidade de

variedades linguísticas. Na comunidade encontramos variantes que estão sempre em relação de concorrência, como é o caso da língua-padrão versus não-padrão, onde a língua padrão por ser conservadora, é aquela que goza prestígio sociolinguístico na sociedade. E diante desta variedade, devemos tentar ao máximo minimizar o efeito negativo causado por ela diante do falante. Pois, cada comunidade de fala é única. Onde a classe social, etnia, sexo, e a faixa etária do falante contribui fundamentalmente para esta diversidade. Mas que é através dessas variedades que a língua vai se alterando, independente se o falante de classe social elevada, dito letrado, ao falante de zona rural, pois é num todo que denominamos uma língua de uma região, e não com algo rígido como nossa gramática normativa.

(...)

Talvez o que mais difere entre competência comunicativa e competência linguística, seja porque para o falante se comunicar, ele não dependa de regras gramaticais tão rígidas quanto a gramática normativa estipule. Pois a variação linguística depende de fatores socioestruturais e de fatores sociofuncionais, onde a sua complexidade equivale à da própria ação humana, determinada por fatores biológicos, psicológicos, sociológicos e culturais. E esta competência comunicativa já vem sendo formada desde a infância e nos atos de interação na sociedade, onde que é fundamental o emprego e aplicação desta competência aos alunos em sala de aula, pois eles já estão mais familiarizados com ela (TEL, 276).

O texto apresenta sérios problemas de textualidade, em diversos aspectos. Em termos de coesão e coerência, a articulação e progressão são mal realizadas. Nesse sentido, o texto demonstra que o autor não conseguiu construir um texto que fosse adequado à exigência do contexto e do gênero, haja vista que foi produzido em ambiente acadêmico para avaliação. Portanto, casos como esse demonstram que o problema aqui não reside especificamente num uso inadequado do ONDE, mas na falta de preparação para a produção textual acadêmica. Esse tipo de problema que não se resolve apenas reconhecendo que o uso do ONDE *operador argumentativo* pode afetar a articulação do texto.

Assim como Bagno (2000), defendo que usos desabonados pela norma-padrão, mas com ocorrência sistemática na fala e na escrita de sujeitos cultos, sejam incorporados à norma-padrão. Nesse sentido, são pesquisas como esta sobre o ONDE que vão demonstrar quais usos já fazem parte da norma culta objetiva, e que devem ser incluídas na prescrição gramatical. No que diz respeito ao uso do ONDE *operador argumentativo*, entendo que é necessário que haja mais pesquisas, que descrevam melhor o fenômeno e constatem que definitivamente o ONDE com tal valor já apresenta ocorrência sistemática na escrita monitorada. O índice de 23,80% de ocorrência nos textos que constituem o nosso *corpus* ainda não demonstra um quadro seguro para que se defenda a inclusão do ONDE *operador argumentativo* na norma-padrão, devido aos diversos problemas que os textos apresentam. Numa busca que fiz na revista *Veja*, dos meses de abril e maio de 2007, encontrei 117 ocorrências do ONDE, e nenhuma delas apresentava o ONDE com o valor de *operador argumentativo*.

Quanto aos valores *fórico textual* e *marcador discursivo*, dificilmente migrarão para a

escrita, por se tratar de usos que estão fortemente relacionados com as estratégias de conversação. Por isso, não há necessidade de se fazer uma abordagem sobre o modo como são avaliados pela padronização lingüística.

Finalmente, ressalto que busquei por meio desta pesquisa demonstrar que os materiais de referência lingüística utilizados no ensino formal de língua materna no Brasil devem ser modificados. A descrição dos usos ONDE na escrita monitorada aqui realizada pode fornecer subsídios teóricos e empíricos para elaboração de gramáticas de referência mais sensíveis ao nosso vernáculo. Tem sido demonstrado que a padronização do português brasileiro segue, devido a uma forte carga ideológica, uma orientação contrária ao nosso vernáculo (Bagno, 1997; 2000; 2001a; 2003). Os materiais de padronização, em vez de proporem uma aproximação da norma-padrão ao uso efetivo que as camadas mais letradas da população fazem da língua portuguesa no Brasil, preferem seguir a orientação da padronização do português de Portugal, cujo vernáculo é seguramente diferente do nosso. Nesse sentido, minha proposta básica é que os usos particulares do nosso vernáculo que já se encontram sistematicamente instalados na escrita monitorada passem a ser abordados serenamente nas gramáticas como opções possíveis para o falante em busca de instrumentos lingüísticos para a produção de textos mais monitorados. A justificativa para isso fundamenta-se no fato de que a entrada regular de algum aspecto do vernáculo na escrita monitorada é um forte indício de que se completou uma mudança lingüística ou de que ela se encontra em estágio final de implementação. Portanto, defendo que boa parte dos usos do ONDE descritos nessa pesquisa passe a ser abordada nas gramáticas normativas e materiais pedagógicos. Tenho plena convicção de que a elaboração de gramáticas de referência do português brasileiro mais próximas do nosso vernáculo teria implicações decisivas no contexto do ensino, já que a educação lingüística a ser implementada passaria a contar com os usos reais da língua, e não com idealização de formas lingüísticas desaparecidas até mesmo dos gêneros escritos mais monitorados.

## BIBLIOGRAFIA

- ALCINA, J.; BLECUA, J. M. *Gramática española*. 9. ed. Barcelona: Ariel, 1994.
- ALÉONG, S. Normas lingüísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica. In: BAGNO, M. (org.). *Norma lingüística*. São Paulo: Loyola, 2001.
- ALMEIDA, N. M. de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1997.
- AXT, M. *Estruturas possessivas em português: uma análise transformacional*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1972. Dissertação de Mestrado.
- BAGNO, M. *A língua de Eulália. Novela sociolingüística*. São Paulo: Contexto, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social*. São Paulo: Loyola, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola, 2001a.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Norma lingüística*. São Paulo: Loyola, 2001b.
- \_\_\_\_\_. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola, 2003.
- \_\_\_\_\_. *IVEM – Impacto do Vernáculo sobre a Escrita Monitorada: Mudanças lingüísticas e conseqüências para o escolar letramento e para formação dos professores de língua materna*. Projeto de pesquisa. Programa de pós-graduação em Lingüística. Departamento de Lingüística e Línguas Clássicas e Vernáculos. Universidade de Brasília, 2005.
- BEAUGRANDE, R. A. de; DRESSLER, W. U. *Introduction to text linguistics*. Londres: Longman, 1983.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 12.ed. Petrópolis: Vozes, 1995. Coleção Antropologia 5.
- BON, F. M. *Gramática comunicativa del español: de la lengua a la idea*. Madri: Edelsa, 1995.
- BONFIM, E. do R. M. Variação e mudança no português arcaico: o caso de *u* e de *onde*. *Palavra*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 96-119, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- BRUNOT, F.; BRUNEAU, C. *Précis de grammaire historique de la langue française*. 3. ed. Paris: Masson et C<sup>ie</sup>, 1949.
- BYBEE, J.; PAGLIUCA, W. Cross-linguistic comparison and the development of grammatical meaning. In: FISIAK, J. (Ed.). *Historical semantics and historical word*

*formation*. Berlin: de Gruyter, 1985. p. 59-83.

CÂMARA JR, J. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

CAMBRAIA, C. N. Sobre as origens do “aonde” na língua portuguesa. In: COHEN, M. A.; RAMOS, J. (org.) *Dialeto mineiro e outras falas: estudos de variação e mudança lingüística*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

CAMBRAIA, C. N.; ARAÚJO, L. E. S. Variação em locativos no português de Belo Horizonte: um estudo sociolingüístico. *Paralelo 20*. Belo Horizonte, n. 02, dez. 2004. p. 123-132.

CASTILHO, A. T. de. A gramaticalização. *Estudos Lingüísticos e Literários*. Salvador: Universidade Federal da Bahia. v. 19, mar. 1997. p. 25-64.

\_\_\_\_\_. Proposta funcionalista de mudança lingüística: Lexicalização, semanticização, discursivização e gramaticalização das preposições do eixo transversal no português brasileiro. 2003. Mimeo. Disponível em:  
<http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/ATCastilho001.pdf>. Acesso em: 17/04/07.

CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 42.ed. São Paulo: Nacional, 2000.

CIPRO NETO, P.; INFANTE, U. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 2003.

CLAUDI, U.; HEINE, B. On the methaphorical base of grammar. *Studies in Language*, v. 10, 1986. p. 297-335.

COELHO, S. M. *Uma análise funcional do ONDE no português contemporâneo: da sintaxe ao discurso*. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/Programa de Pós-graduação em Letras, 2001. Dissertação de Mestrado.

COROMINAS, J. *Breve diccionario etimologico de la lengua castellana*. 2. ed. Madrid: Gredos, 1967.

COSTA VAL, M. da G. *Redação e textualidade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DARMESTETER, A. *Cours de grammaire historique de la langue française*. 7. ed. Paris: Librairie Delagrave. Livre quatrième: Syntaxe. Livre premier: *Phonétique*. Livre deuxième: *Morphologie*. Livre troisième: *Formation des mots et vie des mots*. s/d.

DUCROT, O. *Princípios de semântica lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1976.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

ERNOUT, A.; MEILLET, A. *Dictionnaire etymologique de la langue latine*. 3. ed. Paris: Klincksieck, 1951.

ERNOUT, A. & THOMAS, F. *Syntaxe latine*. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1953.

FÁVERO, L. L. *Coesão e coerência textuais*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2000.

FILLMORE, C. J. Frame semantics and the nature of language. In: HARNARD, S. R. *et al.* (Eds.). *Origins and evolution of language and speech*. New York: New York Academy of Sciences, 1976. p. 20-32.

\_\_\_\_\_. Topics in lexical semantics. In: COLE, R. (Ed.). *Current issues in linguistics theory*. Bloomington: Indiana University Press, 1977. p. 76-138.

\_\_\_\_\_. Frames and the semantics of understanding. *Quaderni di semantica*. v. 6, n. 2, 1985. p. 222-253.

FOLHA de S. PAULO. CD ROM. 1999.

FURTADO da CUNHA, M. A. (org.). *Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal*. Natal: EDUFRN, 1998.

\_\_\_\_\_. *Iconicidade e gramaticalização no quadro da lingüística funcional*. Vivência. Natal: EDUFRN, v. 9, nº 1, p. 49-61, 1995.

FURTADO da CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R. de; VOTRE, S. A integração sincronia/diacronia no estudo da sintaxe. *DELTA*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 85-111, 1999.

FURTADO da CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.). *Lingüística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

FURTADO da CUNHA, M. A.; VOTRE, S. A lingüística funcional no contexto da lingüística aplicada. In: PASSEGGI, L. (Org.). *Abordagens em lingüística aplicada*. Natal: EDUFRN, 1998. p. 55-82.

GIVON, T. From discourse to syntax : grammar as a processing strategy. In: GIVON, T. (Ed.). *Syntax and semantics*. New York: Academic Press, 1979a. v. 12.

\_\_\_\_\_. GIVON, T. (Ed.). *Syntax and semantics*. New York: Academic Press, 1979b. v. 12.

\_\_\_\_\_. *Syntax: an introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001. v. 1.

HADERMANN, P. *Étude morphosyntaxique du mot OÙ*. Paris /Louvain: Duculot, 1993.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. From cognition to grammar. In: TRAUGOTT E. C.; HEINE, B. (Eds.). *Approaches to grammaticalization*. Philadelphia: John Benjamins, 1991a. v. 1. p. 149-187.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization* : a conceptual framework. Chicago: University of Chicago Press, 1991b.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HOPPER, P. J. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT E. C.; HEINE, B. (Eds.). *Approaches to grammaticalization*. Philadelphia: John Benjamins, 1991. v. 1. p. 17-35.

ILARI, R. *et al.* Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO, A. (Org.). *Gramática do português falado: a ordem*. v. 1. São Paulo: Ed. da UNICAMP/FAPESP, 1990. p. 63-141.

JACJENDOFF, R. *Language of mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

KERSCH, D. F. *A palavra onde no português do Brasil*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Instituto de Letras/Pós-Graduação em Letras, 1996. Dissertação de Mestrado.

KOCH, I. V. *Argumentação e linguagem*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

\_\_\_\_\_. *A inter-ação pela linguagem*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2004a.

\_\_\_\_\_. *A coesão textual*. 19. ed. . São Paulo: Contexto, 2004b.

LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia, Pennsylvania University Press, 1975.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, G. Linguistics gestalts. Berkeley Linguistic Society. v. 13, 1977. p. 236-237.

\_\_\_\_\_. *Women, fire, and dangerous things: What categories reveal about the mind*. Chicago/London: The University of. Chicago Press, 1987.

\_\_\_\_\_. The invariance hypothesis: is abstract reason based on image-schemas? *Cognitive Linguistics*, v. I, n. 1, p. 39-74, 1990.

LYONS, J. *Introduction to theoretical linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995[1968].

MARCUSCHI, L. A. *Análise da conversação*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1998.

MARTELOTTA, M. E. Gramaticalização em operadores argumentativos. In: MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 191-220.

MARTELOTTA, M. E.; ALCÂNTARA, F. Discursivização da partícula *né*. In: MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. *Gramaticalização no português do*

*Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 277-292.

MARTELOTTA, M. E.; RÊGO, L. Gramaticalização de *lá*. In: MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 237-250.

MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MARTELOTTA, M. E.; AREAS, E. K. A Visão funcionalista da linguagem no século XX. In: FURTADO da CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003. p. 17-28.

MATEUS, M. H. M.; BRITO, A. M.; DUARTE, I. S.; FARIA, I. H. *Gramática da língua portuguesa: elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual*. Coimbra: Almedina, 1983.

MATTOS E SILVA, R. V. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1989.

MAURER JR, Theodoro Henrique. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959.

MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Honoré Champion, 1948[1912].

MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2003. v. 1 e 2.

MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2003. v. 3.

NASCENTES, A. *Bases para a elaboração do Atlas lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1953.

NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

\_\_\_\_\_. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.

\_\_\_\_\_. *Guia de uso do português: confrontando regras e usos*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2004.

\_\_\_\_\_. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

OLIVEIRA, Fernão de *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*. Lisboa, 1536.

OLIVEIRA, L. de A. B. A trajetória de gramaticalização do ONDE. In: FURTADO da CUNHA, M. A. (Org.). *Procedimentos discursivos na fala de Natal: uma abordagem funcionalista*. Natal: EDUFRN, 2000.

OLIVEIRA, M. R. de. *Uma nova proposta de categorização lingüística*. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais%20v/civ4\\_12.htm](http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais%20v/civ4_12.htm). s/d. Acesso em: 19/04/07.

\_\_\_\_\_. *et al.* Articulação do discurso religioso. *Revista Linguagem em (Dis)curso*, v. 5, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0502/03.htm>. Acesso em: 22/04/07.

NYROP, Kr. *Grammaire historique de la langue française: Tome premier: Histoire générale de la langue française. Phonétique*. Leipzig/New York/Paris: Gyldendalske Boghandel Nordisk Forlag, 1914 [1903].

\_\_\_\_\_. *Grammaire historique de la langue française: Tome cinquième : Syntaxe (noms et pronoms)* Leipzig/New York/Paris: Gyldendalske Boghandel Nordisk Forlag, 1925.

\_\_\_\_\_. *Grammaire historique de la langue française: Tome sixième (Fin) : Syntaxe (Particules et verbes)*. Leipzig/New York/Paris: Gyldendalske Boghandel Nordisk Forlag, 1930.

PASSEGGI, L. (Org.). *Abordagens em lingüística aplicada*. Natal: EDUFRN, 1998.

PEZATTI, E. G. O advérbio *então* já se gramaticalizou como conjunção? *DELTA*, São Paulo, v.17, n.1, p.81-95, 2001.

\_\_\_\_\_. O funcionalismo em lingüística. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2004. vol. 3.

PERINI, M. A. *et al.* Sobre a Classificação das Palavras. *DELTA*, São Paulo, v. 14, n. especial, 1998.

\_\_\_\_\_. *Gramática descritiva do português*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

\_\_\_\_\_. *Princípios de lingüística descritiva: introdução ao pensamento gramatical*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. (Língua[gem], 17).

PIRES de OLIVEIRA, R. Os caminhos do 'onde': uma contribuição da semântica ao ensino de língua materna. In: CABRAL, L. G.; GORSKI, E. (Orgs.). *Lingüística e ensino: reflexões para a prática pedagógica da língua materna*. Florianópolis: Insular, 1998. p. 147-164.

\_\_\_\_\_. Semântica. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2003. v. 2. p. 17-46.

ROCHA LIMA. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

ROSA, M. C. *Introdução à morfologia*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SÁ, M. E. B. de. *As orações relativas no Pro Archia de Cícero*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Faculdade de Letras, 2002. Dissertação de Mestrado.

SANDALO, M. F. S. Morfologia. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2003. Vol. 1.

SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1986[1916].

SILVA, A. S. da. *A semântica de deixar: uma contribuição para a abordagem cognitiva em semântica lexical*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Ministério da Ciência e da Tecnologia, 1999.

SOUZA, E. H. P. M. de. *A multifuncionalidade do onde na fala de Salvador*. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Instituto de Letras, 2003. Tese de doutorado.

SWEETTSER, E. E. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TALMY, L. Force dynamics in language and cognition. *Cognitive Science*. v. 12, n. 1, 1988. p. 49-100.

TARALLO, F. L. *Relativization strategies in Brazilian Portuguese*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1983. PhD Dissertation.

\_\_\_\_\_. *Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.

TAYLOR, John. *Linguistic categorization: prototypes in linguistic theory*. Oxford: Clarendon, 1995.

TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1991a. v. 1.

TRAUGOTT, E. C.; KÖNIG, E. The semantics-Pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1991. v. 1. p. 189-218.

VOTRE, S. Um paradigma para a lingüística funcional. In: MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 27-43.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundation for theory of language change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Eds.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968.

## ANEXOS

### — TEMA —

Os dois trechos citados abaixo são uma pequena amostra das idéias que circulam na sociedade brasileira em torno do ensino de língua na escola. Procure identificar essas idéias e, refletindo sobre elas, disserte a respeito dos desafios e dificuldades da educação em língua materna no Brasil.

1

“São erros teóricos e metodológicos que não podem anular a necessidade da vigência da hierarquização e da normatividade para defender um igualitarismo e liberalismo fundados numa ótica defeituosa do fenômeno lingüístico ou, o que considero pior, porque não é fruto da deficiência da teoria, mas da intencionalidade de enganar e embair os jovens e os adultos úteis, por motivação ideológica e político-partidária. Esse liberalismo lingüístico, pretensamente democrático, é altamente discriminatório porque encarcera o estudante nos limites da potencialidade expressiva de que se reveste toda língua histórica, ignorando a dimensão deontica do falar melhor e com os melhores, afastando da cultura maior da nação. [...] Eu diria que muito pior do que as normas rigorosas é a ausência de normas, que é a barbárie”.

**EVANILDO BECHARA**, “A sobrevivência da língua culta”, in *Academia Brasileira de Letras na Imprensa 1999*, Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1999: 70.

2

“[...] em recente contato com professores de português do primeiro grau, da rede pública de São Paulo, achei que eles tinham um inconsciente nó na garganta, por um semiconsciente crime que cometiam todo dia: o de ensinarem todo dia mais ou menos o que só tiveram condição de aprender mais ou menos. Os professores de português não sabiam português, a matéria mais importante da escola. O discurso deles era constrangedor pela falta de clareza e conteúdo. Exceto por um ou outro mais velho, que se formou em tempos de educação mais sólida, os demais eram coitados ensaiando frases num rudimentar nheengatu. Não tinham noção da importância do professor de português numa escola — nem poderiam, seus contracheques eram a prova mais concreta disso. Pareciam não saber que o aluno que não aprende português direito, não aprende o resto. Não lê o enunciado de um problema, não entende um conceito de geografia. Os professores foram tapeados com bajulações pedagógicas a vida toda. Ninguém lhes disse o mínimo: que a língua é difícil. Que é preciso gosto, vontade e muito exercício para aprendê-la e ensiná-la.”

**MARILENE FELINTO** (*Folha de S. Paulo*, 28/10/1997, “Cotidiano”, p. 3-2).

## PERFIL DO PARTICIPANTE

TP			
----	--	--	--

### 1. DADOS PESSOAIS

SEXO	<input type="checkbox"/>	(F/M)	ANO DE NASCIMENTO	<input type="text" value="1"/>	<input type="text" value="9"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
■ CIDADE ONDE NASCEU:	<input type="text"/>				ESTADO:	<input type="text"/>	<input type="text"/>
■ REGIÃO DO DISTRITO FEDERAL ONDE RESIDE:	<input type="text"/>						

### 2. FORMAÇÃO ACADÊMICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

■ Tem formação superior?	COMPLETEA	<input type="checkbox"/>	INCOMPLETA	<input type="checkbox"/>	NÃO TEM	<input type="checkbox"/>
■ Em que habilitação?	<input type="text"/>					
■ Em que tipo de instituição fez (faz) seu curso?	PÚBLICA	<input type="checkbox"/>	PRIVADA	<input type="checkbox"/>		
■ Em que cidade e estado fez sua graduação?	<input type="text"/>					

■ Fez (faz) algum outro curso depois da graduação? Em caso afirmativo, assinale:	ESPECIALIZAÇÃO	<input type="checkbox"/>	MESTRADO	<input type="checkbox"/>	DOUTORADO	<input type="checkbox"/>
■ Em que ano concluiu a graduação?	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>		

■ Há quantos anos exerce a profissão docente?	<input type="text"/>	<input type="text"/>				
■ Em que séries de ensino atua?	1ª à 4ª	<input type="checkbox"/>	5ª à 8ª	<input type="checkbox"/>	E. MÉDIO	<input type="checkbox"/>

■ Em que tipo de estabelecimento de ensino leciona?	PÚBLICO	<input type="checkbox"/>	PRIVADO	<input type="checkbox"/>
---	---------	--------------------------	---------	--------------------------

■ Qual a sua remuneração mensal? (base de cálculo: salário mínimo [SM] = 300 reais)	até 1 SM	<input type="checkbox"/>	de 2 a 5 SM	<input type="checkbox"/>	de 5 a 10 SM	<input type="checkbox"/>	acima de 10 SM	<input type="checkbox"/>
---	----------	--------------------------	-------------	--------------------------	--------------	--------------------------	----------------	--------------------------

### 3. GRAU DE ESCOLARIDADE DOS PAIS

MÃE	PAI
<input type="checkbox"/> Analfabeta	<input type="checkbox"/> Analfabeto
<input type="checkbox"/> até 4 anos de estudo	<input type="checkbox"/> até 4 anos de estudo
<input type="checkbox"/> até 8 anos de estudo	<input type="checkbox"/> até 8 anos de estudo
<input type="checkbox"/> Ensino Médio completo	<input type="checkbox"/> Ensino Médio completo
<input type="checkbox"/> Superior incompleto	<input type="checkbox"/> Superior incompleto
<input type="checkbox"/> Superior completo	<input type="checkbox"/> Superior completo
<input type="checkbox"/> Mestrado	<input type="checkbox"/> Mestrado
<input type="checkbox"/> Doutorado	<input type="checkbox"/> Doutorado